



RADAR SOCIAL CASTRO MARIM

DIAGNÓSTICO SOCIAL 2025

Concelho de Castro Marim



ÍNDICE

Introdução	1
1. Enquadramento do projeto	2
1.1. Rede Social no Concelho de Castro Marim	2
1.1.1. Parceiros da Rede Social	3
1.2. Projeto Piloto Radar Social	6
1.2.1. Contextualização	6
1.2.2. Cronograma do Projeto	7
1.2.3. Logotipo do Radar Social	7
2. Metodologia	9
3. Caraterização do Município	11
3.1. Caracterização Territorial	11
3.1.1. Infraestruturas e Acessibilidades	13
3.1.2. Economia Local	14
3.2. Caraterização demográfica	16
3.2.1. População Residente	16
3.2.2. Dinâmicas Demográficas	21
3.2.3. Envelhecimento Populacional	25
3.2.3.1. Índice de Envelhecimento Populacional	26
3.2.3.2. Índice de Dependência de Idosos	28
3.2.3.3. Índice de Dependência de Jovens	28
3.2.4. População Estrangeira Residente	30
3.3. Caraterização Sociofamiliar	33
4. Áreas Temáticas	38
4.1. Educação e Formação	38
4.1.1. Analfabetismo	38
4.1.2. População Residente segundo o nível de escolaridade	39
4.1.3. Rede Educativa do Concelho	41
4.1.4. Níveis de Ensino	43
4.1.5. Taxas de Retenção e Transição Escolar	49
4.2. Emprego	52
4.2.1. Distribuição da População Empregada	53
4.2.2. Distribuição da População Desempregada	60
4.3. Habitação	65

4.3.1.	Situação Habitacional em Castro Marim	65
4.3.2.	Parque Habitacional Municipal	69
4.4.	Saúde	73
4.4.1.	Caraterização dos Serviços de Saúde no Concelho de Castro Marim	73
4.4.2.	Evolução dos Profissionais de Saúde no Concelho	77
4.4.3.	Evolução da Mortalidade no Concelho	79
4.4.4.	Saúde Mental	80
4.4.5.	Comportamentos Aditivos e Dependências	82
4.5.	Segurança	86
4.5.1	Violência: Vítimas e Agressores	88
4.6.	Cultura e Desporto	91
4.6.1	A Cultura e o Desporto no Concelho de Castro Marim	91
4.7.	Ação Social	94
4.7.1.	SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Castro Marim	96
4.7.2.	Linha Nacional de Emergência Social – 144	97
4.7.3.	Rendimento Social de Inserção (RSI)	97
4.7.4.	Medidas e Apoios Desenvolvidos pelo Município	100
4.7.5.	Outras Medidas e Apoios promovidos pelo Município	104
4.8.	Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade	108
4.8.1.	Crianças e Jovens	108
4.8.1.1.	Crianças e Jovens em Risco	110
4.8.2.	Famílias Monoparentais	113
4.8.3.	Idosos	115
4.8.4.	Minorias Étnicas	119
4.8.5.	Pessoas em Situação de Sem Abrigo	120
5.	Caraterização de Respostas Sociais e Equipamentos	123
5.1.	Crianças e Jovens	123
5.2.	Família e Comunidade	125
5.3.	Pessoas Idosas	126
5.4.	Saúde	129
5.4.1.	Saúde Mental	130
6.	Auscultação das Entidades e Comunidade Local	132
6.1.	Questionários	132

6.2. Fóruns Temáticos	133
6.3. Síntese dos Problemas e Necessidade	137
7. Conclusão	141
8. Referências Bibliográficas	144
9. Anexos	148

Índice de Tabelas

Tabela 1. Taxa de Variação da População Residente 2001-2011, (%)	17
Tabela 2. População Residente em Castro Marim, 1991-2023, (Nº)	17
Tabela 3. Distribuição da população residente e densidade populacional, por freguesias, 2021, (Nº)	18
Tabela 4. Distribuição da população residente por grupos etários e por género, 2011-2021, (Nº)	19
Tabela 5. População Residente no Concelho de Castro Marim, por faixa etária, 2022-2023, (Nº)	20
Tabela 6. Índice de envelhecimento no concelho de Castro Marim, 2011-2023, (%).	27
Tabela 7. Distribuição da população com mais de 65 anos, nas freguesias de Castro Marim, em 2021 no Concelho de Castro Marim	27
Tabela 8. Evolução das famílias clássicas unipessoais no Município de Castro Marim, 2001-2021, (%)	34
Tabela 9. Núcleos familiares por número de filhos por freguesia, 2021, (Nº)	34
Tabela 10. Núcleos familiares de casais por tipo de núcleo familiar e freguesia, 2021, (Nº)	35
Tabela 11. Taxa Bruta de Nupcialidade, em Portugal e Castro Marim, 2001-2023, (Nº)	36
Tabela 12. Taxa Bruta de Divorcialidade, em Portugal e Castro Marim, 2011-2023, (%)	36
Tabela 13. Taxa de analfabetismo no concelho de Castro Marim e freguesias, 2011-2021, (%)	38
Tabela 14. Taxa de analfabetismo, por freguesias e género, 2011-2021, (%)	39
Tabela 15. População Residente com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade, 2011-2021, (Nº), (%)	39
Tabela 16. População Residente com mais de 15 ou mais anos, por escolaridade e freguesias, 2021(Nº)	40
Tabela 17. Oferta educativa e formativa no Município de Castro Marim, por estabelecimentos e nível de ensino	42
Tabela 18. Taxa de retenção/desistência por ano letivo 2022/2023, Ano de escolaridade e Género, (%)	50
Tabela 19. Taxa de atividade da população residente por local de residência e género, 2011 e 2011, (%)	52
Tabela 20. População Empregada por Local de Residência e Género, 2021, (Nº)	55

Tabela 21. População Empregada por Local de Residência e Nível de Escolaridade, 2021, (Nº)	56
Tabela 22. População Empregada por Local de Residência e Grupo Etário, (Nº)	57
Tabela 23. População Empregada por Local de Residência e Situação de Profissão, 2021, (Nº)	58
Tabela 24. População Empregada por Local de Trabalho, 2021, (Nº)	59
Tabela 25. População Desempregada inscrita no IEFP, por freguesias e género, outubro de 2024, (Nº)	62
Tabela 26. População Desempregada inscrita no IEFP, por freguesias e grupo etário, outubro de 2024, (Nº)	62
Tabela 27. Valor médio do subsídio de desemprego da Segurança Social, por género, em Portugal, no Algarve e Castro Marim, 2023, (€)	64
Tabela 28. Alojamentos Familiares Clássicos por localização geográfica, e forma de ocupação, 2021, (Nº)	66
Tabela 29. Habitações Sociais de Castro Marim, por local, número de fogos/pessoas e ano de aquisição, 2021, (Nº)	69
Tabela 30. Moradores das habitações sociais de Castro Marim, por faixa etária, (Nº)	72
Tabela 31. Moradores das habitações sociais de Castro Marim, por situação de trabalho, (Nº)	72
Tabela 32. Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários de Castro Marim	74
Tabela 33. Número de Utentes inscritos no Centro de Saúde por Grupos Etários, 2024, (nº)	75
Tabela 34. Recursos Humanos disponíveis na Unidade de Saúde Familiar Baesuris, ARS,2024	76
Tabela 35. Listagem das farmácias e parafarmácias do Concelho de Castro Marim	76
Tabela 36. Óbitos por local de residência, 2014-2022, (Nº)	79
Tabela 37. Óbitos por algumas Causas de Morte, 2001-2002, (%)	80
Tabela 38. Crianças do concelho de Castro Marim acompanhadas pela ELI VRSA, 2020-2024(Nº)	81
Tabela 39. Crianças acompanhadas pelo Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil por Género, 2020-2024, (Nº)	81
Tabela 40. Utentes ativos em acompanhamento no concelho de Castro Marim por género, 2023-2024 (Nº)	84

Tabela 41. Utentes ativos em acompanhamento por tipologia de inscrição, 2023-2024, (Nº)	84
Tabela 42. Utentes ativos em acompanhamento por Grupos Etários, 2023-2024, (Nº)	85
Tabela 43. Distribuição de utentes ativos em acompanhamento por Nível de Escolaridade, 2023-2024, (Nº)	85
Tabela 44. Distribuição das vítimas apoiadas por faixa etária, 2021-2023, (Nº), (%)	89
Tabela 45. Distribuição do autor/a do crime por faixa etária, 2021-2023, (Nº), (%)	90
Tabela 46. Principais equipamentos culturais e grupos culturais no concelho de Castro Marim	92
Tabela 47. Despesas em Cultura e Desporto no município de Castro Marim, por domínio cultural, 2018-2023, (Milhares)	93
Tabela 48. Beneficiários/as de Prestações de Subsídios da Segurança Social, 2020-2023, (Nº)	95
Tabelas 49. Medidas e Apoios do Regulamento Municipal de Ação Social	100
Tabela 50. Taxa de Variação da População dos 0-14 anos, 2011-2021, (N), (%)	108
Tabela 51. População Jovem por Grupo Etário e Género, 2021-2023, (Nº)	109
Tabela 52. Crianças e Jovens Acompanhados/as pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por Problemática 2024, (Nº)	111
Tabela 53. Núcleos Familiares Monoparentais por Grupo Etário e Género, 2021, (Nº)	114
Tabela 54. Núcleos Familiares Monoparentais por Freguesia, 2021, (Nº), (%)	114
Tabela 55. Núcleos Familiares Monoparentais Residentes por nível de Escolaridade, 2021, (Nº)	115
Tabela 56. Taxa de variação da População idosa, acima dos 65 anos, 2001-2021 (Nº), (%)	116
Tabela 57. População Residente por Grupo Etário, 65-79 e 80 ou + anos, 2021 (Nº)	117
Tabela 58. População Residente por Grupo Etário, 65-80 e 81 ou + Anos, 2021, (Nº)	117
Tabela 59. Valor médio das pensões da Segurança Social anuais, 2020-2023 (€)	118
Tabela 60. Pessoas em situação de sem-abrigo, por género, 2022-2024, (Nº)	121
Tabela 61. Distribuição das Pessoas em situação de sem-abrigo, por grupo etário, 2022-2024, (Nº)	121
Tabela 62. Estabelecimentos com resposta de creche e Pré-Escolar, por capacidade e utentes, 2024, (Nº)	124
Tabela 63. Estabelecimentos com respostas de Atividade de Tempos Livres, por capacidade e utentes, 2024, (Nº)	125

Tabela 64. Distribuição de Equipamentos com Respostas Sociais à Família e Comunidade por Capacidade, 2024, (Nº)	126
Tabela 65. Distribuição dos Equipamentos com Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por Capacidade e Número de Utentes, 2024, (Nº)	127
Tabela 66. Distribuição dos Equipamentos com Centro de Dia, por Capacidade e Número de utentes, 2024, (Nº)	128
Tabela 67. Distribuição dos Equipamentos com Serviço de Apoio Domiciliários para capacidade, 2024, (Nº)	128
Tabela 68. Fóruns Temáticos Realizados	133
Tabela 69. Análise Final dos Fóruns Temáticos	134
Tabela 70. Síntese dos Problemas e Necessidades	137

Índice de Gráficos

Gráfico.1 Taxa de Crescimento Efetivo, 2014-2023, (%)	21
Gráfico 2. Taxa de Natalidade, entre 2017-2023, (%)	22
Gráfico 3. Taxa de Fecundidade Geral, 2014-2023, (%)	22
Gráfico 4. Taxa Bruta de Mortalidade, 2011-2023, (%)	23
Gráfico 5. Saldo migratório, saldo natural e saldo total em Castro Marim, 2011-2023, (Nº)	24
Gráfico 6. Índice de dependência de idosas e dependência total em Castro Marim, 2010 a 2023, (%).	28
Gráfico 7. Índice de dependência de jovens e dependência total em Castro Marim, 2010-2023, (%)	29
Gráfico 8. População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, Algarve e Castro Marim, 2011-2023, (%)	30
Gráfico 9. População estrangeira com estatuto legal de residente em Castro Marim, por género, 2015-2023, (Nº)	31
Gráfico 10. População estrangeira com estatuto legal de residente, por nacionalidade, 2022-2023, (Nº)	32
Gráfico 11. Taxa bruta de pré-escolarização, 2020-2023, (%)	44
Gráfico 12. Taxa bruta de escolarização, 2020-2023, (%)	44
Gráfico 13. Taxa bruta de escolarização de 1º, 2º,3º ciclo de ensino básico, 2020-2023, (%)	45
Gráfico 14. Número de alunos que frequentam no PIEF no AECTM, 2021-2024, (Nº)	47
Gráfico 15. Taxas de retenção/Desistência, 2019-2023, (%)	49
Gráfico 16. Evolução da Taxa de Retenção/desistência, por ciclo de ensino, em Castro Marim, 2019-2023, (%)	50
Gráfico 17. Evolução da taxa de transição/ conclusão por nível de ensino, em Castro Marim, 2019-2023, (%)	51
Gráfico 18. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Castro Marim	53
Gráfico 19. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Altura	53
Gráfico 20. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia do Azinhal	54

Gráfico 21. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Odeleite	54
Gráfico 22. Evolução da População Residente Desempregada, 1981-2024, (Nº)	60
Gráfico 23. Evolução da Taxa de Desemprego, por género, 2011-2021, (%)	61
Gráfico 24. Evolução da Taxa de Desemprego, por freguesias, 2011-2021, (%)	61
Gráfico 25. População Desempregada inscrita no IEFP, por nível de escolaridade, outubro de 2024, (Nº)	63
Gráfico 26. População Desempregada inscrita no IEFP, por tempo de inscrição, outubro de 2024, (Nº)	63
Gráfico 27. Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares em Portugal, no Algarve e em Castro Marim, 2019-2023 (€/m ²)	68
Gráfico 28. Valor mediano das Rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Castro Marim	68
Gráfico 29. Médicos/as por 1000 Habitantes, 2011-2023, (Nº)	77
Gráfico 30. Enfermeiros/as por 1000 Habitantes, 2011-2023, (Nº)	78
Gráfico 31. Média de Habitantes por Médico/a de família, 2001-2022, (Nº)	78
Gráfico 32. Evolução da Taxa de Criminalidade, 2021-2023, (%)	86
Gráfico 33. Evolução dos Crimes registados pelas Autoridades, 2019-2023, (Nº)	87
Gráfico 34. Evolução dos Crimes registados pelas autoridades por tipologia de crime, 2019-2023, (Nº)	87
Gráfico 35. Evolução do número de crimes e outras formas de violência registadas pela APAV no Pólo em Castro Marim, 2020-2023, (Nº)	88
Gráfico 36. Evolução das despesas em Cultura e Desporto, no município de Castro Marim, 2021-2023, (%)	92
Gráfico 37. Evolução do Número de Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, 2014-2024, (Nº)	98
Gráfico 38. Evolução do Número de Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, por género, 2014-2024, (Nº)	99
Gráfico 39. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por grupo etário, 2024, (Nº)	99
Gráfico 40. Volume Processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, 2020-2024, (Nº)	110
Gráfico 41. Crianças e Jovens Acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por Grupo Etário, 2024, (nº)	111

Gráfico 42. Crianças e Jovens Acompanhados7as pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por Nacionalidade,2024, (Nº)	112
Gráfico 43. Distribuição de pensionistas no Concelho de Castro Marim em 2023	118
Gráfico 44. População de Etnia Cigana por grupos etário, 2024, (Nº)	120

Índice de Figuras

Figura 1. Logotipo do radar Social de Castro Marim	7
Figura 2. Ideias, elementos e significados do Logótipo do Radar Social	8
Figura 3. Localização Geográfica do Concelho de Castro Marim	11
Figura 4. Barragens de Odeleite	12
Figura 5. Taxa de variação da população residente, 2011-2021, (%)	16
Figura 6. Idade Média da população por município em 2021, em Portugal Continental e Regiões Autónomas	26
Figura 7. Urbanização Cercado do Poço da Ordem- Freguesia de Castro Marim	70
Figura 8. Urbanização das Laranjeiras- Freguesia de Altura	70
Figura 9. Urbanização das Laranjeiras nº 28- Freguesia de Altura	70
Figura 10. Habitações dispersas da Rua João de Deus, freguesia de Castro Marim	71
Figura 11. Habitação dispersa em Cerro do Enho (CM Castro Marim, 2021)	71

LISTA DE SIGLAS

ABEFA	Associação de Bem-Estar Social da Freguesia do Azinhal
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
AECTM	Agrupamento de Escolas de Castro Marim
AIMA	Agência para Integração Migrações e Asilo
APAV	Associação Portuguesa do Apoio à Vitima
ARS	Administração Regional do Algarve
ASFO	Associação Social da Freguesia de Odeleite
ATL	Atividades Tempos Livre
CAD	Comportamentos Aditivos e Dependências
CEB	Ciclo de Ensino Básico
CFP	Concelho de Finanças Públicas
CPCJ	Comissão e Proteção de Crianças e Jovens
CHUA	Centro Hospitalar Universitário do Algarve
CLAS	Concelho Local de Ação Social
CM	Castro Marim
CSP	Cuidados de Saúde Primários
CRI	Centro de Respostas Integradas
DGEEC	Direção Geral de Estatísticas e Educação e Ciência
DGS	Direção Geral de Saúde
ECSM	Equipa Comunitária de Saúde Mental
ELH	Estratégia Local de Habitação
EME	Edifício Multifuncional de Empresas
ENIPSA	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem abrigo
ERPI	Estruturas Residencial para Pessoas Idosas
ETET	Equipas Técnicas Especializadas de Tratamento
GAAF	Gabinete de Apoio e ao Aluno e à Família
GAV	Gabinete de Apoio à Vitima
GASMI	Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICAD	Instituto para os Comportamentos Aditivos e outras Dependências
IDT	Índice de dependência total

IE	Índice de Envelhecimento
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IURU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
LHB	Lei Bases de Habitação
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
NEES	Necessidades Educativas Especiais
NLI	Núcleos Locais de Inserção
NLGPI	Núcleo Local de Garantia Para a Infância
NPISA	Núcleo Planeamento e Intervenção Sem-abrigo
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEF	Plano de Educação e Formação
PER	Programa Especial de Realojamento
PIEF	Plano Integrado de Educação e Formação
POAP36MC	Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas
PSSA	Pessoas em Situação de Sem- Abrigo
PSP	Polícia de Segurança Pública
PROHABITA	Programa de Financiamento de Acesso à Habitação
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social de Inclusão
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Integrados
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SEF	Serviço estrangeiros e Fronteiras
SCMCM	Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências
SNIP	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SUB	Serviço de Urgência Básica

SPO	Serviço de Psicologia e Orientação
SWOT	<i>Strenghts, Weakness, Opportunities, Threasts</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UALG	Universidade do Algarve
UDA	Unidade de Desabilitação do Algarve
ULDM	Unidade de Longa Duração e Manutenção
ULS	Unidades Locais de Saúde
UN	União Europeia
UTL	Universidade Tempos Livres
UMS	Unidade Móvel de Saúde
ULDM	Unidade de Longa Duração e Manutenção
VPG	Valor Processual Global
VRSA	Vila Real de Santo António

INTRODUÇÃO

O reforço da coesão económica e social, através da redução das disparidades regionais no espaço europeu, tem sido um dos objetivos centrais da Política de Coesão da União Europeia (UE). O seu objetivo é promover um desenvolvimento equilibrado sustentável em toda a UE, por meio de investimentos estratégicos em áreas como infraestruturas, inovação e capital humano. Contudo, revela-se de extrema importância um planeamento que se adequa às especificidades locais, regionais e comunitárias para fazer face aos novos desafios ambientais, tecnológicos e demográficos.

O impacto económico e social provocado pela pandemia COVID-19, contribuiu para o agravamento das condições de vida das pessoas e das famílias, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social. Neste sentido, o projeto Radar Social surge como uma resposta à crise provocada pela pandemia bem como, aos cenários de crise decorrentes de conflitos internacionais.

O projeto **Piloto Radar Social** está integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português financiado pela União Europeia e apresenta-se como uma resposta inovadora e estratégica para enfrentar realidades sociais que afetam muitas comunidades, com o objetivo de promover a recuperação económica e social, reforçar a resiliência do país, preparando-o para um futuro mais sustentável e socialmente harmonioso.

Neste contexto, o projeto assenta no desenvolvimento de um trabalho de parceria e de cooperação, de referenciação e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, em complementaridade com as redes locais.

No âmbito do Radar Social, procedeu-se à atualização do Diagnóstico Social, em articulação com a Rede Social, o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Castro Marim e o Serviço de Ação Social do município, no sentido de mapear os recursos e as necessidades existentes no território, de forma a garantir uma maior eficácia das respostas e melhor coordenação das intervenções ao nível do concelho e das suas freguesias.

O presente documento oferece uma análise detalhada da situação social, demográfica e económica do concelho de Castro Marim.

“Se pudéssemos primeiro saber onde estamos e para onde nos dirigimos, podíamos avaliar melhor o que fazer e como fazê-lo”. Abraham Lincoln.

1. ENQUADRAMENTO DO PROJETO

A necessidade de uma ideia de Desenvolvimento Social surgiu para combater modelos de crescimento que valorizaram o crescimento económico centralizado, sem considerar as particularidades locais e as necessidades sociais das diferentes comunidades. Alguns exemplos dessas disparidades são os desequilíbrios observados no território nacional que resultaram em processos de desertificação, envelhecimento populacional e pobreza nas regiões do interior do país, enquanto nas áreas mais industrializadas surgem desigualdades sociais, problemas de ordenamento do território e degradação ambiental.

Apresentam-se como Pilares do Desenvolvimento Social:

- A **erradicação da pobreza**, com especial atenção às situações de pobreza extrema, assegurando o acesso a rendimentos e promovendo os direitos económicos, sociais, culturais e civis;
- A **promoção do emprego**, fomentar o direito ao trabalho e adotar medidas para diminuir o desemprego, incluindo o apoio à economia social, incentivo ao empreendedorismo e investimento na formação e qualificação profissional;
- A **integração social**, promovendo a inclusão de todos os indivíduos na vida social, económica, social e política. A construção de uma sociedade mais justa fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, e na segurança, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis, apelando à proteção e valorização da diversidade étnica, cultural e religiosa;
- O **reconhecimento da importância da família e da comunidade**, através do apoio à dinamização e capacitação das comunidades.

Os pilares do desenvolvimento social assentam por sua vez, sobre os pressupostos como: o **desenvolvimento sustentável** que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente e a **transparência na Administração**.

1.1. Rede Social no Concelho de Castro Marim

A Rede Social foi criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro e impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local.

O Programa Rede Social tem como objetivo principal a erradicação da pobreza e da exclusão social e promoção do desenvolvimento social através de um trabalho de parceria com a criação de redes de apoio social integrado a nível local.

A Rede Social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

As ações desenvolvidas no âmbito da Rede Social, bem como o funcionamento de todos os seus órgãos, orientam-se pelos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.

1.1.1. Parceiros da Rede Social

Foi constituído o Conselho Local de Ação Social de Castro Marim, o CLAS, sendo um órgão local composto por parcerias locais públicas ou privadas, com o objetivo de conjuntamente, promover trocas de conhecimentos e de saberes, planear iniciativas de desenvolvimento social que visem a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social, desenvolvendo um trabalho articulado na sinalização e resolução das situações mais graves de pobreza e exclusão social no concelho. O CLAS funciona nas instalações da Câmara Municipal e é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal. As parcerias sociais realizadas no âmbito da Rede têm contribuído para uma maior eficácia nas intervenções realizadas.

Compõem este Conselho as **seguintes entidades parceiras**:

Câmara Municipal de Castro Marim

Juntas de Freguesia do Concelho: Castro Marim, Altura, Odeleite e Azinhal

Instituto da Segurança Social I.P. - Centro Distrital de Faro

Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana - ODIANA

Guarda Nacional Republicana – Posto de Castro Marim

Agrupamento de Escolas de Castro Marim

Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Azinhal

Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim

Unidade de Apoio e Gestão Cuidados de Saúde Primários do Sotavento Algarvio
Associação de Solidariedade Social Cegonha Branca
Associação Social da Freguesia de Odeleite
Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Leões do Sul Futebol Clube
Associação Recreativa Cultural e Desportiva dos Amigos de Alta Mora - ARCDAA
Clube Recreativo Alturense
Associação Recreativa e Cultural do Azinhal – ARCA
Associação de Caçadores e Pescadores Da Cumeada de Alta Mora
União Desportiva Castromarinense
Clube Desportivo de Caça e Pesca do Azinhal
Grupo Desportivo e Cultural do Rio Seco
Centro Humanitário da Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo De Tavira
Associação Pós-Partilha e Inserção do Algarve (APPIA) - - Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve
Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI)
Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Real de Santo António
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e Castro Marim
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
Associação XIS - Grupo Para A Promoção e Proteção dos Direitos Lgbti
Associação Ser Igual – Serviços Especiais de Reabilitação e Igualdade

Constituem o **Núcleo Executivo do CLAS**, as seguintes instituições:

Câmara Municipal de Castro Marim
Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro
Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim
Agrupamento de Escolas de Castro Marim
Odiana – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
Junta de Freguesia de Altura
Associação de Bem Estar Social Freguesia de Azinhal

A criação da Rede Social no Concelho de Castro Marim teve um impacto significativo afetando diversos aspetos sociais, económicos e culturais. Após a sua implementação, foi possível observar uma maior articulação entre a autarquia e as outras entidades locais que compõem a rede através da partilha de informações, experiências e necessidades sociais da população. O núcleo do CLAS tem sido constantemente atualizado desde a sua criação, sendo constituído atualmente, por **30 entidades**.

Através da concretização da Rede Social procedeu-se à elaboração do Diagnóstico Social do município, bem como o Plano de Desenvolvimento Social, dois instrumentos que permitiram a identificação das necessidades mais emergentes do concelho. Além disso, com a inclusão e participação ativa da sociedade civil na definição e implementações de medidas e políticas sociais, resultou num processo colaborativo e no fortalecimento de laços, contribuindo para um maior sentimento de pertença e responsabilidade por parte das comunidades.

Com a articulação promovida pela Rede Social foi possível aos serviços sociais uma maior eficácia nas respostas às problemáticas sociais, como o combate à pobreza e promoção da inclusão social.

No entanto, apesar dos inúmeros benefícios, a Rede Social também tem encontrado alguns **desafios e limitações**, como a coordenação entre diversas entidades e as dificuldades em garantir a mobilização e o compromisso contínuo de todos os envolvidos.

Com a evolução e desenvolvimento das problemáticas sociais torna-se premente a implementação de novas iniciativas que visem reforçar as redes de apoio social existentes. Desta forma, é fundamental reconhecer a carência de recursos humanos na área da ação social, que configura uma lacuna que deve ser reavaliada em futuras estratégias de atuação. Assim, neste contexto surge o **Projeto Radar Social**, uma iniciativa que pretende dar continuidade e potenciar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, promovendo novas metodologias de intervenção e maior colaboração entre os participantes a nível local.

1.2. Projeto Piloto Radar Social

1.2.1. Contextualização

O Radar Social é um projeto piloto cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), português, no âmbito da Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais. É uma medida estratégica e inovadora para enfrentar as complexas realidades sociais em territórios com elevada incidência de vulnerabilidade socioeconómica.

Este projeto prevê a criação de equipas técnicas multidisciplinares em Portugal Continental, com duração de 27 meses, de acordo com a dimensão populacional residente em cada concelho e abrangência de intervenção, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), da Rede Social, das Câmaras Municipais. Neste sentido, o Radar Social assenta no desenvolvimento de um trabalho de parceria e cooperação, de referência e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, em complementaridade com as redes locais.

A medida Radar Social contempla a implementação, de forma experimental, de um sistema de georreferenciação social e de capacitação dos territórios na ativação de resposta e otimização dos recursos, cujos destinatários são as pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social, incluindo as pessoas sem situações de risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas múltiplas dimensões.

No concelho de Castro Marim a equipa do Radar Social é constituída por dois elementos, de acordo com o aviso n.º 07/C03-i01/2023 que estabelece as normas para constituição de equipas tendo como requisito a dimensão populacional do território e desenvolve a sua atividade na Rede Social e nas suas estruturas operacionais, enquanto, recursos humanos permanentes para mobilização da Rede, em proximidade e articulação com as instituições que compõem a rede de parcerias locais, nomeadamente os serviços da Câmara Municipal, Serviços da Segurança Social, da Saúde, da Educação e Ensino Superior, da Justiça, de Segurança (GNR E PSP), rede de instituições do setor social e solidário, do setor privado, entre outras.

As atividades realizadas no âmbito do Radar Social devem garantir a privacidade e a segurança dos dados dos beneficiários, de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Assim, o Radar Social revela-se um projeto piloto fundamental para transformação das políticas sociais locais, apoiando o desenvolvimento de estratégias inovadoras, mais inclusivas e próxima das populações, capazes de enfrentar um mundo em constante mudança.

1.2.2. Cronograma do Projeto

O projeto contempla **duas fases** distintas de intervenção:



1.3.3. Logotipo do Radar Social – Castro Marim

A criação de um logotipo para o projeto surgiu da necessidade de criar uma identidade visual de um projeto inovador que irá servir a população do concelho, e assim, ser mais fácil o seu reconhecimento pelo público. Além disso, ajuda, a diferenciar de outros projetos ou medidas, enquanto comunica e transmite os valores, a missão e os princípios que o regem. A criação do logotipo contou com a colaboração do Designer Gráfico do município, que assumiu a sua elaboração e desenvolvimento. Será sempre mais do que uma imagem gráfica, este projeto reflete o esforço conjunto para tornar a sociedade mais inclusiva para todos.

Figura 1. Logotipo do Radar Social de Castro Marim



Fonte: CM Castro Marim, 2025

O **Castelo**, simboliza a ligação a Castro Marim e atua como um guia e orientador para toda a intervenção social, como uma muralha que remete para a proteção e segurança, assegurando que todas as pessoas em situações de vulnerabilidade e exclusão social sejam identificadas e apoiadas.

As **ondas do Radar** que se expandem em torno do Castelo representam as quatro freguesias do concelho, demonstrando o alcance deste projeto por todo o território do Município de Castro Marim. Reflete que este é um projeto que envolve toda a comunidade através do mapeamento das situações de vulnerabilidade e ainda simbolizam a rede de suporte e articulação entre os diversos parceiros e entidades locais.

No interior do Castelo, encontram-se representadas **figuras humanas**, que representam a população, pessoas ou famílias que serão o foco central de toda intervenção. A diversidade de cada figura reflete a igualdade, integridade e inclusão da população, reforçando que todos e todas, sem exceção, são a missão do Radar Social.

Figura 2. Ideias, elementos e significados do Logótipo do Radar Social

Ideias	Elementos	Significados
		Radar Mapear e Identificar; Cada linha de radar representa uma das 4 freguesias do concelho de Castro Marim.
		Castelo Símbolo do Município; Ligação à identidade visual do Município.
		Sociedade Famílias Pessoas Grupos

Fonte: CM Castro Marim, 2025

2. METODOLOGIA

A primeira etapa do processo do “Projeto Radar Social” corresponde à atualização do **Diagnóstico Social de Castro Marim**, que constitui um instrumento de planeamento da “Rede Social”, uma iniciativa destinada a promover redes de apoio social integrado a nível local.

Para intervir com eficácia nos problemas e necessidades detetadas numa determinada pessoa, família ou população é imperativo dispor de informações acerca da natureza, magnitude e gravidade dos problemas identificados, bem como as potencialidades (Serrano, 2008). Para tal, torna-se imprescindível a recolha de informação detalhada e garantir uma análise cuidadosa e estruturada dos dados recolhidos relativa às dinâmicas sociais, fornecendo uma base sólida para implementação de intervenções específicas e eficazes. Assim, o Diagnóstico Social assume um papel central na identificação de situações de vulnerabilidade, avaliação dos recursos existentes, na promoção e articulação entre entidades de relevo e na formulação de soluções alinhadas aos ODS, visando um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A elaboração do **Diagnóstico Social** do concelho de Castro Marim centrou-se numa abordagem multidisciplinar e coordenada, combinando diversas técnicas de recolha e análise de dados, através de métodos de natureza quantitativos como qualitativos, com foco na participação ativa da população e de várias entidades locais que contribuem para o desenvolvimento social.

Para a realização do diagnóstico social foram utilizadas ferramentas como, análises estatísticas e documentais de dados demográficos, sociais e económicos, levantamento estatístico e recolha de informação no Serviço de Ação Social, a auscultação da população e dos parceiros das entidades locais da Rede Social através da aplicação de questionários *online*, bem como da realização de fóruns temáticos.

Análise Documental e Estatística

- Análise de documentos relevantes, como relatórios de avaliação de projetos, diagnósticos sociais do concelho, documentos municipais, carta social, bases de dados nacionais (ex: INE) e informações fornecidas por entidades locais.

Questionários

- Foram realizados à população e a instituições e membros do CLAS para recolha de dados qualitativos. Os questionários permitem recolher dados mais próximos e detalhados das realidades sociais e institucionais.

Colaboração com o Serviço de Ação Social

- As informações e o saber partilhado pelo Gabinete de Ação Social assume um fator importante na partilha do conhecimento profundo das necessidades da comunidade.

Fóruns Temáticos

- Realização de Fóruns temáticos subordinados aos temas " Infância, Juventude e Famílias e Emprego e Qualificação Profissional" e "Envelhecimento e Saúde e Saúde Mental".

Para um contato mais próximo e realista das necessidades atuais, realizaram-se dois fóruns temáticos que envolveram áreas como a “Infância, Juventude, Famílias, Educação, Formação, Emprego, Envelhecimento, Saúde e Saúde Mental”, tendo sido convidados os representantes de várias entidades do concelho com relevo e impacto nas temáticas abordadas.

As sessões de trabalho tiveram uma componente informativa relativa ao projeto e uma componente prática, onde foram aplicadas técnicas como a “Nuvem de Problemas”, que consistiu na identificação das principais problemáticas que afetam o concelho pelos parceiros presentes, de acordo com a área selecionada. De seguida, realizou-se a Priorização dos Problemas através da Matriz de Problemas, no qual foi solicitado a cada participante que identificasse a prioridade do problema, em função da urgência e impacto. Após a discussão em grupo das problemáticas, procedeu-se à elaboração da Análise *SWOT*, onde foram identificados os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças do concelho, permitindo uma visão estratégica abrangente e fundamentada para a definição de ações futuras. A combinação metodológica a nível de dados qualitativos e quantitativos permitiu uma visão ampla da situação social do Concelho. Importa referir que os diagnósticos sociais não são documentos definitivos, mas sim ferramentas em constante mudança e atualização. Estas atualizações permitem uma análise contínua que possibilitará uma resposta mais rápida às dinâmicas sociais emergentes.

Enquanto instrumento de planeamento da Rede Social, o Diagnóstico Social constitui também um instrumento orientador para fundamentar candidaturas de apoio ao desenvolvimento social do concelho, considerando as necessidades prioritárias para uma maior eficácia e eficiência, bem como uma intervenção adequada à realidade social e promoção do desenvolvimento social sustentável do concelho. Assim, o projeto Radar Social não visa apenas proporcionar apoio imediato, mas também criar uma infraestrutura de suporte que fortaleça a resiliência das comunidades e promova a inclusão social a longo prazo.

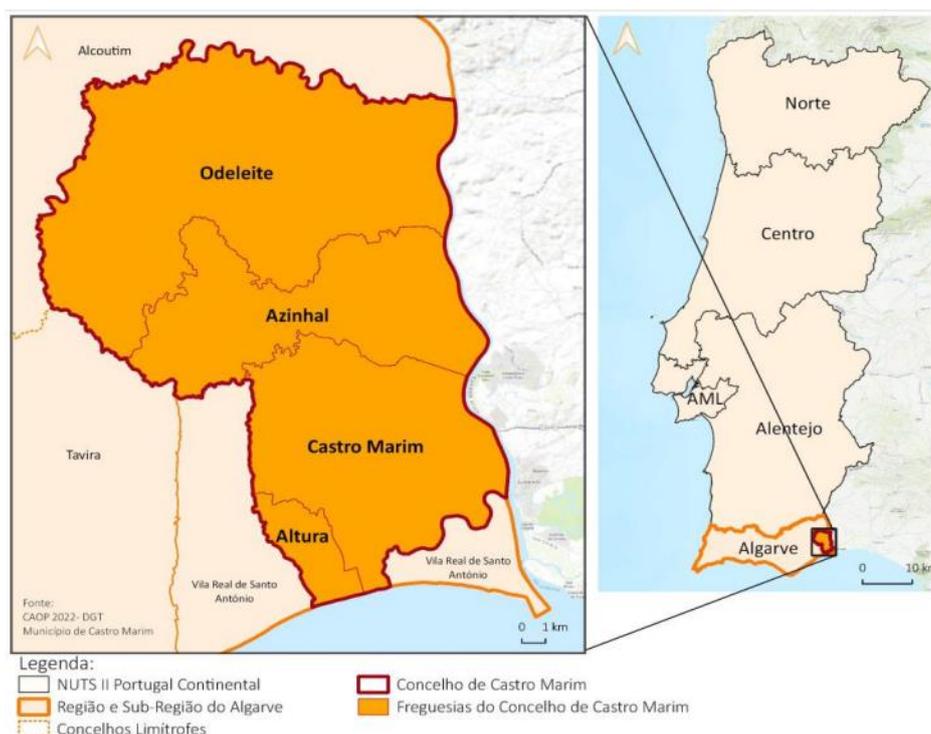
3. CARATERIZAÇÃO DO MUNÍCIPIO

3.1. Caraterização Territorial

O Concelho de Castro Marim localiza-se no Distrito de Faro sub-região (NUT III) e região do Algarve (NUT II), ocupa uma superfície de 300 Km², o que corresponde a 6% da área da região. É um concelho raiano limitado a Norte e Noroeste pelo concelho de Alcoutim, a Leste por Espanha, a Sudeste por Vila Real de Santo António (concelho), a Sul pelo Oceano Atlântico, a Sudoeste pela Freguesia de Vila Nova de Cacela (exclave de Vila Real de Santo António) e a Oeste por Tavira.

É composto por quatro freguesias: Altura, Azinhal, Castro Marim (onde se localiza a sede de concelho) e Odeleite. Todas as freguesias apresentam características rurais, exceto a freguesia de Altura que devido à sua localização no litoral, tem vindo a assistir a um desenvolvimento turístico.

Figura 3. Localização Geográfica do Concelho de Castro Marim



Fonte: CM Castro Marim, 2024 (DGT)

As Freguesias do Concelho de Castro Marim apresentam características particulares, desde praias de areal fino no litoral, até ao barrocal no interior da Serra Algarvia, o que as torna todas elas diferentes.

A Freguesia de Castro Marim, é sede do Concelho, a segunda maior em termos de extensão, com 79,4 Km², que significa 26,5% da área do Concelho e é onde existe maior concentração populacional.

A Freguesia de Altura embora seja a freguesia com a dimensão mais pequena, ocupa 11Km², representa 3,7% da área do concelho e devido à sua localização tem vindo a apresentar um desenvolvimento turístico elevado, nas últimas décadas.

A Freguesia do Azinhal é a terceira maior do Concelho, ocupa uma superfície de 68,7 Km², que corresponde a 22,9% da área total e a Freguesia de Odeleite, é a de maior dimensão, com uma superfície de 140,8km², representa 46,9% da área total, sendo ambas localizadas mais no interior.

Castro Marim tem um importante passado histórico que remonta à época romana, com marcos históricos no Concelho e na região, com monumentos de alto valor, e a sua localização geográfica privilegiada perto da fronteira no que se refere ao comércio, contribui para a preservação das tradições culturais e a criação de novas.

No Concelho de Castro Marim existem duas grandes barragens, a Barragem de Odeleite e a Barragem do Beliche, ambas localizadas na bacia hidrográfica do Rio Guadiana, que se destinam ao abastecimento das populações e ao regadio dos concelhos do Sotavento Algarvio e representam os recursos hídricos da região, assim como a Ribeira de Odeleite, Ribeira do Beliche e Ribeira da Foupana.

Figura 4. Barragem de Odeleite



Fonte: CM Castro Marim, 2025

O Concelho dispõe também de uma Reserva Natural do Sapal de Castro Marim - Vila Real de Santo António, com grande interesse biológico, sob muitos aspetos tais como: ecológico, botânico, ornitológico e ictiológico. É uma zona influenciada por fatores económicos de grande importância, tais como: pesca, exploração de salinas e o turismo. O concelho de Castro Marim possui 16% do seu território em área protegida devido à importância dos valores naturais que aí se encontram, englobando uma grande diversidade de habitats, ricos em fauna e flora e

outros recursos endógenos que merecem ser reconhecidos. Também o património histórico de Castro Marim é inegável, influenciando a economia e a demografia, e contribuindo para o turismo da região.

3.1.1. Infraestruturas e Acessibilidades

As **acessibilidades** são fundamentais para promover a conectividade, realçando-se o acesso das pessoas a diversos serviços e oportunidades.

Neste âmbito, o concelho de Castro Marim é servido por **infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e fluviais**. Ao **nível rodoviário**, é atravessado por estradas de nível Nacional e Municipal. No que respeita à rede de estradas de nível nacional, concretamente a **Rede Rodoviária Nacional (RRN)**, aprovada pelo Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), Castro Marim é servido pela rede fundamental nacional (IP1/A22 – Via do Infante – que, localizado na zona costeira, atravessa longitudinalmente a região do Algarve estabelecendo ligação a Espanha através da ponte Internacional do Guadiana e ao país através da ligação com a Autoestrada do Sul – A2/IP1), pela rede nacional complementar, o IC27 que, com orientação aproximada N-S, liga Castro Marim a Vila Real de Santo António e a Alcoutim e pela estrada regional ER125, que assegura as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, concretamente através da ligação dos diversos concelhos do Algarve, num sentido aproximado E-O).

A rede **Municipal** encontra-se hierarquizada na rede principal (constituída pelas estradas locais EM125-6, EM508, EM505 e EM1132) e na rede secundária (constituída pelas estradas e caminhos municipais EM502, EM512, EM1060, EM1252, EM1131, EM1251, CM508, CM1063, CM1132, CM1132-1 e CM1251). As vias locais têm um importante impacto nas ligações com as freguesias do Município, uma vez que facilita não só a deslocação dos munícipes, mas também de turistas, investidores, beneficiando todos os setores, promovendo uma maior dinamização económica no concelho.

No que respeita à **rede ferroviária**, o concelho é servido pela Linha do Algarve, no troço Tavira – Vila Real de Santo António, numa extensão de cerca de 5.210 metros.

Por último, no que respeita ao **transporte fluvial**, em Castro Marim existem dois cais, um de acostagem para pequenas embarcações na foz de Odeleite, e outro junto ao rio Guadiana ao lado da vila de Castro Marim.

A crescente preocupação com o meio ambiente e as medidas sustentáveis, levou o município a criar uma **Rede de Ciclovias**, em que uma delas localiza-se no troço da EN122 – Troço Castro Marim/Vila Real de Santo António e outra na EN125-6, via de acesso à freguesia de Altura e ao

IC27. Interligam-se às políticas desportivas e culturais como medidas que visam também fomentar a criação rotinas mais sustentáveis à população. É ainda, uma medida de segurança e bem-estar para os habitantes e visitantes do concelho, promovendo atividades ao ar livre em segurança, a valorização dos espaços-verdes, a preservação do património natural e cultural, apresentando-se como uma aposta turística mais diversificada e uma forma de desenvolvimento turístico. Um planeamento adequado e uma organização eficiente da rede de acessos pode também melhorar significativamente a mobilidade da população, garantindo maior segurança, acesso à educação, cuidados de saúde e conseqüente, melhoria da qualidade de vida.

3.1.2. Economia Local

As quatro freguesias do Concelho apresentam características económicas diferentes, tanto pela sua localização, como pelas características demográficas. A influência do turismo no setor económico do concelho é cada vez mais notável, os desenvolvimentos de novas formas de turismo fomentam a vinda de novos visitantes que procuram experiências diferenciadas.

A **agricultura e pecuária** sempre tiveram um papel predominante no concelho, e continuam a ter um desenvolvimento notável na região. As Freguesias de Odeleite e do Azinhal, que se encontram mais no interior concentram em si grande parte da zona rural e agrícola, onde o turismo tem vindo a desenvolver novas formas, observando-se um turismo mais sustentável, turismo rural, aumentando as ofertas e experiências no interior do Concelho.

Castro Marim, sede do concelho, compreende a maioria das respostas de serviços públicos e administrativos, concilia em si grande parte dos edifícios e monumentos com elevado valor histórico. O Castelo e o imponente Forte de São Sebastião, representam a imagem da Vila de Castro Marim.

A freguesia de Altura, com as suas praias de areia fina e águas límpidas e quentes, torna-se o local de excelência para muitos dos visitantes, e é onde se concentra a maioria dos espaços hoteleiros, que tem assistido a uma evolução exponencial, sendo que em 2011 o número de alojamentos turísticos era de 3, em 2022 aumentou para 19 e em 2023 o número de alojamentos turísticos subiu para 21 (INE, 2025).

O setor turístico impulsiona a economia local, aumentando a oferta de respostas turísticas, através da criação de novos postos de trabalho, desenvolvendo a restauração e o comércio. No caso concreto de Castro Marim e do Algarve, o turismo balnear é o tipo de turismo predominante, sentindo-se esse crescimento junto ao litoral, mais especificamente na freguesia de Altura. Nas regiões do interior do Concelho, o turismo rural e ecológico, são ofertas que o diferenciam das outras freguesias situadas no Litoral, e que promovem o interior da região.

Castro Marim tem uma forte ligação à atividade salineira, tendo feito desde sempre parte da economia local e da cultura dos habitantes de Castro Marim, com grande impulso nos finais dos anos 90. O Sal de Castro Marim tem mobilizado esforços conjuntos para promover e valorizar não só a atividade, mas também o seu produto, seja através do processo de certificação assente na elevada qualidade do produto, assim como na revitalização de salinas desativadas. A procura de novos mercados através de conceitos diferenciados e inovadores, motivou o desenvolvimento e criação de novos produtos, procurando uma adequação às necessidades dos consumidores atuais, o que ajudou a impulsionar a atividade e promoveu a sua preservação e conservação consciente.

A análise da economia do Concelho revela-se fundamental para formular medidas que visem dar respostas às necessidades específicas da comunidade, de forma que todas as freguesias tenham um desenvolvimento mais coeso e inclusivo, promovendo um equilíbrio na economia local, numa região que sofre os efeitos do fenómeno da sazonalidade.

A Câmara Municipal de Castro Marim criou o Edifício Multifuncional de Empresas (EME) com o intuito de apoiar o desenvolvimento de projetos de negócio e criação de empresas, orientado para projetos de carácter inovador da comunidade local, pessoas singulares ou coletivas, promotoras de um projeto empresarial que contribuam para o desenvolvimento económico e local assim como para a criação de postos de trabalho. Este espaço permite promover o desenvolvimento de atividades económicas baseadas na inovação, de setores estratégicos no Concelho, estimular a internacionalização das empresas locais e regionais, criar sinergias inter-regionais, com o objetivo de colocar Castro Marim no mapa do empreendedorismo regional e nacional e promover o emprego.

A promoção de medidas que apelem à criação de emprego a longo prazo no Concelho de Castro Marim e combater-se o efeito da sazonalidade na região é necessária e urgente, com vista a fixação da população no território e garantir uma estabilidade económica e social sustentável para as gerações futuras.

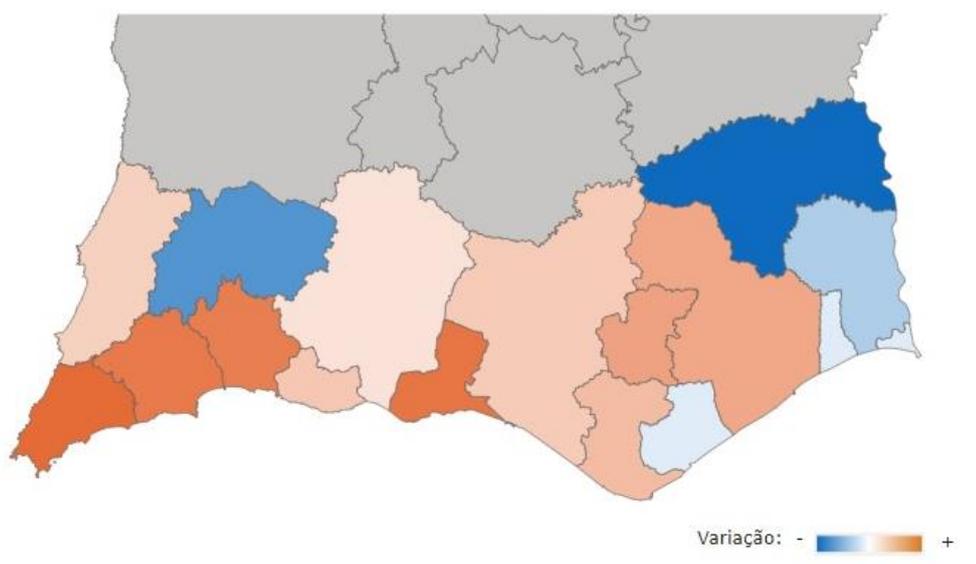
3.2. Caracterização demográfica

3.2.1. População Residente

A análise dos indicadores demográficos apresenta-se como um dos principais domínios indispensáveis num diagnóstico social, não apenas pela compreensão da composição, distribuição e evolução da população, mas também pelo auxílio na definição de estratégias de desenvolvimento adaptadas às dinâmicas demográficas locais.

Segundo dados recolhidos nos últimos momentos censitários, no que se refere à realidade nacional, a população em Portugal cresceu entre 1991 e 2011, embora com abrandamento no último período intercensitário e entre 2011 e 2021 observou-se uma perda populacional com uma taxa de variação de -2,1%. Na região do Algarve, entre o período de 2011 a 2021, verificou-se um aumento de 3,7% da população. No entanto, nem todos os concelhos acompanharam este crescimento, o concelho de Alcoutim foi onde registou-se maior perda populacional (-13,51%), seguido de Monchique (-9,64%) e em terceiro o concelho Castro Marim com uma taxa de variação de -4,56%.

Figura 5. Taxa de variação da população residente, 2011-2021, (%)



Fonte: INE, 2024

Como se verifica na **Figura 3**, a nível territorial a variação da população residente difere entre as freguesias do concelho. Verificando-se uma maior taxa de variação entre 2011 e 2021, na freguesia de Odeleite, a registar -24,51%. Conforme apresentado na **Tabela 1**, entre 2001 e 2011, a taxa de variação no concelho de Castro Marim registou 2,34%, no entanto, as freguesias do interior, Azinhal e Odeleite assumiram uma taxa de variação negativa (-24,57% e -18,31%, respetivamente). No período entre 2011 e 2021, o concelho de Castro Marim teve uma taxa de

variação negativa (-4,56%) como resultado da perda populacional registada, sendo a freguesia de Castro Marim a única a registar taxa de variação positiva (0,34%).

Tabela 1. Taxa de variação da População Residente 2001-2021, (%)

Unidade Territorial	Taxa de Variação	
	2001-2011	2011-2021
Portugal	1,99	-2,07
Algarve	14,12	3,62
Concelho de Castro Marim	2,34	-4,56
Freguesia de Altura	14,32	-4,05
Freguesia de Azinhal	-24,57	-8,24
Freguesia de Castro Marim	7,22	0,34
Freguesia de Odeleite	-18,31	-24,51

Fonte: INE, 2024

Estas alterações na dinâmica populacional levantam desafios imediatos no planeamento e ordenamento do território e na sustentabilidade demográfica do concelho. No que refere à realidade populacional do concelho de Castro Marim, segundo os dados apresentados na **Tabela 2**, a população residente tem registado algumas oscilações, evidenciando uma tendência regressiva, atingindo em 2021 o número mais baixo de residentes dos últimos 30 anos. Comparativamente a 1991, o concelho registou uma diminuição de 5,4%, com 6.439 residentes, em 2021. No entanto, conforme estimativas provisórias pós censitárias atualizadas em julho de 2024 pelo INE, nos últimos dois anos, existiu um aumento significativo de habitantes, registando em 2023, 6.819 residentes, a confirmar-se os dados recolhidos, a população aumentou ultrapassando o número de residentes em 1991. Este crescimento da população em Castro Marim, pode dever-se também ao aumento da população estrangeira, que entre 2011 e 2023 registou um aumento de 9%.

Tabela 2. População Residente em Castro Marim, 1991-2023, (Nº)

Área Territorial	População Residente (Nº)					
Concelho de Castro Marim	1991	2001	2011	2021	2022	2023
	6803	6593	6747	6439	6710	6819 ^(Pro)

Fonte: INE, 2024

No que concerne à distribuição da população residente por freguesia, é possível realizar uma análise mais profunda e detalhada sobre o número habitantes, segundo os dados recolhidos nos censos de 2021, conforme indicado na **Tabela 3**. A freguesia de Castro Marim detém o maior

número de residentes em 2021 (3728 habitantes), que representa cerca de 51% da população residente do concelho. Este facto pode ser justificado por Castro Marim apresentar uma maior oferta de equipamentos, serviços e emprego, o que lhe confere características mais urbanas em comparação com as outras freguesias. Em seguida, a freguesia de Altura é a que possui mais residentes (2106) em 2021. As freguesias do Azinhal e de Odeleite com dimensões territoriais mais elevadas, são as freguesias que detêm menos residentes (479 e 576 respetivamente).

Tabela 3. Distribuição da população residente e densidade populacional, por freguesias, 2021, (Nº)

Área Territorial	Densidade		H	M
	Populacional por habitantes (Km ²)	Total População		
Concelho de Castro Marim	21,5	6.439	3.163	3.276
Freguesia de Altura	189,73	2.106	1.022	1.084
Freguesia de Azinhal	7,03	479	234	245
Freguesia de Castro Marim	41,31	3.278	1.612	1.666
Freguesia de Odeleite	4,05	576	295	281

Fonte: INE, 2024

Refletindo a intensidade de ocupação de uma determinada área territorial, a densidade populacional, de acordo com o INE, é calculada pela relação entre o número de residentes e a superfície (em Km²). Assim, conforme demonstrado na **Tabela 3**, verifica-se que o Concelho de Castro Marim é um território de baixa densidade populacional, registando apenas 21,5hab./km².

A freguesia de Altura é o território com maior densidade populacional com 189,73 hab./km² e uma população de 2103 habitantes, devendo-se ao facto de ser a freguesia de menor superfície (km²) e a segunda com maior número de habitantes, que resulta numa maior densidade populacional. Com a segunda maior densidade populacional (41,31 hab./Km²), encontra-se a freguesia de Castro Marim que, apesar de ser a mais populosa, possui uma superfície com proporção substancialmente superior. As freguesias de Odeleite e Azinhal apresentam densidades populacionais comparativamente baixas, entre 4hab./Km² e 7hab./km².

Nesta análise à escala das freguesias é possível observar, disparidades consideráveis nas densidades populacionais e número de residentes nas quatro freguesias, sendo que as freguesias mais afetadas com menor densidade populacional são as freguesias que se situam no interior com características mais rurais e baixa natalidade, comparativamente com as do litoral.

Esta disparidade evidencia a necessidade de políticas diferenciadas, que se ajustem às necessidades e realidades locais.

De acordo com os resultados dos Censos (2021) estima-se que residiam no concelho de Castro Marim, **6.439 habitantes**, 49,12% que corresponde a 3.163 habitantes do género masculino e 50,88% corresponde a 3.276 habitantes do sexo feminino. Segundo dados mais recentes do INE, **em 2023, a população residente estimada era de 6.819 habitantes**, em que 3.342 habitantes (49,01%) eram do género masculino e 3.477 (50,99%) são do sexo feminino.

Tabela 4. Distribuição da população residente por grupos etários e género, 2011-2021, (Nº)

Área Territorial	Anos	Grupos Etários				TOTAL
		0-14	15-24	25-64	65 e mais	
Concelho de Castro Marim	2011	838	644	3.462	1.803	6.747
	2021	705	545	3.096	2.093	6.439
Freguesia de Altura	2011	306	228	1.218	443	2.195
	2021	214	208	1.058	626	2.106
Freguesia de Azinhal	2011	41	31	230	220	522
	2021	28	30	196	225	479
Freguesia de Castro Marim	2011	448	346	1.742	731	3.267
	2021	426	291	1.654	907	3.278
Freguesia de Odeleite	2011	43	39	272	409	763
	2021	37	16	188	335	576

Fonte: INE, 2024

De acordo com a análise da **Tabela 4**, observa-se no concelho de Castro Marim um aumento na faixa etária acima dos 65 ou mais anos, entre 2011 e 2021, passando de 1.803 para 2.093 habitantes, assim como, um decréscimo no grupo etário dos 0 aos 14 anos de idade, passando de 838 habitantes em 2011 para 705 habitantes, em 2021.

O grupo etário entre os 25 e os 64 anos de idade, correspondente à população em idade ativa, representa o grupo com maior relevância, também se verificou uma diminuição de 3462 para 3096 habitantes, entre 2011 e 2021.

O envelhecimento demográfico é observável pelo aumento significativo da população idosa (com 65 e mais anos) e uma diminuição da população em idade ativa (15-64 anos), mas sobretudo, da população jovem (dos 0 aos 14 anos).

À escala das freguesias, destaca-se Odeleite, por ter perdido população em todos os grandes grupos etários, por ter registado a perda mais significativa de população em idade ativa e por

ser a única que perdeu população idosa. Estes fenómenos resultaram num decréscimo da população residente em quase 25% entre 2011 e 2021.

Em 2021, a **freguesia de Castro Marim registava 3.278 habitantes, correspondendo a 50,9% da população**, sendo que entre 2011 e 2021, verificou-se um decréscimo da população ativa e aumento da população acima dos 65 anos, evidenciando o envelhecimento da população.

Na freguesia de Altura, a maior concentração populacional encontra-se na faixa etária entre os 15 e os 64 anos, com 1266 habitantes, e é a segunda freguesia onde se concentra o maior número de jovens até aos 14 anos. Na freguesia do Azinhal, a população residente em 2021 situou-se em 479 habitantes, correspondente a 4,73% da população, onde apenas 28 habitantes encontravam-se na faixa etária dos 0 aos 14 anos. Também na freguesia de Odeleite, em 2021 a população era de 576 habitantes (8,94%) e a maioria dos habitantes concentravam-se na faixa etária acima dos 65 anos, com 335 habitantes, sendo a freguesia que apresenta maior dimensão geográfica e características rurais, com o maior envelhecimento populacional.

Embora nestes períodos censitários entre 2011 a 2021 tenham existido um decréscimo da população, dados recolhidos mais recentemente, atualizados em 2022 e 2023 no INE, conforme apresentado na **Tabela 5**, demonstra que a população do concelho de Castro Marim tem vindo a evidenciar um aumento, podendo este justificar-se pelo aumento da população estrangeira residente, possivelmente devido ao panorama de conflitos internacionais existentes.

Tabela 5. População Residente no Concelho de Castro Marim, por faixa etária, 2022 - 2023 (Nº)

Área Territorial	Grupos Etários					TOTAL
	Anos	0-14	15-24	25-64	65 e mais	
Concelho de Castro Marim	2022	780	618	3178	2134	6710
	2023	793	627	3239	2160	6819

Fonte: INE, 2024.

Segundo os dados apresentados relativos à população residente nos anos 2022 e 2023, verifica-se um crescimento da população em todos os grupos etários, salienta-se o aumento da população em idade ativa, entre os 25 e 64 anos, de 2021 para 2023 que foi de 143 habitantes, corroborando a **tendência de aumento da população estrangeira** que também tem vindo a aumentar substancialmente no concelho, conforme se verifica no **Gráfico 9**. Ainda assim, a população idosa acima dos 65 anos tem uma percentagem de 31,7% em 2023, um valor que reflete o envelhecimento da população.

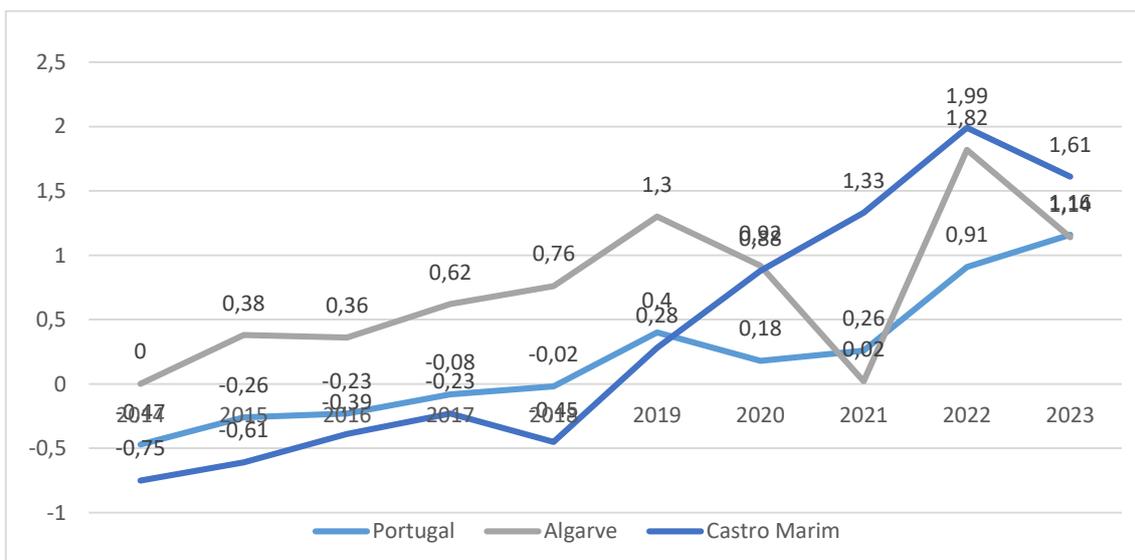
Através da análise das dinâmicas demográficas e estruturas etárias, é possível constatar que o concelho de Castro Marim revela um envelhecimento demográfico significativo nos últimos

anos, devido às questões de baixa natalidade, aumento da longevidade de vida e fluxos migratórios. Com a concentração populacional nas zonas do litoral, verifica-se um envelhecimento populacional em todas as unidades territoriais, sobretudo no interior do concelho. Desta forma, criar medidas para fixar a população nas freguesias do interior é uma necessidade cada vez mais premente, como através da criação de emprego e a valorização social destes territórios e ainda, promover políticas públicas voltadas para o bem-estar e a inclusão da população mais envelhecida.

3.2.2. Dinâmicas Demográficas

As dinâmicas demográficas são fundamentais para compreender as transformações sociais, económicas e políticas de uma sociedade. A análise do crescimento populacional, a distribuição geográfica e a mudanças nos padrões de natalidade e mortalidade e migração permite avaliar como as populações evoluem ao longo do tempo e os fatores que podem influenciar o seu desenvolvimento.

Gráfico 1. Taxa de Crescimento Efetivo, 2014 - 2023, (%)

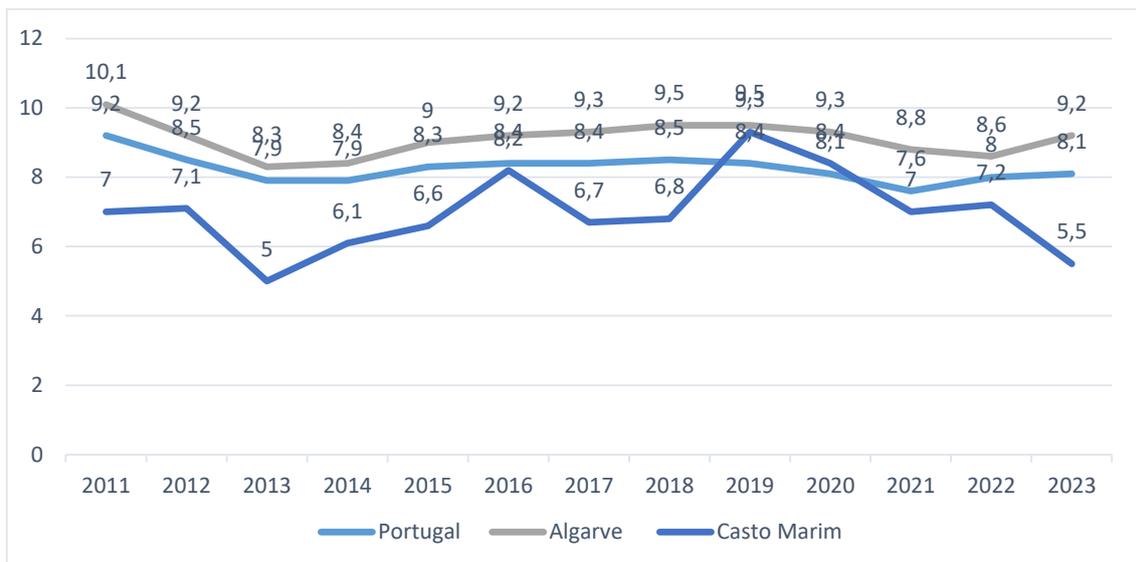


Fonte: INE, 2024

O concelho de Castro Marim apresenta uma **taxa de crescimento efetivo positiva de 1,61%**, em 2023. De acordo como **Gráfico 1**, que apresenta a taxa de crescimento efetivo, que corresponde à variação populacional observada durante um determinado período, normalmente num ano civil, referido à população média desse período (INE, 2025), observa-se que a nível nacional durante anos existiu uma taxa de crescimento negativa e apenas a partir de 2018 verificou-se uma tendência de aumento da população. No Algarve, a taxa de crescimento apresentou sempre valores positivos, sendo que em 2021 registou um decréscimo significativo e apresentou a taxa mais baixa com 0,02%. No que respeita ao concelho de Castro Marim, até 2018 a taxa de

crescimento registava valores negativos e no ano seguinte começou a recuperar as sucessivas perdas de população, atingindo o seu **maior crescimento efetivo em 2022, com 1,99%**.

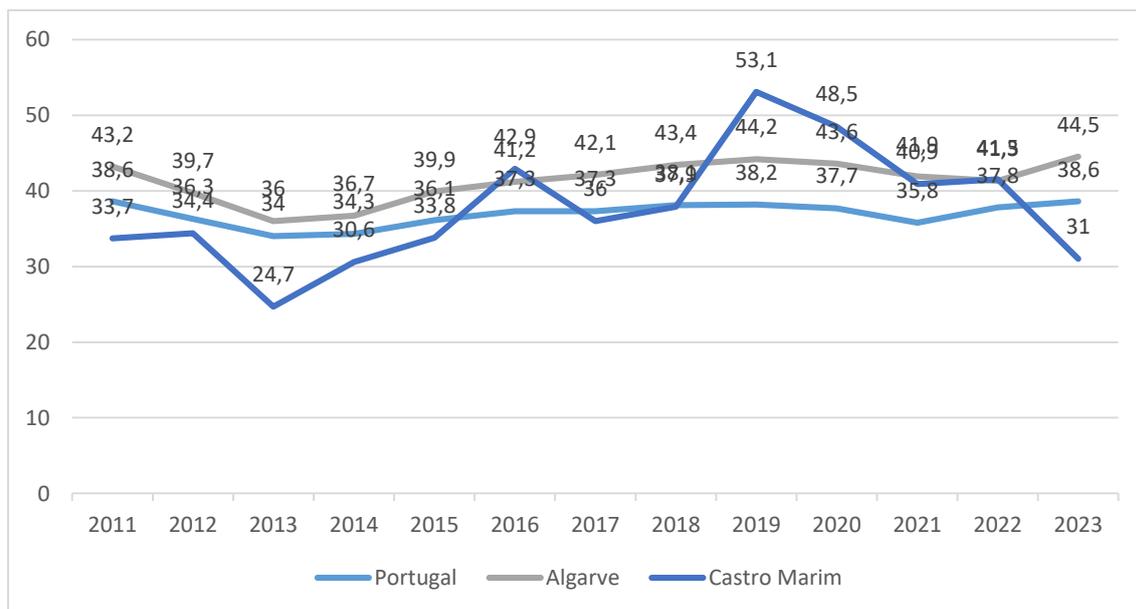
Gráfico 2. Taxa Bruta de Natalidade, entre 2017-2023, (%)



Fonte: INE, 2024

De acordo com os dados apresentados no **Gráfico 2**, a taxa bruta de natalidade no concelho entre 2011 e 2021, embora tenha registado oscilações, em ambos os anos censitários manteve-se nos 7%, registando a sua maior subida em 2019, onde registou 9,3%. Esta taxa em 2023, situou-se nos 5,5%, observando-se um decréscimo significativo desde 2019 e encontrou-se sempre abaixo dos valores nacionais e regionais, exceto em 2019 que ultrapassou o valor nacional.

Gráfico 3. Taxa de Fecundidade Geral, 2014-2023, (%)



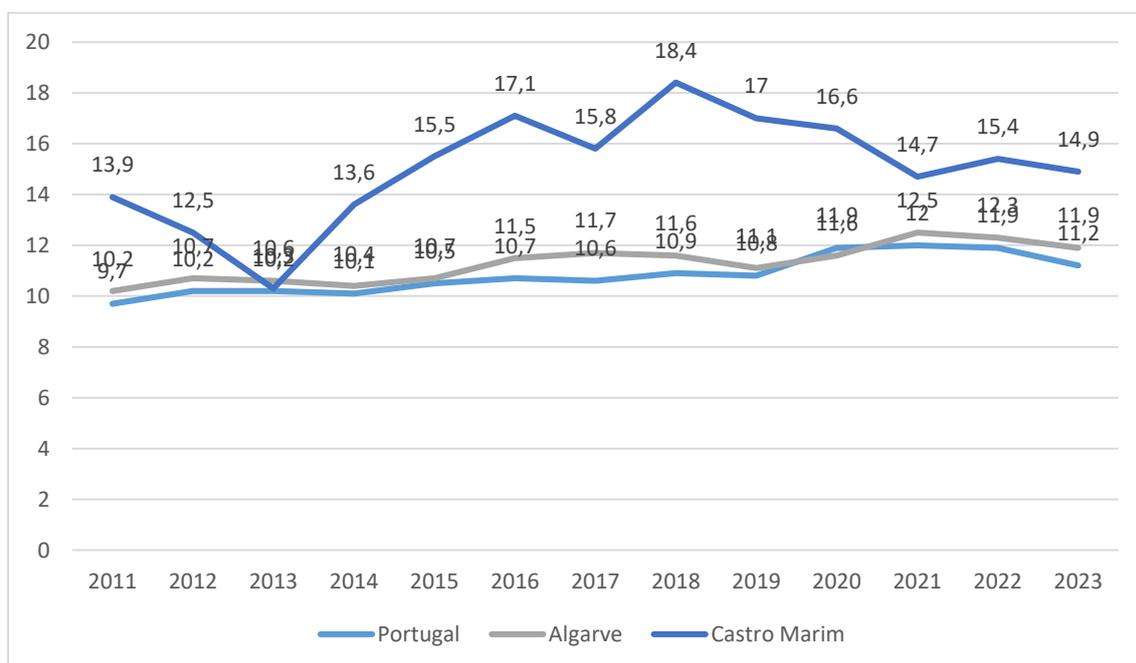
Fonte: INE, 2024

No que se refere à **taxa de fecundidade**, que corresponde ao número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo, no concelho de Castro Marim, foi no ano 2019 que registou a taxa mais elevada, com 53,1%, superando os valores aos regionais e nacionais, contudo, após esse ano apresentou um decréscimo significativo, situando-se em 2023 nos 31%, abaixo das médias nacionais e regionais que se mantiveram com poucas oscilações.

Importa analisar a taxa de fecundidade e a taxa bruta de natalidade no concelho, pois ambos são indicadores com elevado impacto a nível demográfico, económico e social. A nível nacional e regional verifica-se ao longo dos anos, uma tendência linear nestes dois indicadores, com o Algarve sempre a apresentar valores superiores aos valores nacionais, sendo que em Castro Marim em ambas taxas surgem oscilações significativas, em que o valor mais baixo da taxa de fecundidade foi em 2013, com 24,7% e na taxa de natalidade em 2013, com 5%, sendo que neste último indicador, o valor em 2013 está perto do valor registado em 2023, de 5,5%.

A realidade do concelho demonstra que é necessário apostar na criação de políticas públicas promotoras da natalidade, bem como em estratégias que permitam a fixação da população principalmente nas freguesias situadas mais no interior e com menor densidade populacional.

Gráfico 4. Taxa Bruta de Mortalidade, 2011-2023, (%)

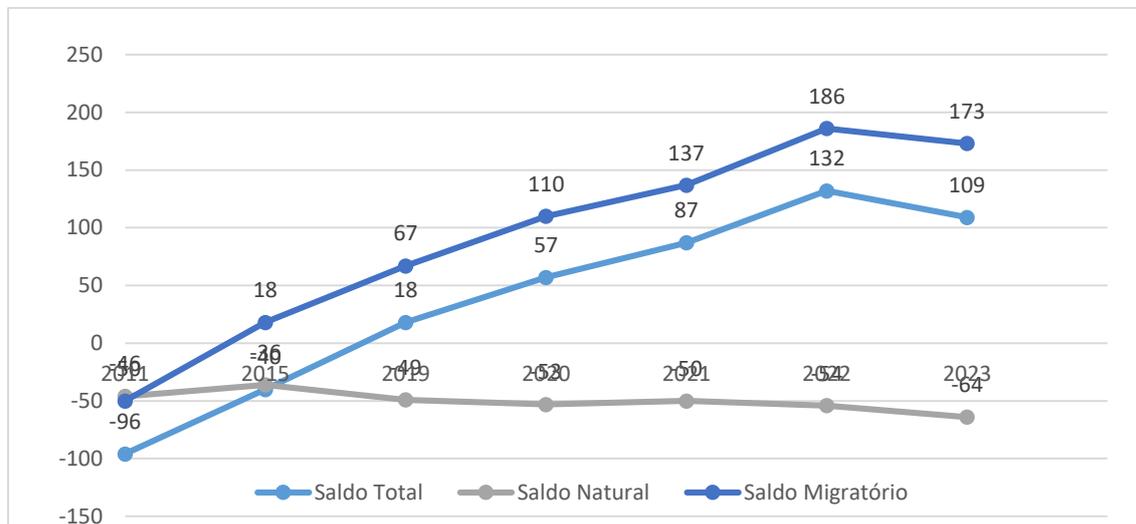


Fonte: INE, 2024

No que refere à taxa bruta de mortalidade (número de óbitos por 1.000 pessoas no meio do ano), podemos observar no **Gráfico 4**, que o concelho de Castro Marim à exceção do ano 2013, registou sempre valores superiores às médias nacionais e regionais, atingindo o valor mais

elevado em 2018. Com 18,4%. A taxa bruta tem registado oscilações no concelho e em 2023 situou-se nos 14,9%, embora desde 2018 tenha tido uma tendência decrescente, o valor manteve-se elevado comparativamente aos valores regionais e nacionais.

Gráfico 5. Saldo migratório, saldo natural e saldo total em Castro Marim, 2011-2023, (Nº)



Fonte: INE, 2024

No **Gráfico 5**, estão representados indicadores relativos ao saldo natural, saldo migratório e saldo total em Castro Marim, que são fatores fundamentais para compreender a evolução e dinâmica demográfica de um território. O saldo natural corresponde à diferença entre número de nascimentos e o número de óbitos em determinado período (INE, 1994), assim como podemos verificar no **Gráfico 5**, este apresenta sempre valores negativos desde 2011, indicando que existem mais óbitos que nascimentos, refletindo o envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade. No que respeita ao saldo migratório, consiste na diferença entre o número de pessoas que entram e saem do território, este indicador tem sido o principal fator de compensação para a perda populacional provocado pelo saldo natural negativo. Em 2022, o saldo migratório no concelho de Castro Marim registou o valor mais elevado, 186%, demonstrando que estas migrações desempenham um papel fundamental no crescimento e equilíbrio populacional. O saldo total indica o resultado da soma do saldo natural e do saldo migratório, fornece uma visão globalizante sobre a variação da população e a sua sustentabilidade, podendo verificar nos valores apresentados que sem a contribuição da migração, a população do concelho encontrar-se-ia em declínio acentuado.

Assim, é importante continuar a apostar no desenvolvimento de medidas políticas eficazes e adequadas para dar resposta a este aumento migratório de modo a garantir que o município consiga sustentar esta dinâmica positiva a longo prazo, preservando a coesão social e o desenvolvimento económico dos novos habitantes e também da população residente. A implementação de infraestruturas adaptadas, acesso a serviços essenciais, incentivos à natalidade e estratégias de inclusão social para a população imigrante são fundamentais para garantir a coesão social e o desenvolvimento económico sustentável do município a longo prazo.

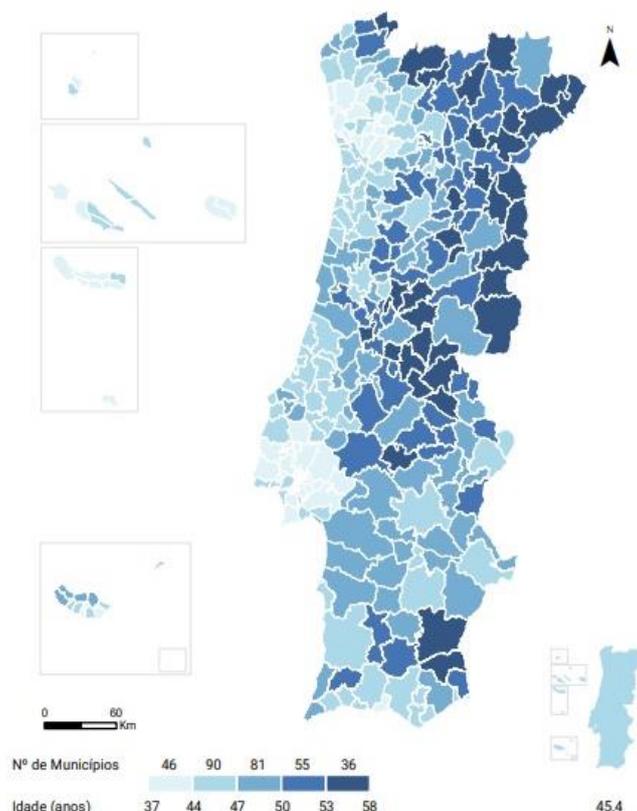
Neste sentido, revela-se fundamental também a criação de medidas não só para os novos residentes, mas também para que a população que habita no concelho, tendo em conta que à data dos censos em 2021, o número de jovens dos 0 aos 14 anos era inferior à população com mais de 65 anos, verificando-se um envelhecimento populacional significativo. Esta tendência demográfica apresenta desafios significativos para o concelho que será abordada mais detalhadamente no ponto seguinte.

3.2.3. Envelhecimento Populacional

O envelhecimento populacional é uma característica demográfica presente em todo o país, mas que se reflete de formas diferentes pelo território nacional. Segundo dados da ONU, a Europa tem a maior taxa de percentagem da população com 60 anos ou mais, resultante também do aumento da esperança média de vida e melhores acessos a cuidados de saúde. Em 2023, Portugal registou um índice de envelhecimento com um valor de 188.1% de idosos por 100 jovens, situando Portugal em 2º lugar no Ranking Europeu do país mais envelhecido.

Segundo os Censos em 2021, por cada 100 jovens havia 182 idosos, refletindo o envelhecimento populacional em todo o território português. Na **Figura 4**, é possível analisar a relação demográfica por idade média da população, verificando-se que no Litoral Norte e Centro a idade média da população é mais baixa, junto das Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa. No Interior Centro e norte, evidencia-se a idade média entre os 47 e 50 anos. No Algarve, observa-se disparidades entre a região do Barlavento e Sotavento. No Município de Castro Marim, a idade média situava-se entre os 50 e 53 anos. O cenário nacional é desafiante no que concerne ao envelhecimento, com diferenças geográficas e territoriais, mais especificamente do interior para o litoral, sendo que o êxodo rural se tornou um dos movimentos internos mais significativos que também contribuiu para as disparidades no território.

Figura 6. Idade Média da população por município em 2021, em Portugal Continental e Regiões Autónomas



Fonte: INE, 2024

3.2.3.1. Índice De Envelhecimento Populacional

O **Índice de Envelhecimento Populacional** estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, e é um importante indicador para adequação das estratégias e condições para a população idosa.

Na **Tabela 6**, apresenta-se o Índice de Envelhecimento da população do concelho de Castro Marim, verificando-se que tem registado algumas variações ao longo dos anos, entre 2011 e 2020 existiu um aumento significativo, situando-se em 283,6% em 2020 e desde 2021 a 2023, apesar de um ligeiro decréscimo Castro Marim apresenta ainda valores muito elevados, 272,4%. Assim, a análise do índice de envelhecimento no concelho, é um indicador essencial para a adequação de estratégias e desenvolvimento condições necessárias para a população idosa, bem como sinaliza a necessidade de medidas para equilibrar a estrutura etária, tendo em conta

as disparidades territoriais, pois o envelhecimento ainda é mais expressivo nas freguesias do interior.

Tabela 6. Índice de envelhecimento no Concelho de Castro Marim, 2011-2023, (%)

Índice de Envelhecimento						
Anos	2011	2016	2020	2021	2022	2023
Portugal	128,0	152,5	175,6	181,3	184,4	188,1
Algarve	124,2	144,3	169,6	173,8	173,7	175,6
Concelho de Castro Marim	204,1	258,3	283,6	280,4	273,6	272,4

Fonte: INE, 2024

Tabela 7. Distribuição da população com mais de 65 anos, nas freguesias de Castro Marim, em 2021 no Concelho de Castro Marim

Freguesias	População com mais de 65 anos	% de População com mais de 65 anos	População total por Freguesia
Altura	626	30%	2106
Azinhhal	225	47%	479
Castro Marim	907	28%	3278
Odeleite	335	79%	576
Total	2093	32%	6439

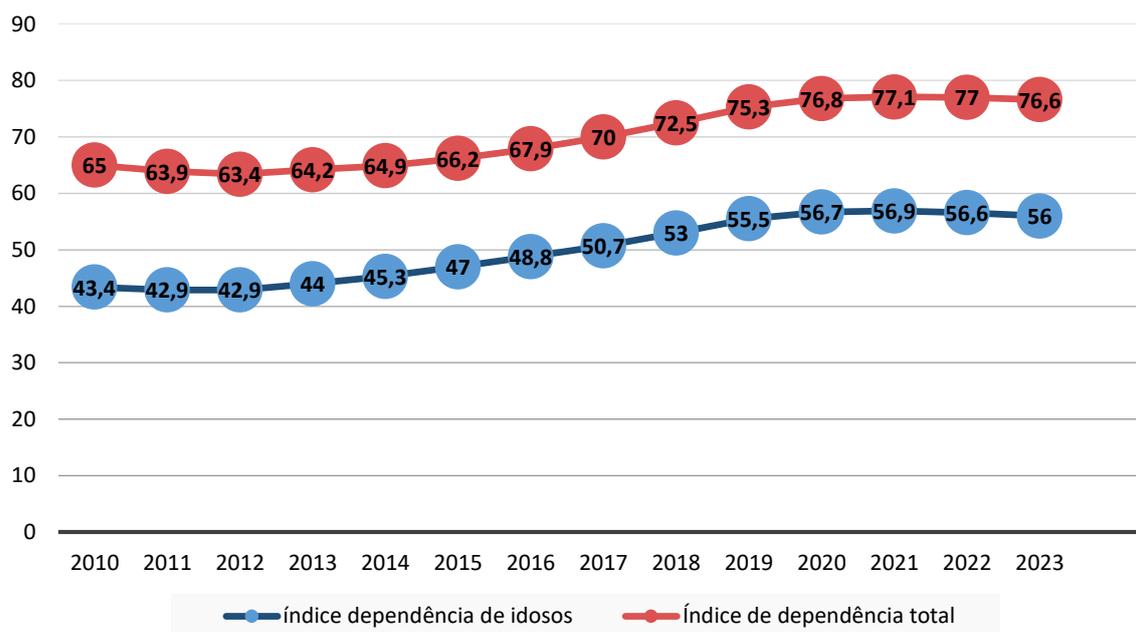
Fonte: INE, 2024

De acordo com os dados apresentados na **Tabela 7**, em 2021, a freguesia com mais população acima dos 65 anos é Castro Marim, com 907 indivíduos que face ao total de população por freguesia, corresponde a 28% da população idosa. Altura é a segunda freguesia com mais população idosa, com 626 indivíduos acima dos 65 anos, em que 30% representa a população idosa na freguesia. Já nas freguesias do Azinhhal e Odeleite, sendo estas freguesias com menor densidade populacional, a população acima dos 65 anos representa 47% e 79% respetivamente. A freguesia de Odeleite é a que apresenta a população mais envelhecida, tendo em conta a população total por freguesia. Ambas as freguesias, localizam-se em locais com características rurais e geograficamente dispersas, o que dificulta o apoio e acesso destas populações a serviços e infraestruturas mais centralizadas, tornando-se um verdadeiro desafio o apoio e cuidados especializados a esta população. Assim, com o aumento de idosos no concelho aumenta também a necessidade de infraestruturas de apoio, respostas sociais equipas de saúde e apoio social que atenda às necessidades da população, garantindo maior qualidade vida e bem-estar aos idosos.

3.2.3.2. Índice de Dependência de Idosos

O índice de dependência de idosos diz respeito ao número de idosos/as com 65 anos ou mais, por cada 100 habitantes em idade ativa, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e é um importante indicador demográfico que permite analisar o impacto do envelhecimento populacional no concelho.

Gráfico 6. Índice dependência de idosos e dependência total em Castro Marim, 2010 a 2023, (%)



Fonte: PORDATA, 2024

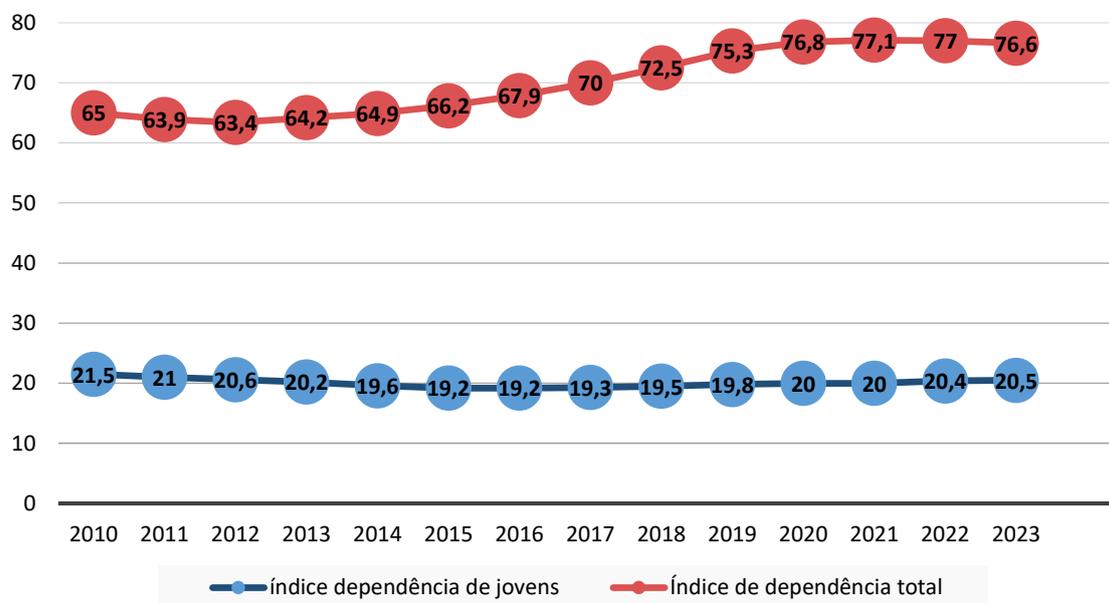
No **Gráfico 6**, verifica-se que o índice de dependência de idosos tem vindo a aumentar significativamente de 13,3% entre 2010 e 2021, situando-se em 2010 em 43,4% e em 2021 registou o valor mais elevado, 56,9%. Em 2023 por cada 100 pessoas em idade ativa, entre os 15 e os 64 anos, existem 56 % de indivíduos com mais de 65 anos, existindo uma elevada proporção de idosos dependentes em relação à população ativa, reforçando a necessidade de medidas políticas para esta faixa etária.

3.2.3.3. Índice de Dependência de Jovens

O índice de dependência de jovens corresponde à relação entre a população jovem e a população em idade ativa, ou seja, é definido habitualmente como o quociente entre o número de menores de 15 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Relativamente ao índice de dependência dos jovens, Castro Marim, apresentou um ligeiro decréscimo entre 2010, com valores a situar-se nos 21,5% e 2014, ao registar 19,2%, sendo este

o valor mais baixo registado nos anos em análise. O índice de dependência de jovens teve um ligeiro aumento e em 2023 situava-se nos 20,4%. Assim, verifica-se que o índice de dependência de jovens assume poucas flutuações, ao contrário do índice de dependência de idosos.

Gráfico 7. Índice dependência de jovens e dependência total em Castro Marim, 2010 a 2023, (%)



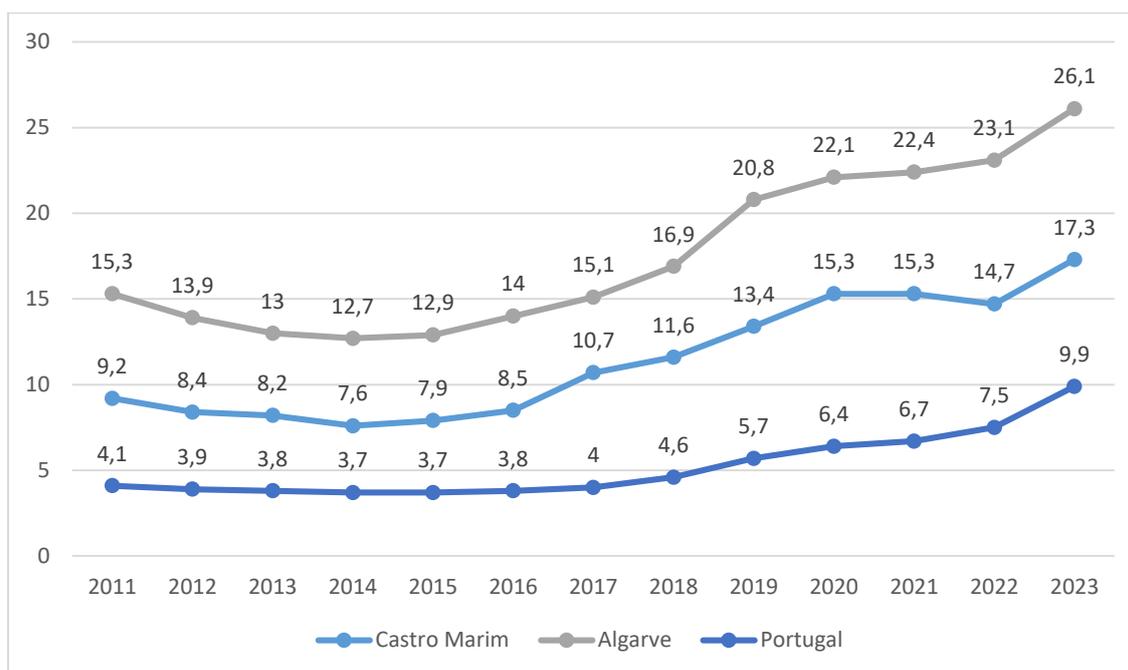
Fonte: PORDATA, 2024

No **Gráfico 6 e 7**, encontra-se apresentado o **índice de dependência total (IDT)**, este é um indicador que permite efetuar a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa. Baseia-se no quociente entre os jovens com idades dos 0 aos 14 anos e os elementos idosos com 65 e mais anos, sobre o número de habitantes em idade ativa, com idades entre os 15 e os 64 anos. O índice de dependência total do concelho de Castro Marim é bastante elevado e apresenta-se superior à média nacional (em 2021 era 57%). Verifica-se que esteve sempre a acompanhar a tendência crescente do índice de dependência de idosos (Gráfico 6), sendo que 2010, registava valores de 65% e em 2023 situa-se em 76,6%. Assim, no ano de 2023, por cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos), existiam 20,5 crianças (dos 0-14 anos) e 56 idosos (acima dos 65 anos), ambos os grupos etários a depender economicamente da população ativa. **O aumento do índice de dependência total e do índice de dependência de idosos reflete o envelhecimento populacional**, conjugado com uma redução da população ativa, o que acarreta uma sobrecarga económica para os trabalhadores e exige adaptações nas políticas públicas locais, especialmente nas áreas de saúde, educação, incentivos á natalidade e fixação da população jovem e apoio à população idosa.

3.2.4. População estrangeira residente

O ambiente natural único, a ligação entre o mar e serra concede ao concelho características únicas, proporcionado qualidade de vida aos seus habitantes. Por estas características, concelho apresenta uma ótima vertente turística, atraindo cada vez mais habitantes, seja para turismo ou para habitação permanente.

Gráfico 8. População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, Algarve e Castro Marim, 2011-2023, (%)

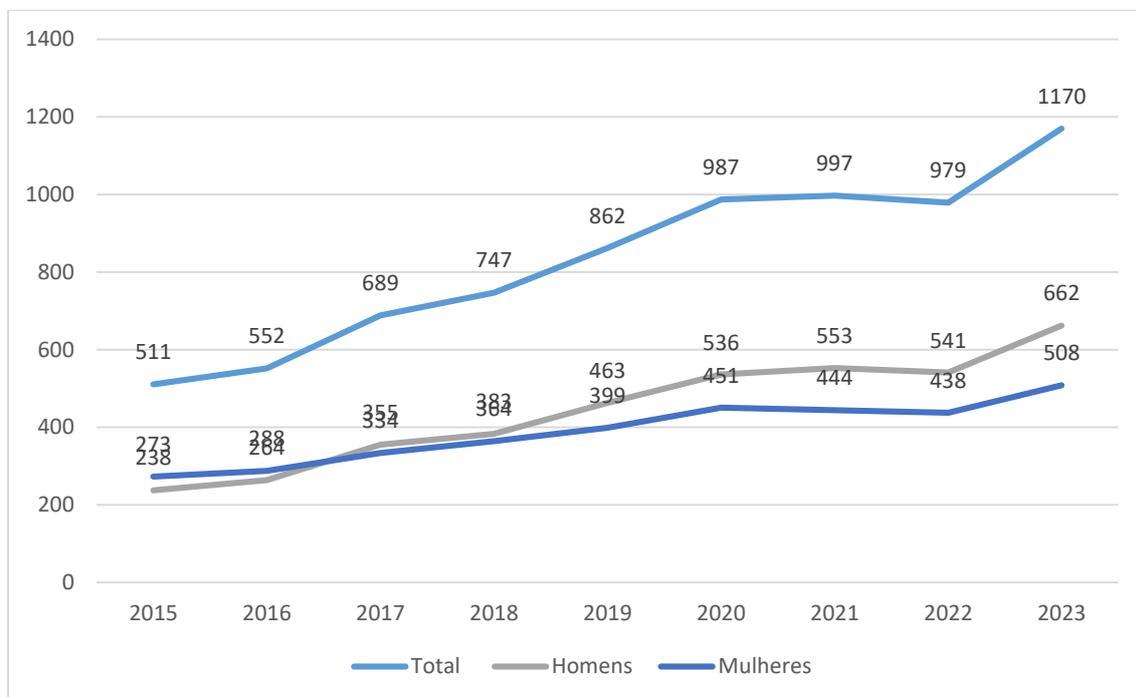


Fonte: INE, 2024

De acordo com o **Gráfico 8**, a população estrangeira com estatuto legal de residente no Algarve e em Castro Marim teve um decréscimo de 2011 a 2015, como consequência da crise económica e das mudanças nas políticas de imigração, que reduziram a chegada de novos residentes estrangeiros e levaram alguns a deixarem o país. Neste período, Portugal enfrentou os impactos da crise financeira global, resultando em altos níveis de desemprego e emigração, o que afetou também a população estrangeira residente. No caso específico do Algarve e de Castro Marim, áreas tradicionalmente procuradas por população estrangeira, este decréscimo pode estar relacionado com a redução das oportunidades de trabalho no setor do turismo e da construção civil, bem como ao aumento do custo de vida. No concelho de Castro Marim, e 2016 a 2023, assistiu-se a um aumento significativo da população estrangeira de 8,8%, registando em 2023 em 17,3%, superior à média nacional, com 9,9%, mas inferior à região do Algarve que regista 26,1%. A tendência observada no **Gráfico 8**, demonstra que a população estrangeira tem impacto na população residente do concelho e face a este aumento, é necessário desenvolver e

ajustar políticas municipais que visem garantir a integração social e a oferta de serviços ajustados às necessidades dos novos habitantes e das suas famílias.

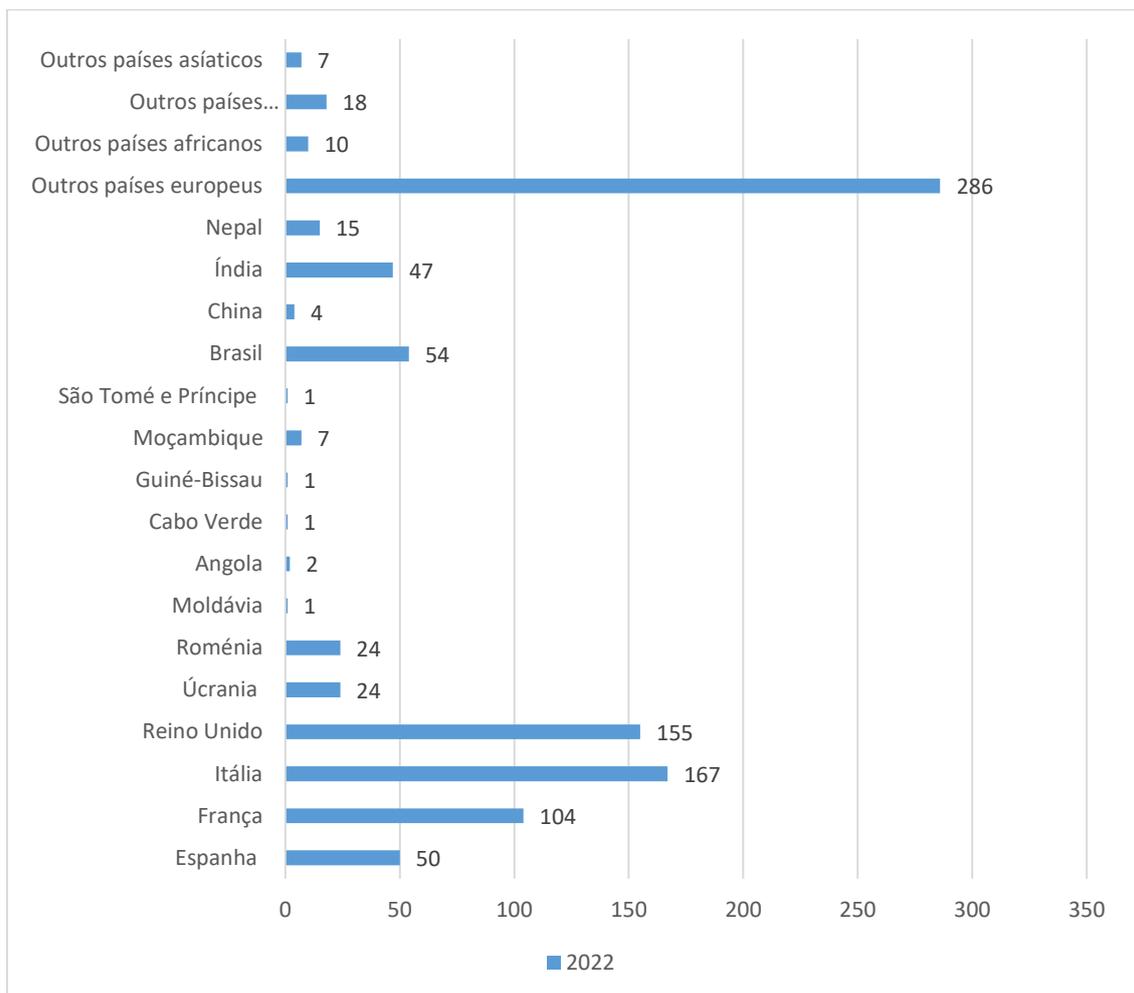
Gráfico 9. População estrangeira com estatuto legal de residente em Castro Marim, por género, 2015 a 2023, (Nº)



Fonte: PORDATA, AIMA, 2024

No concelho de Castro Marim, como apresentado no **Gráfico 9**, o número de população estrangeira aumentou significativamente, em 2015 residiam 511 indivíduos de nacionalidade estrangeira e em 2023, o número duplicou, registando 1.170 estrangeiros residentes. Relativamente ao género, à exceção de em 2015, a proporção de homens é superior ao número de mulheres no concelho nos anos em análise.

Gráfico 10. População estrangeira com estatuto legal de residente, por nacionalidades, 2022 (Nº)



Fonte: PORDATA, 2023

Foram apuradas as nacionalidades da população estrangeira residente no concelho em 2022, conforme apresentado no **Gráfico 10**, pois dados mais recentes não se encontravam disponíveis em relação à maioria das nacionalidades. De acordo com os dados recolhidos, observa-se que a população com maior expressividade são de indivíduos com origem em países europeus, a **Itália e Reino Unido** são os países de origem da maioria da população estrangeira residente, somando um total de 167 e 155 indivíduos, respetivamente, seguindo-se a França com 104 indivíduos.

Segundo a informação apresentada anteriormente, é possível observar que a dinâmica migratória contribui para o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho. Por um lado, demonstra a capacidade de atrair novos residentes de diferentes comunidades e origens geográficas diversas, por outro as diferentes nacionalidades e evolução migratória impõe grandes desafios ao município. Neste sentido, é necessário desenvolver medidas, programas e adaptar serviços públicos para responder às necessidades da população estrangeira, quer a nível

económico como social. A criação de programas que promovam a inclusão social e cultural, a oferta de habitação adequada, a integração no mercado de trabalho e a garantia de acesso equitativo à educação e à saúde são questões estruturais para promover a integração dos novos residentes, com um acompanhamento cuidadoso para as necessidades da população infantil e juvenil a nível educacional e comunitário, promovendo uma adaptação saudável e igualitária.

A presença de população estrangeira além de contribuir para o saldo total positivo do concelho, é também uma oportunidade de crescimento económico e de revitalização dos setores económicos em diversas áreas, que se depara com dificuldades como a falta de recursos humanos. O conhecimento e as redes de contato advindos dos novos residentes podem fomentar o crescimento económico local de forma inovadora, tornando o concelho mais atrativo a novos habitantes e investidores nacionais e internacionais.

3.3. Caracterização Sociofamiliar

As famílias do concelho de Castro Marim apresentam diversidade estrutural, que abrange famílias nucleares ou clássicas, monoparentais, reconstituídas e agregados familiares multigeracionais. Entende-se por **famílias clássicas**, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento (INE, 2011).

Esta terminação foi substituída na série censitária de 2021, pela denominação “**agregados domésticos privados**”, que consiste no “conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar” (INE, 2021), para o efeito considera-se um agregado doméstico privado, o conjunto de pessoas que residem no alojamento familiar independentemente da existência de laços de parentesco ou da partilha de despesas, como a alimentação e o alojamento (INE, 2024).

Por sua vez, os **agregados institucionais** “são um conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, são beneficiárias de uma instituição e governados por uma entidade interna ou externa ao grupo de pessoas” (INE, 2019).

À data dos Censos de 2021 existiam no total **2778 agregados domésticos privados**, sendo a maior parte localizados na freguesia de Castro Marim, cerca de 1325 agregados, seguindo-se a freguesia de Altura com 921 agregados, Odeleite com 307 e a freguesia do Azinhal, por último com 307 agregados. Os dados indicam que no concelho existem **9 alojamentos coletivos**, sendo que é na freguesia de Altura que se concentram a maior parte deste tipo de agregados (6) e em

Castro Marim (3). Nas freguesias do interior, Azinhal e Odeleite não existem agregados desta natureza.

Tabela 8. Evolução das famílias clássicas unipessoais no Município de Castro Marim, 2001-2021 (%)

Área Territorial	2001	2011	2021
Concelho de Castro Marim	22,7	25,4	28,3

Fonte: INE, 2024

Relativamente às **famílias clássicas unipessoais**, ou seja, compostas apenas por uma pessoa, verifica-se um aumento no município de Castro Marim, de 2001, com 22,7% para 2011, onde registava 25,4% e em 2021, 28,3% das famílias eram de tipologia unipessoal no concelho.

Neste sentido, é importante analisar os núcleos familiares relativamente ao número de filhos conforme apresentado na **Tabela 9**, observa-se que o número de núcleos familiares com maior representatividade são aqueles em que os filhos ou enteados não fazem parte do núcleo familiar em todas as freguesias. Na freguesia de Castro Marim é onde se encontram mais núcleos familiares com várias dimensões, seguindo-se a freguesia de Altura. Também na freguesia de Odeleite comparativamente à freguesia do Azinhal, existem maior número de núcleos familiar em que os filhos ou enteados não fazem parte do agregado familiar. Quanto aos núcleos familiares com 1, 2 e 3 filhos ou enteados, observa-se a tendência de maior número no concelho de Castro Marim e Altura, seguindo-se Azinhal e Odeleite.

Tabela 9. Núcleos familiares por número de filhos, por freguesia, 2021, (Nº)

Nº de filhos/enteados	Freguesia							
	Castro Marim		Altura		Azinhal		Odeleite	
		%		%		%		%
0 filhos/enteados	396	40,16	317	47,03	80	55,17	140	74,47
1 filho/enteado	338	34,28	221	32,79	48	33,10	27	14,36
2 filhos/enteados	216	21,91	115	17,06	15	10,34	14	7,45
3 filhos/enteados	36	3,65	17	2,52	2	1,38	7	3,72
4 filhos/enteados ou mais	0	0,00	4	0,59	0	0,00	0	0,00

Fonte: INE, 2024

No concelho de Castro Marim existiam em 2021, um total de **2001 núcleos familiares de casais**, compostos por casais de direito de pessoas de sexo diferente, do mesmo sexo, casais de facto de pessoas independentemente do sexo, agregado monoparental composto apenas por elemento do sexo feminino e agregado monoparental do sexo masculino. Segundo os dados da **Tabela 10**, a tipologia de casal com maior representatividade era casais de direito composto por pessoas de sexo diferente, seguindo-se pela situação jurídica de união de facto, existindo apenas um núcleo familiar composto por pessoas do mesmo sexo. No que se refere aos **núcleos familiares compostos apenas pela mãe, em 2021, a maioria destes agregados familiares encontravam-se localizados** na freguesia de Castro Marim (132 núcleos), seguindo-se a freguesia de Altura (86 núcleos). Com menor expressividade, verifica-se a existência de núcleos familiares apenas compostos pelo pai, com pouca diferença entre as freguesias de Castro Marim (30 núcleos) e Altura (26 núcleos).

Tabela 10. Núcleos familiares de casais por tipo de núcleo familiar e freguesia, 2021 (Nº)

Freguesias	Tipo de Núcleo Familiar				
	Casal de direito de pessoas de sexo diferente	Casal de direito de pessoas do mesmo sexo	Casal de facto de pessoas independentemente do sexo	Agregado composto pela mãe	Agregado composto pelo pai
Castro Marim	643	0	189	132	30
Altura	444	1	117	86	26
Azinhhal	93	0	28	15	9
Odeleite	144	0	30	9	5

Fonte: INE, 2024

Segundo os Censos de 2021, a **proporção de núcleos familiares de casais com filhos por freguesia**, era **superior na freguesia de Castro Marim (52,40%)**, seguindo-se pela freguesia de Altura (43,59%), Azinhhal (33,88%) e Odeleite (19,54%).

Relativamente aos **núcleos familiares monoparentais** (famílias que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filhos), verifica-se que existem diferenças residuais entre as freguesias de Castro Marim (16,30%), Altura (16,62%) e Azinhhal (16,55). A freguesia de Odeleite é a freguesia com menor proporção de núcleos familiares monoparentais (7,45%).

No que concerne, aos **núcleos familiares reconstituídos**, que são núcleos que consistem num casal de direito ou de facto com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, à data dos censos de 2021, existiam **em Altura**

uma proporção de 11,43%, seguindo-se Castro Marim com 9,86%, a freguesia do Azinhal com 7,32% e Odeleite com 5,88% (INE, 2024).

Quanto aos **agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos**, segundo os censos de 2021, observa-se que face ao total da população no concelho **existiam 17,78% agregados desta natureza**, um número superior comparativamente com a região do Algarve, com 13,03%. **A freguesia de Odeleite e a freguesia do Azinhal é onde existia maior proporção deste tipo de agregado, 26,38% e 24,89%, respetivamente.** De seguida encontra-se a freguesia de Castro Marim (15,92%) e Altura (15,85%) com diferenças pouco significativas (INE, 2024).

Relativamente à **taxa de nupcialidade**, caracteriza-se pelo “número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, normalmente expressa em número de casamentos por 1000 habitantes (INE, 2014). Como se observa na **Tabela 11**, em Portugal a taxa de nupcialidade em 2021, era de 2,8% e em 2023 aumentou para 3,5%. No concelho de Castro Marim, registou-se igualmente uma subida na taxa de nupcialidade, verificando-se um crescimento significativo de 2001, com 3,8% para 2023, onde registava-se 7,8%, situando o concelho acima dos valores nacionais.

Tabela 11. Taxa Bruta De Nupcialidade, em Portugal e Castro Marim, 2001-2023, (%)

	2001	2021	2023
Portugal	5,6	2,8	3,5
Castro Marim	3,8	6,5	7,8

Fonte: INE, 2024

A **taxa bruta de divorcialidade**, refere-se ao “número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente num ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 habitantes)” (INE, 2023). Relativamente aos divórcios no Município de Castro Marim, verifica-se na **Tabela 12**, que houve um decréscimo de 2011, onde se registava 2,8% para 2023, com 0,6% de divórcios.

Tabela 12. Taxa Bruta de Divorcialidade, em Portugal e Castro Marim, 2011-2023, (%)

	2011	2021	2023
Portugal	2,5	1,7	1,6
Castro Marim	2,8	2,3	0,6

Fonte: INE, 2024

De acordo com a análise dos dados apresentados, em termos da distribuição dos agregados familiares no território, conclui-se que a freguesia de Castro Marim continua a ser a mais populosa, seguida da freguesia de Altura. Os agregados familiares unipessoais têm registado um aumento significativo nas últimas décadas, sendo as freguesias do Azinhal e de Odeleite, as que detêm maior proporção de agregados unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos, alinhando-se com a tendência de envelhecimento populacional, resultante do decréscimo da taxa de natalidade, aumento da esperança média de vida e pela fraca capacidade de retenção e atração da população jovem, que se traduz num fraco crescimento da população ativa.

4. ÁREAS TEMÁTICAS

4.1. Educação e Formação

4.1.1. Analfabetismo

A análise da taxa de analfabetismo é fundamental para compreender os desafios educacionais e sociais no concelho de Castro Marim. Combater o analfabetismo é também crucial para o desenvolvimento social, promovendo a inclusão e melhorando a qualidade de vida da população.

De acordo com a **Tabela 13**, a taxa de analfabetismo no concelho de Castro Marim diminuiu significativamente de 10,25% em 2011 para 5,75% em 2021. No mesmo sentido, também as quatro freguesias têm registado uma diminuição da taxa de analfabetismo, destacando-se a freguesia de Odeleite e a freguesia do Azinhal com diminuições mais significativas, a primeira com uma descida de 30,46% para 15,61% e a segunda de 17,17% para 9,46%.

Tabela 13. Taxa de analfabetismo no concelho de Castro Marim e freguesias, 2011-2021, (%)

Área Territorial	Taxa de Analfabetismo 2011 (%)	Taxa de Analfabetismo 2021 (%)
Concelho de Castro Marim	10,25	5,75
Freguesia de Castro Marim	7,96	5,04
Freguesia de Altura	4,56	3,19
Freguesia de Odeleite	30,46	15,61
Freguesia do Azinhal	17,17	9,46

Fonte: INE, 2024

Considerando a taxa média de analfabetismo em Portugal no ano de 2021, que se situava em 3,08%, verifica-se que o Concelho de Castro Marim, embora tenha registado uma diminuição relativamente a 2011, encontra-se ligeiramente acima da média nacional. Apesar dos esforços educacionais para reduzir a taxa de analfabetismo, o concelho de Castro Marim continua a ter uma população muito envelhecida, atendendo ao facto de que a maioria das pessoas de idade mais avançada não tiveram acesso à educação formal poderá justificar os níveis elevados da taxa de analfabetismo. Relativamente ao género, observa-se na **Tabela 14**, uma diminuição significativa na taxa de analfabetismo de 2011 para 2021, tanto no sexo masculino como no sexo feminino nas quatro freguesias homens como para as mulheres, nas quatro freguesias. Em

ambos os anos censitários, a taxa de analfabetismo era superior nas mulheres. Registando-se diferenças mais significativas em relação ao género, freguesias de Odeleite e do Azinhal.

Tabela 14. Taxa de analfabetismo, por freguesias e género, 2011-2021 (%)

Freguesias		Homens	Mulheres
Castro Marim	2011	5.87	10.03
	2021	4.06	5.99
Azinhal	2011	14.40	19.77
	2021	6.17	12.61
Odeleite	2011	26.30	35.06
	2021	12.41	18.96
Altura	2011	3.00	6.10
	2021	1.99	4.33

Fonte: INE, 2024

4.1.2. População Residente segundo o nível de escolaridade

No que diz respeito ao nível de qualificação da população residente, o município de Castro Marim tem registado um progresso nas últimas décadas. Considerou-se para esta análise a população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado. Assim, de acordo com os dados apresentados na **Tabela 15**, pode observar-se que existiu um decréscimo de 6,9% da população residente sem nível de escolaridade, sendo que em 2011 a população sem nenhum grau de escolaridade representava 16,4% e em 2021, 9,5%. Verifica-se ainda, uma progressão nos estudos com a frequência de 21,8% dos alunos com ensino secundário e 12,6% no ensino superior, em que o maior aumento foi registado no ensino secundário de 807 alunos para 1249 alunos. Esta tendência poderá ser justificada pela expansão do ensino obrigatório com o facto do ensino obrigatório se estender até ao ensino secundário.

Tabela 15. População Residente com 15 ou mais anos, por nível de escolaridade, 2011-2021, (Nº), (%)

Nível de escolaridade	2011		2021	
	Nº	%	Nº	%
Sem nível de escolaridade	971	16,4	542	9,5
Básico – 1º ciclo	1778	30,1	1499	26,1
Básico – 2º ciclo	804	13,6	576	10,0

Básico – 3º ciclo	1061	18	1084	18,9
Secundário	807	13,7	1249	21,8
Médio/ Pós-Secundário	37	0,6	64	1,1
Superior	451	7,6	720	12,6
Total	5909	100,0	5734	100,0

Fonte: PORDATA, 2024

Efetuando a mesma análise pelas freguesias do concelho de Castro Marim, observa-se na **Tabela 16**, que a **freguesia de Castro Marim evidencia o maior número de indivíduos sem nenhum nível de escolaridade**, mas também é onde se **regista o maior número de população com ensino superior, correspondendo a 349 indivíduos, seguindo-se a freguesia de Altura com 319 indivíduos com nível de ensino superior**. As freguesias do Azinhal e Odeleite registam valores inferiores, contudo são freguesias com pouca densidade populacional e com população muito envelhecida.

Tabela 16. População Residente com mais de 15 ou mais anos, por escolaridade e freguesias, 2021, (Nº), (%)

Nível de escolaridade	Freguesias							
	Altura	%	Azinhal	%	Castro Marim	%	Odeleite	%
Sem nível de escolaridade	250	10,60	82	16,43	516	14,48	128	21,69
Básico – 1º ciclo	433	18,36	152	30,46	768	21,55	251	42,54
Básico – 2º ciclo	221	9,37	63	12,63	391	10,97	45	7,63
Básico – 3º ciclo	396	16,78	69	13,83	575	16,14	66	11,19
Secundário	462	19,59	82	16,43	645	18,10	60	10,17
Superior	319	13,52	27	5,41	349	9,79	25	4,24
Licenciatura	231	9,79	18	3,61	266	7,46	13	2,20
Mestrado	44	1,86	5	1,00	47	1,32	2	0,34
Doutoramento	3	0,13	1	0,20	7	0,20	0	0
Total	2.359	33,64	499	7,12	3.564	50,84	590	8,41

Fonte: PORDATA, 2024.

4.1.3. Rede Educativa do Concelho

Neste ponto pretende-se, de forma geral, analisar o panorama atual da rede educativa de Castro Marim, com a finalidade de compreender a distribuição geográfica dos equipamentos educativos. Castro Marim apresenta uma oferta formativa que tem procurado adaptar-se às necessidades da sua população e às características socioeconómicas da região.

A rede educativa de Castro Marim compreende um total de oito estabelecimentos de educação e ensino. Destes, **quatro integram a rede pública concelhia**, estruturando-se num único agrupamento escolar, o Agrupamento de Escolas de Castro Marim (AECTM), estando a direção do agrupamento sediada na Escola Básica do 2º e 3º ciclo na freguesia de Castro Marim e os restantes **quatro integram a rede privada dependente do Estado, designando-se como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**.

A oferta pública educativa abrange apenas três freguesias do concelho, Castro Marim, Altura e Odeleite, não se verificando equipamentos educativos na freguesia do Azinhal. O Agrupamento de Escolas de Castro Marim (AECTM) é constituído por **quatro escolas que oferecem valências desde a Educação Pré-Escolar até ao 3º ciclo do Ensino Básico (CEB)**, tanto através da oferta dos cursos gerais, como do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF).

A **rede privada** que se encontra disponível no ano letivo 2024/2025 é constituída por **quatro instituições, com valências de creche e de Educação Pré-Escolar**. Relativamente ao ensino secundário, o município de Castro Marim não dispõe de equipamentos com oferta de ensino secundário, sendo necessário a deslocação geográfica dos alunos para os concelhos vizinhos.

A **Tabela 17** resume as instituições de educação e ensino no concelho de Castro Marim, categorizadas por freguesia e nível de ensino, organizadas de forma a salientar a oferta formativa disponível no município. A rede de estabelecimento de ensino desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e económico do concelho, devendo garantir um ensino inclusivo e equitativo, assegurando que todos os jovens tenham acesso a oportunidades educativas que os preparem para o futuro.

Tabela 17. Oferta educativa e formativa no Município de Casto Marim, por estabelecimentos e nível de ensino

Freguesias	Estabelecimento de Educação e Ensino	Oferta Educativa	Natureza jurídica
Castro Marim	Escola Básica de Castro Marim	Pré-escolar	Pública
		1º CEB	Pública
		2º e 3º CEB	Pública
	Santa Casa da Misericórdia	Creche	Privado
Altura	Associação Cegonha Branca	Creche	Privado
		Pré-escolar	Privado
	Escola Básica de Altura	Pré-escolar 1º ciclo	Público Pública
Odeleite	Associação Social da Freguesia de Odeleite	Pré-escolar	Privado
	Escola Básica de Odeleite	1º ciclo	Pública
Azinhãl	Não dispõe de equipamentos educativos e de ensino. Mas encontra-se em fase de requalificação a anterior escola básica para a criação de equipamentos de creche e pré-escolar.		

Fonte: CM Castro Marim, 2024/25.

As opções educativas no concelho de Castro Marim são fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens. Neste sentido, o Agrupamento de Escolas de Castro Marim, desempenha um papel crucial na preparação dos jovens para a formação contínua e mercado de trabalho, por ser uma região onde o emprego sazonal é predominante e as dificuldades de requalificação profissional serem um desafio constante.

Tendo em conta, as evoluções demográficas, como envelhecimento populacional e a crescente migração, o sistema educativo precisa de adaptar-se para responder a novas realidades e criar ambientes escolares inclusivos e interculturais. Neste ponto, é essencial o envolvimento das famílias e da comunidade no processo educativo através de programas de educação parental e iniciativas comunitárias, promovendo um maior apoio ao desenvolvimento das crianças e jovens.

4.1.4. Níveis de Ensino

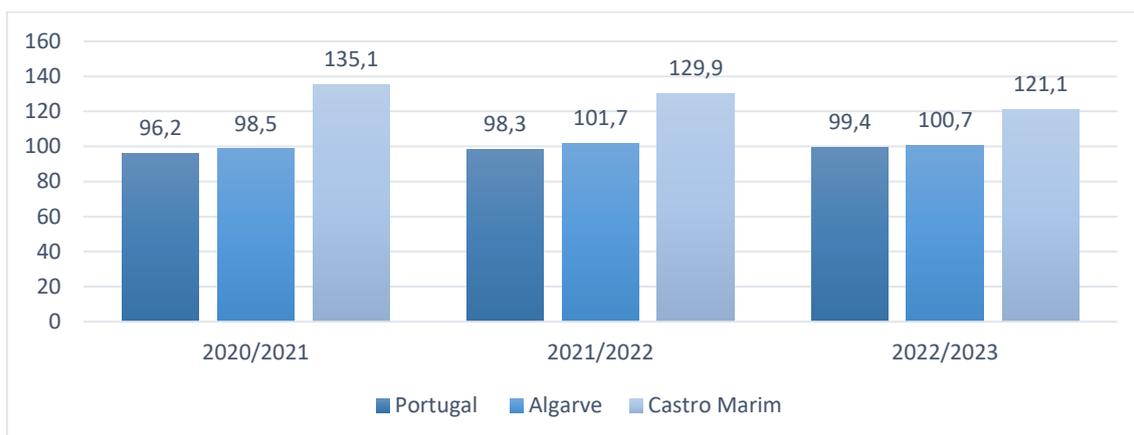
A análise dos níveis de escolaridade reflete a evolução do sistema educacional e constitui uma ferramenta essencial para compreender o panorama e progresso académico da população do concelho de Castro Marim.

Ensino Pré-Escolar

O ensino pré-escolar é uma etapa que desempenha um papel fulcral para a preparação e desenvolvimento do percurso escolar e social de cada criança, destinando-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. Além disso, reflete indicadores globais relativamente ao compromisso com o acesso universal à educação desde os primeiros anos de vida e permite avaliar a equidade no acesso à educação e o grau de envolvimento da comunidade no processo educativo.

A **taxa bruta de escolarização** corresponde à relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE, 2024). No **Gráfico 11**, é possível observar a evolução de Castro Marim, comparativamente ao contexto regional e nacional. No que se refere à taxa **bruta de escolarização no pré-escolar no ano letivo 2022/2023**, o concelho de Castro Marim apresenta uma taxa bruta de pré-escolarização de 121,1%, superior à média nacional de 99,4% e à região do Algarve, que é de 100,7%. Em relação aos dois anos letivos anteriores, verifica-se que um ligeiro aumento em Portugal e no Algarve, o que reflete uma melhoria no acesso à educação pré-escolar. **Relativamente a Castro Marim, registou-se um decréscimo de 14%**, que pode ser justificado pelo elevado envelhecimento populacional do concelho e ainda pela falta de infraestruturas para atender às necessidades da população infantil.

Gráfico 11. Taxa bruta de pré-escolarização, 2020 – 2023, (%)



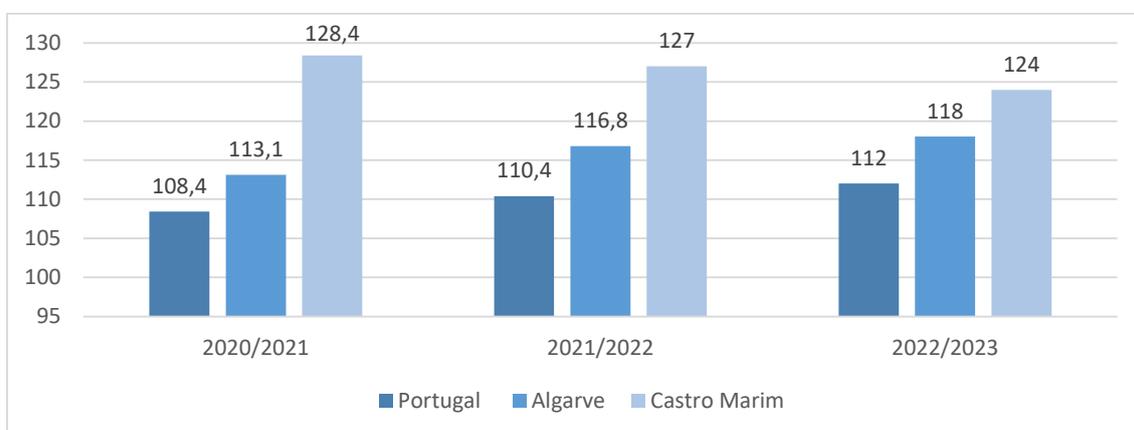
Fonte: DGEEC, 2024

Embora tenha registado um decréscimo desde 2020, Castro Marim continua a situar-se acima da média superior à média nacional e regional, o que revela que o concelho tem uma elevada taxa bruta de pré-escolarização e aposta na valorização e no acesso equitativo de todas as crianças a uma educação de excelência.

Ensino Básico

No que respeita à análise dos níveis de escolaridade no ensino básico, segundo os dados apresentados no **Gráfico 12**, o concelho de Castro Marim registou uma taxa de 124% no ano letivo 2022/2023, um valor superior à média nacional (112%) e à média da região do Algarve (118%). Comparativamente ao ano letivo 2020/2021, observa-se uma taxa de variação negativa de 4,4%, revelando uma dificuldade na retenção neste nível de ensino, ao contrário da evolução crescente verificadas a nível regional e nacional. Assim, reforçar as políticas de incentivo à permanência escolar e a promoção de medidas inclusivas serão essenciais para assegurar que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade.

Gráfico 12. Taxa bruta de escolarização, 2020-2023, (%)



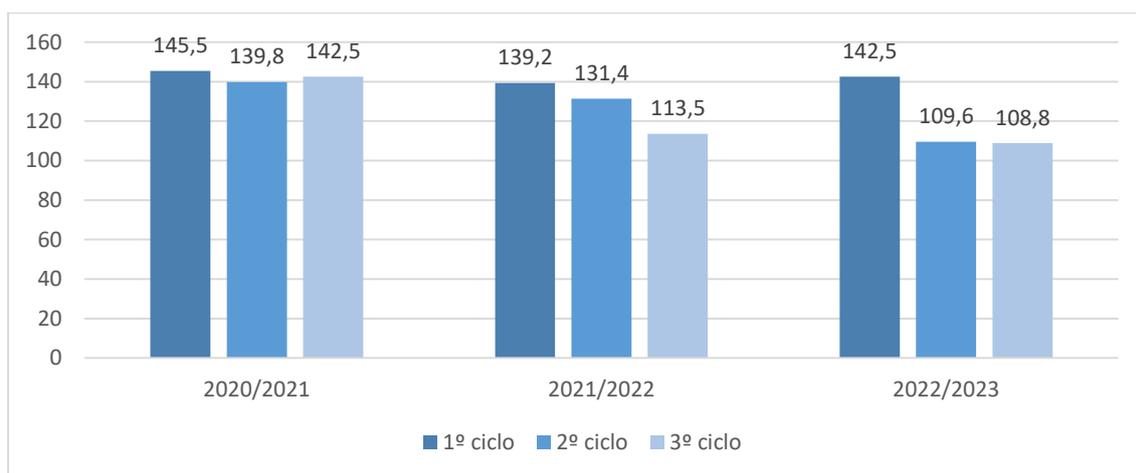
Fonte: DGEEC, 2024

Relativamente à **taxa bruta de escolarização no 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico**, os dados representados no **Gráfico 13**, verifica-se que o **ensino básico de 1º ciclo** no concelho de Castro Marim registou um **decréscimo de 6,3% de 2020 a 2022**, tendo recuperado no ano letivo seguinte, registando 142,5%. O ensino básico de 1º ciclo é globalizante e depende da responsabilidade de um único professor, podendo ser coadjuvado em áreas especializadas, este nível de ensino está contemplado em três freguesias, Castro Marim, Altura e Odeleite.

Relativamente ao ensino básico de 2º e 3º ciclos, ambos registaram tendência decrescente em nos anos letivos em análise. A taxa bruta de escolarização no 2º ciclo diminuiu significativamente, 30,2% de 2020 a 2023 e no 3º ciclo registou-se um decréscimo de 33,7%. Estes dados indicam dificuldades na permanência neste nível de ensino, que pode estar relacionada com diversos fatores, como declínio na natalidade, dificuldades socioeconómicas da família, impacto da pandemia na aprendizagem, desmotivação e desinteresse dos alunos.

Tendo em conta, que não existem dados mais recentes relativos à taxa bruta de escolarização, foi possível apurar junto do Agrupamento de Escolas de Castro Marim que **se encontravam inscritos no ano letivo 2023/2024, 287 alunos no ensino básico de 1º ciclo e 277 alunos no 2º e 3º ciclos**. Neste sentido, é uma necessidade desenvolver medidas e estratégias que apelem ao reforço da permanência e do sucesso escolar, garantindo condições adequadas de aprendizagem, apoio socioeconómico às famílias e métodos pedagógicos mais atrativos para os alunos.

Gráfico 13. Taxa bruta de escolarização de 1º, 2º e 3º ciclo de ensino básico, 2020-2023, (%)



Fonte: DGEEC, 2024

Atividades Extracurriculares

De acordo com o definido, **os agrupamentos de escolas devem implementar Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**, que se inserem numa estratégia alargada de articulação entre

o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família. Estas são de oferta obrigatória, mas de carácter facultativo e desenvolvem-se em conformidade com o prescrito na portaria nº644-A/2015, de 24 de agosto e a Norma Portuguesa de Atividades de Enriquecimento Curricular e de Apoio à Família.

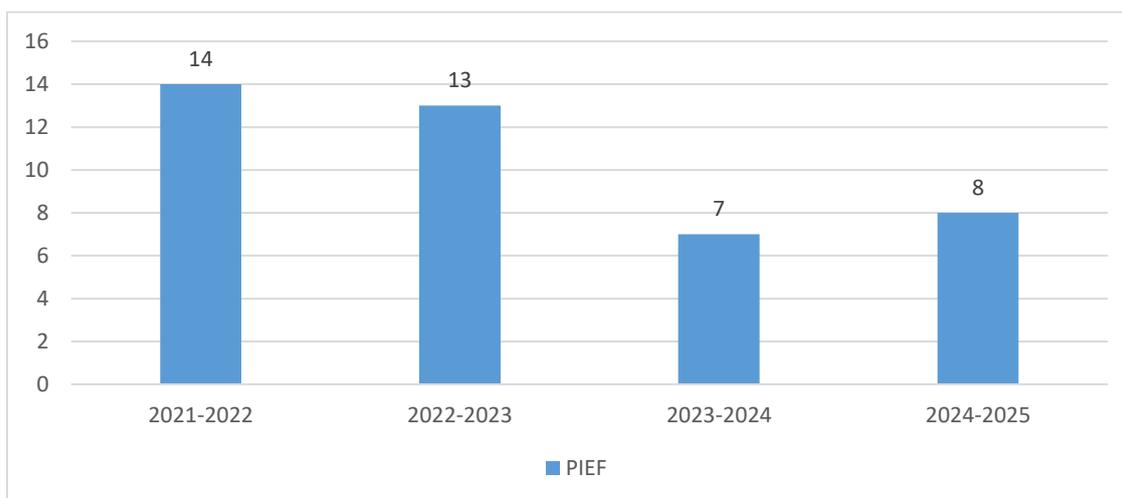
Consideram-se **atividades de enriquecimento curricular** no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico/cultural, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação. **No município de Castro Marim cabe à autarquia esta competência.**

Segundo dados do Agrupamento de Escolas de Castro Marim, no presente ano letivo, 2024/2025 estão disponíveis para o 1º ciclo as seguintes atividades: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Música e Dança, Inglês, Atividade física e Atelier de reciclagem. Existem ainda atividades extracurriculares para alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico disponíveis como, o Clube de Ciência Viva, o Clube do Património, Clube de Música, e Desporto Escolar – Futsal.

Plano Integrado de Educação e Formação (PIEF)

Tendo em conta as diretrizes do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, o Agrupamento de Escolas de Castro Marim dispõe de uma turma PIEF – Plano Integrado de Educação e Formação. Esta é uma medida socioeducativa, de carácter temporário e excecional, que deve ser adotada depois de esgotadas todas outras medidas de integração escolar, concretizada mediante a implementação de um Plano de Educação e Formação (PEF), que visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 2º ou 3º ciclo. Estes cursos destinam-se, preferencialmente, a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade de 12 anos. De acordo com dados do Agrupamento de Escolas de Castro Marim, desde 2021 registou-se um decréscimo na frequência do número de alunos nas turmas de PIEF, sendo que no ano letivo 2021/2022 estavam inscritos 14 alunos e no ano letivo 2023/2024 frequentaram apenas 7 alunos. No presente ano letivo, encontram-se a frequentar 9 alunos.

Gráfico 14. Número de alunos que frequentam o PIEF no AECTM, 2021-2024, (Nº)



Fonte: AECTM, 2024/25

Este programa tem permitido reduzir as desigualdades educacionais, permitindo que os alunos em situações de vulnerabilidade possam melhorar sua qualificação e, assim, aumentar suas oportunidades de emprego. Com o PIEF, pretende-se não só proporcionar uma educação formal, mas também apoiar o desenvolvimento pessoal e social aos alunos.

Necessidades Educativas Especializadas (NEE)

A fim de acompanhar devidamente os alunos com especificidades, o Agrupamento de Escolas de Castro Marim, dispõe de vários recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, como uma **Unidade de Apoio Especializado**, para a educação de alunos com multideficiência e duas **Salas de Ensino Estruturado**.

A **Unidade de Apoio Especializado** para a educação de alunos com multideficiência está integrada no Centro de Apoio à Aprendizagem, constituindo uma resposta educativa especializada, desenvolvida na escola sede do agrupamento, que compreende alunos com diversas perturbações que condicionam a sua participação e aprendizagem junto do grupo/turma. Esta unidade de apoio dispõe de uma sala preparada com os equipamentos e materiais didáticos necessários para a aprendizagem dos alunos (artigo 80.º, do Regulamento Interno do AE Castro Marim). Esta unidade detém de uma equipa técnica especializada, multidisciplinar nas áreas de terapia da fala, psicologia, nutrição, fisioterapia e ensino especial. No presente ano letivo, **frequentam a unidade de multideficiência 3 alunos**, com necessidades educativas especiais que recebem apoio individualizado para o seu desenvolvimento cognitivo, motor e social, de forma a promover a sua inclusão escolar e melhorar a sua qualidade de vida.

As **Unidade de Ensino Estruturado** para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo fornecem uma resposta educativa especializada desenvolvida na Escola Básica de 1º ciclo de Castro Marim e na Escola Básica 2º/3º ciclos (sede do agrupamento), e enquadra alunos com perturbações ao nível do espectro do autismo. Para o desenvolvimento desta unidade existe um espaço adaptado aos alunos, de acordo com as necessidades educativas de cada um, integrando uma organização espacial que favorece a aprendizagem e a concentração destes alunos (artigo 81.º, do Regulamento Interno do AE Castro Marim). No ano letivo 2024/25 encontram-se frequentar **as duas salas de ensino estruturado do agrupamento, 10 alunos**, sendo que alguns destes também participam de forma gradual e progressiva, em atividades nas salas de aulas regulares, de acordo com o seu ritmo e capacidades. Além destas, o agrupamento contempla serviços especializados de apoio educativo como o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) e o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

Ensino Secundário e Transição para o Ensino Superior

No que se refere ao ensino secundário, o município de Castro Marim não dispõe de infraestruturas que lecionem este nível de ensino, assim, os alunos residentes no concelho de Castro Marim dão continuidade aos seus estudos no concelho mais próximo com esta tipologia de ensino.

A entrada no ensino secundário é um momento de grande importância na vida dos estudantes, pois representa uma mudança significativa na sua trajetória educacional, social e emocional. Além disso, revela o avanço para um nível mais exigente de aprendizagem, com novos desafios e oportunidades. Ao mesmo tempo, é um momento fulcral de preparação para o ingresso no ensino superior para uns alunos e para outros, o ingresso no mercado de trabalho.

Ao nível do ensino secundário a maioria dos alunos residentes no concelho de Castro Marim frequentam o ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António ou o Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia, em Tavira, que dispõem de ensino diurno e noturno.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino superior, de acordo com a Direção Geral de Ensino Superior na região do Algarve são a Universidade do Algarve (UALG), o Instituto Superior –Manuel Teixeira Gomes e o Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul – Escola Superior de Saúde Jean Piaget do Algarve.

Com a descentralização dos poderes educativos e respetiva atribuição de autonomia aos municípios as autarquias passam a exercer um poder de influência e intervenção no campo educativo. Assim, os municípios passaram a ter as seguintes atribuições e competências nas

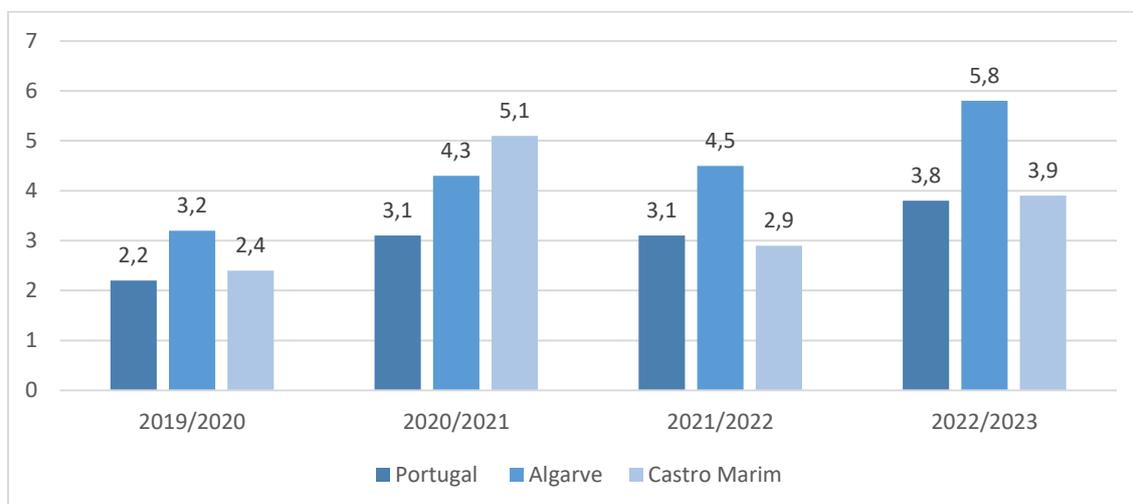
seguintes áreas: Pessoal não docente das escolas básicas e da Educação Pré-Escolar; componente de apoio à Família, nomeadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação Pré-Escolar; Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, Ação Social Escolar e Transportes Escolares.

Neste quadro de transferência de competências para os órgãos municipais é necessário repensar as políticas educativas num nível mais focado nas necessidades do próprio concelho, em que o envolvimento das autarquias como agentes facilitadores pode ser fundamental para estabelecer parcerias entre a escola, famílias e comunidade, com o intuito de promover um ambiente educativo mais inclusivo e motivador, contribuindo para a redução da evasão escolar e melhoria do desempenho dos alunos.

4.1.5. Taxas de Retenção e Transição Escolar

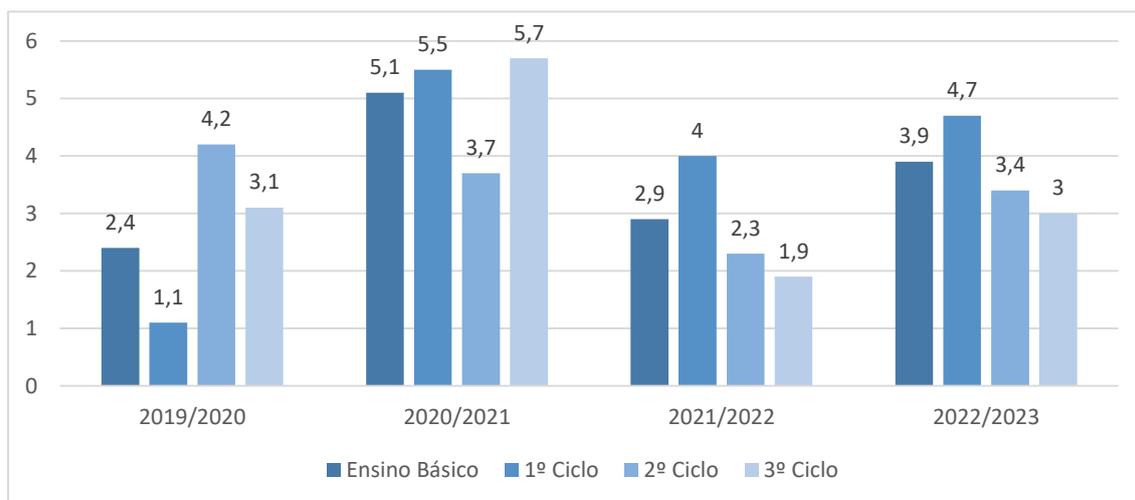
No que diz respeito às retenções, estão incluídos os alunos que não satisfazem os critérios para avançar para o próximo ano de escolaridade, devido ao desempenho e/ou aproveitamento insuficientes. Quanto às desistências, referem-se aos alunos que interrompem temporariamente as atividades letivas ou abandonam uma ou mais disciplinas e incluem alunos que mudem de equipamentos escolar. De acordo com os dados apresentados no **Gráfico 15**, as taxas de retenção/desistência na região do Algarve têm registado uma tendência crescente nos anos em análise, verificando-se no ano letivo 2022/23, 5,8% de taxa de retenção/desistência. No concelho de Castro Marim, a taxa de retenção/ desistências têm tido várias oscilações, registando no ano 2020/21 um aumento significativo de 2,4% para 5,1% e no ano seguinte um decréscimo para 2,9%. No ano letivo 2022/23 apresentou a uma taxa de retenção/desistência de 3,9%, situando-se muito perto dos valores nacionais que registam 3,8%.

Gráfico 15. Taxas de Retenção/Desistência, 2019-2023, (%)



Fonte: INE, 2024

Gráfico 16. Evolução da Taxa de Retenção/desistência, por ciclo de ensino, em Castro Marim, 2019-2023, (%)



Fonte: INE, 2024

No que respeita às taxas de retenção/ desistência, por nível de ensino, verifica-se no **Gráfico 16**, um aumento significativo no 1º ciclo no ano letivo de 2019/2020 para 2020/2021, de 1,1% para 5,5%, e embora no ano seguinte tenha registado um decréscimo, no último ano em análise 2022/23 voltou a subir ligeiramente, registando 4%. No **2º ciclo**, a taxa de retenção/ desistência registou um decréscimo de 2019/20 para o ano letivo 2021/22, e no ano seguinte voltou a aumentar situando-se em 3,4% em 2022/23. Relativamente ao **3º ciclo**, observam-se várias oscilações, salientando-se que no ano letivo de 2020/21 foi onde houve um maior aumento de retenções/desistências, 5,7%.

Tabela 18. Taxa de retenção/desistência por ano letivo 2022/2023, Ano de escolaridade e Género, (%)

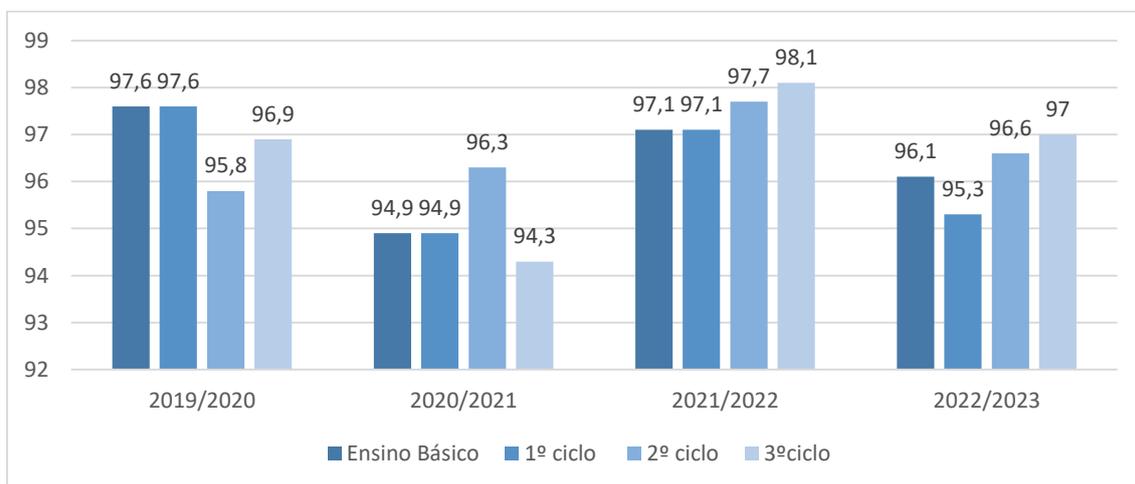
Ciclo de Ensino	Ano de Escolaridade	Taxa de retenção/desistência	H	M
1º Ciclo	2º ano	10,8	13,5	7,1
	3º ano	5,2	8,3	2,4
	4º ano	4,1	6,7	0,0
2º ciclo	5º ano	0,0	0,0	0,0
	6º ano	6,6	8,6	3,8
3º ciclo	7º ano	2,9	3,4	2,6
	8º ano	5,5	10,3	0,0
	9º ano	0,0	0,0	0,0

Fonte: DGEEC, 2022-2023

A **Tabela 18** analisa as taxas de retenção/desistência no concelho, por ano de escolaridade, verificando-se que no **1º ciclo**, existe uma **elevada taxa de retenção/desistência no 2º ano de escolaridade (10,8%) e no 3º ano (5,2%)**, e ainda que a **taxa de retenção e desistência é sempre superior no género masculino**. No que concerne ao **2º ciclo**, não existe registo de taxas de retenção/desistências no 5º ano de escolaridade e no 6º ano de escolaridade registou-se 6,6%, continuando predominante no sexo masculino. No 3º ciclo, é no 8º ano de escolaridade que a taxa de retenção/desistência é mais expressiva, aferindo a percentagem de 5,5%.

Relativamente às **taxas de transição/ conclusão** no 1º ciclo do ensino básico observam-se no **Gráfico 17** várias oscilações, mas foi no ano letivo 2019/20 que se verificou uma maior percentagem de sucesso escolar, com 97,6% e no ano seguinte registou um decréscimo de 2,7%, recuperando em seguida e em 2022/23 é o ciclo de estudos com menor taxa de transição, comparativamente ao 2º e 3º ciclo. No **2º ciclo**, a tendência é crescente desde o ano letivo 2019/2020, registando uma ligeira descida no ano letivo 2022/23, situando-se nesse ano em 96,6%. No que respeita ao 3º ciclo do ensino básico, também houve um decréscimo registado no ano letivo 2020/2021, mas que recuperou no ano seguinte e ficando-se em 2022/23 em 97%, sendo o 3º nível de ciclos com maior aproveitamento e sucesso escolar em relação ao 1º e 2º ciclos.

Gráfico 17. Evolução da taxa de transição/ conclusão por nível de ensino, em Castro Marim, 2019-2023, (%)



Fonte: INE, 2024

4.2. Emprego

Castro Marim é um município com uma economia diversificada, que equilibra a preservação das suas tradições antigas com a adaptação a um cenário económico cada vez mais modernizado. Setores como a salicultura, a agricultura e o turismo continuam a desempenhar um papel essencial na economia local, ao mesmo tempo que novas iniciativas e investimentos impulsionam a inovação e o empreendedorismo. A valorização dos recursos naturais, aliada a políticas de desenvolvimento sustentável e incentivos ao setor empresarial, contribui para um crescimento equilibrado e para a dinamização da economia local e regional.

O emprego pode ser definido como “a realização de uma série de tarefas em troca de uma remuneração monetária denominada de salário” (CFP, 2024). Neste sentido, a taxa de atividade da população permite definir “a proporção da população total que se encontra ativa e é calculada como rácio da população ativa sobre a população total residente” (CFP, 2024). De acordo com os dados apresentados na **Tabela 19**, a taxa de atividade em Portugal registou um decréscimo de 2011 (47,56%) para 2021 (46,58%), à semelhança da região do Algarve que registou em 2011, 48,99% e em 2021, 45,64%. Também no concelho de Castro Marim, verificou-se uma tendência idêntica, a percentagem da taxa de atividade decresceu, em 2011, registava 42,91% e em 2021, 40,21%.

Tabela 19. Taxa de atividade da população residente por local de residência e género, 2011 e 2021, (%)

Unidade Territorial	2011			2021		
	Total	H	M	Total	H	M
Portugal	47,56	51,59	43,87	46,58	49,50	43,93
Algarve	48,99	52,07	46,05	45,64	47,61	43,79
Concelho de Castro Marim	42,91	46,80	39,06	40,21	42,78	37,73
Freguesia de Altura	48,84	53,44	44,41	42,31	43,44	41,73
Freguesia de Azinhal	31,42	34,52	28,52	35,49	37,18	33,88
Freguesia de Castro Marim	45,58	49,11	42,06	42,62	46,28	39,08
Freguesia de Odeleite	22,28	27,14	16,99	22,74	25,76	19,57

Fonte: INE, 2024

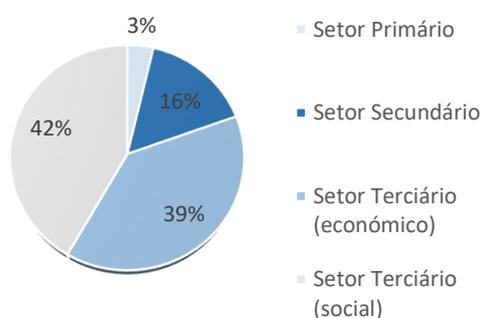
Através de uma análise mais detalhada da **Tabela 19**, é possível verificar que a taxa de atividade da população residente registou um decréscimo ao longo dos anos, à exceção da freguesia do Azinhal, que em 2011, registava 31,42% e em 2021, 35,49% e a freguesia de Odeleite em que o aumento foi menor, em 2011 era 22,28% e em 2021, 22,74%. Quanto ao género, no ano de 2021 à semelhança do que se verificou em 2011, as mulheres evidenciaram uma taxa de atividade menor do que a dos homens em todas as freguesias do concelho.

4.2.1. Distribuição da população empregada

A análise da distribuição da população empregada relativamente a indicadores, como os setores de atividade predominante (primário, secundário e terciário), o género, grupo etário e qualificação da população empregada permite compreender a estrutura e dinâmica da economia local.

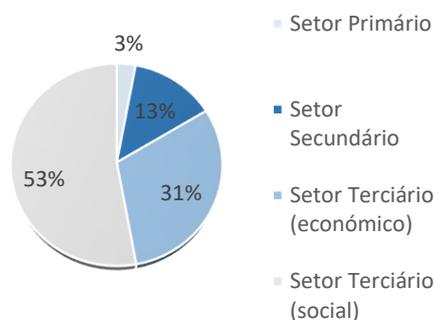
A **taxa de emprego** é um indicador essencial para compreender a situação laboral e as oportunidades de trabalho no concelho, que detém inúmeros desafios, como a sazonalidade. O emprego sazonal, é predominante em algumas freguesias do concelho e diversos setores, que aumenta a insegurança habitacional e alimentar, prejudicando o bem-estar e qualidade de vida de muitos residentes, especialmente em lares com maior vulnerabilidade financeira. A sazonalidade do turismo, em específico, provoca flutuações na taxa de emprego ao longo do ano. Em Portugal, a taxa de emprego em 2022 foi de 59,6%, refletindo as atividades económicas sazonais (INE, 2022).

Gráfico 18. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Castro Marim



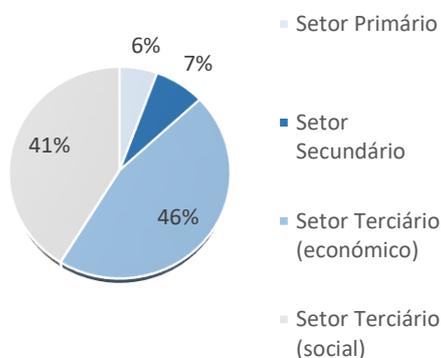
Fonte: INE, Censos, 2021

Gráfico 19. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Altura



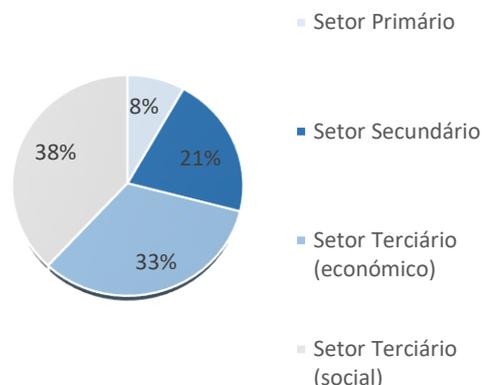
Fonte: INE, Censos, 2021

Gráfico 20. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Azinhal



Fonte: INE, Censos, 2021

Gráfico 21. Distribuição da população empregada por setor de atividade na Freguesia de Odeleite



Fonte: INE, Censos, 2021

Os **Gráficos 18, 19, 20 e 21**, apresentam a distribuição percentual da população empregada por setor de atividade (primário, secundário e terciário) nas quatro freguesias (Castro Marim, Altura, Azinhal e Odeleite) do concelho de Castro Marim. No que respeita à **freguesia de Castro Marim**, o setor predominante é o setor terciário, dividindo-se entre atividades sociais (42%) que incluem a educação, saúde e apoio social e económicas (39%), como o turismo, comércio e serviços. Relativamente à **freguesia de Altura**, também o setor terciário obtém maior expressão, em especial, o setor terciário social (53%) refletindo a importância das atividades turísticas e comerciais para o emprego e o setor terciário económico (31%). Quanto ao setor primário que engloba as atividades tradicionais como a agricultura, pesca, caça, entre outras e o setor secundário, como atividades industriais e de construção, nas freguesias de Castro Marim e Altura, estes ocupam uma menor percentagem, demonstrando um declínio da percentagem da população empregada nestes setores, especificamente no setor primário que detém uma percentagem de 3% em ambas as freguesias. Na **freguesia de Azinhal** a distribuição continua a ser predominante o setor terciário, em que as atividades económicas e sociais representam na totalidade (87%), e os setores primários e secundários encontram-se equilibrados, com 6% e 7%, respetivamente. Relativamente, à **freguesia de Odeleite**, observa-se a mesma tendência das restantes freguesias, com incidência para o setor terciário social (38%) e económico (33%), seguido do setor secundário com 21% e o setor primário 8%, verificando-se que a atividades de indústria e construção, nesta freguesia, comparativamente com as restantes é a que detém maior população empregada neste setor.

Os dados apresentados revelam uma economia com grande dependência do setor terciário que enfrenta desafios como a sazonalidade no setor turístico. O setor primário e secundário são as que apresentam menos representatividade nas quatro freguesias, o que poderá indicar um declínio das atividades económicas tradicionais. Assim, é necessário fortalecer a resiliência económica e promover o desenvolvimento sustentável, sendo importante investir na diversificação das atividades económicas, promover a oferta e abertura a novos mercados de trabalho através de novas estratégias que fomentem a criação de emprego. De forma a garantir que a população empregada possa acompanhar as transformações económicas e beneficiar de um mercado de trabalho mais inclusivo e equilibrado.

De acordo com os dados recolhidos, no ano censitário 2021, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), representados na **Tabela 20**, verificou-se uma tendência a nível nacional, regional e concelhio relativamente ao género da população empregada, com o género masculino a registar maior expressão em todos os territórios.

Tabela 20. População Empregada por Local de Residência e Género, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Género		
	Total	H	M
Portugal	4.426.461	2.256.526	2.169.935
Algarve	188.144	96.314	91.830
Concelho de Castro Marim	2.316	1.207	1.109
Freguesia de Altura	781	391	390
Freguesia de Azinhal	160	82	78
Freguesia de Castro Marim	1.265	672	593
Freguesia de Odeleite	110	62	48

Fonte: INE, 2024

No concelho de Castro Marim, registaram-se em 2021, **2.316 indivíduos empregados, 1.207 do género masculino e 1.109 do género feminino**. Efetuando uma análise por freguesias, observa-se que as nas freguesias de Altura e Azinhal as diferenças entre género são pouco significativas.

Tabela 21. População Empregada por Local de Residência e Nível de Escolaridade, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Nível de Escolaridade					
	Total	Nenhum Nível de Escolaridade	Ensino Básico	Ensino Secundário	Pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	4.426.461	42.064	1.664.525	1.275.380	103.784	1.340.708
Algarve	188.144	2.756	72.578	59.238	4.847	48.725
Concelho de Castro Marim	2.316	18	1.111	272	299	436
Freguesia de Altura	781	4	337	76	92	186
Freguesia de Azinhal	160	1	89	24	28	15
Freguesia de Castro Marim	1.265	13	616	152	163	223
Freguesia de Odeleite	110	0	69	20	16	12

Fonte: INE,2024

No que respeita à **população empregada segundo o nível de escolaridade**, na **Tabela 21**, podemos verificar que a maioria dos indivíduos empregados detinham o Ensino Básico completo, no Concelho de Castro Marim, com 1.111 indivíduos, sendo a maioria detentores do 3º ciclo, registando 540 indivíduos. Na análise efetuada por freguesias, podemos aferir que a freguesia de Castro Marim é a que detém maior número de indivíduos com nenhum nível de escolaridade (13 indivíduos), assim como também é a freguesia que reúne mais indivíduos com ensino superior (223 indivíduos), seguindo-se a freguesia de Altura, com 186 indivíduos. Segundo informações privilegiadas municipais, o número de jovens residentes no concelho que ingressam no ensino superior é bastante reduzido, o que representa um desafio significativo para o desenvolvimento económico e social do município. Também a dificuldade relacionada com a baixa qualificação da população pode limitar as oportunidades de emprego.

De acordo com a **Tabela 22**, que analisa a **distribuição da população empregada por grupos etários** no concelho de Castro Marim, verifica-se que o grupo etário com maior representatividade de pessoas empregadas correspondia ao grupo dos 45 aos 54 anos de idade, representando um total 695 indivíduos, evidenciando que a população ativa empregada é superior nas faixas etárias mais avançadas, comparativamente com a população mais jovem. Na análise por freguesias, observa-se que na freguesia de Odeleite, a faixa etária com maior expressão é entre 55 e os 59 anos, demonstrando o envelhecimento populacional sentido na região.

Tabela 22. População Empregada por Local de Residência e Grupo Etário, 2021, (Nº)

Grupos Etários	Unidade Territorial				
	Concelho	Freguesias			
	Castro Marim	Altura	Azinhal	Castro Marim	Odeleite
15-19	8	2	0	5	1
20-24	95	33	10	48	4
25-29	165	54	10	91	10
30-34	223	68	8	138	9
35-39	247	89	14	132	12
40-44	276	92	21	149	14
45-49	341	108	21	198	14
50-54	354	124	26	193	11
55-59	276	95	20	143	18
60-64	234	83	19	120	12
65-69	76	25	11	36	4
70-74	14	5	0	8	1
75 ou +	7	3	0	4	0

Fonte: INE, 2024

Relativamente à **situação profissional da população empregada** no concelho de Castro Marim, podemos verificar na **Tabela 23**, que a **maioria dos indivíduos trabalham por conta de outrem, correspondendo a 1.711 indivíduos**. Esta tendência é verificada também a nível nacional, regional e nas quatro freguesias do concelho. Quanto aos **empregadores no concelho registam um valor mais baixo nas freguesias de Odeleite e Azinhal, com 8 e 13 indivíduos, respetivamente**.

Tabela 23. População Empregada por local de Residência e Situação de Profissão, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Situação Profissional				
	Total	Empregador /Patrão	Trabalha por conta própria ou isolado	Trabalhador conta de outrem	Outra Situação
Portugal	4.426.461	467.418	420.179	3.435.002	103.862
Algarve	188.144	24.736	23.818	135.190	4.400
Concelho de Castro Marim	2.316	261	276	1.711	68
Freguesia de Altura	781	109	100	547	25
Freguesia de Azinhal	160	13	22	120	5
Freguesia de Castro Marim	1.265	131	139	961	34
Freguesia de Odeleite	110	8	15	83	4

Fonte: INE, 2024

Outra análise essencial para compreender a dinâmica da população empregada no concelho, bem como refletir sobre a necessidade de implementação de medidas e estratégias para o setor económico é o indicador relativo aos movimentos migratórios da população empregada. Segundo os dados analisados na **Tabela 24**, a maioria da população trabalha noutro município, correspondendo a cerca de **1.083 indivíduos**, que se deslocam para trabalhar para concelhos vizinhos. Através de uma análise mais detalhada às freguesias, verificamos que nas freguesias de Odeleite e do Azinhal, a população residente sai menos do concelho para ir trabalhar. A freguesia de Castro Marim é a que regista maior números de trabalhadores a deslocar-se para o estrangeiro.

Tabela 24. População Empregada por Local de Trabalho, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Local de Trabalho			
	Na Freguesia onde reside atualmente	No Município, noutra Freguesia	Noutro município	No Estrangeiro
Concelho de Castro Marim	847	217	1.083	43
Freguesia de Altura	287	81	335	14
Freguesia de Azinhal	54	22	71	2
Freguesia de Castro Marim	470	91	617	28
Freguesia de Odeleite	36	23	40	3

Fonte: INE, 2024

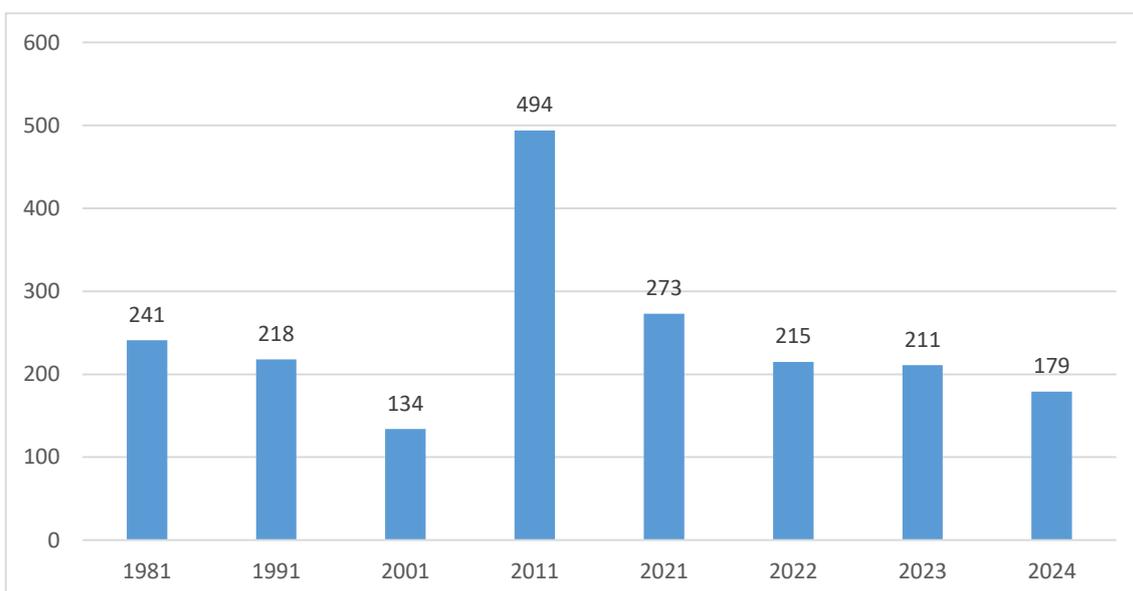
Os dados analisados evidenciam que a maioria da população de Castro Marim encontra-se empregada em atividades do setor terciário, com grandes disparidades percentuais entre setores e com maior predominância do sexo masculino. A maioria dos indivíduos empregados eram detentores do Ensino Básico completo e trabalham em maior número por conta de outrem, deslocando-se grande parte para outros municípios para trabalhar. Desta forma, torna-se essencial a implementação de políticas que fomentem o desenvolvimento económico local através de incentivo à criação de empresas e fortalecimento da económica local, bem como a promoção da qualificação profissional através do acesso a bolsas de estudo, orientação para programas de orientação vocacional e parcerias com instituições de ensino. Estas são algumas medidas que podem contribuir para a maior especialização dos trabalhadores e a criação de novas oportunidades de trabalho, procurando reduzir a dependência do mercado de trabalho externo e estimular a inovação e promover um crescimento mais equilibrado e sustentável no concelho de Castro Marim.

4.2.2. Distribuição da População Desempregada

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) considera-se desempregadas todas as pessoas que acima de uma determinada idade que durante um determinado período de referência, não se encontravam num emprego remunerado ou num emprego por conta própria; todas as pessoas disponíveis para trabalhar durante um período de referência, ou seja, disponíveis para um emprego remunerado ou por conta própria e/ou aqueles/as que se encontram à procura de emprego remunerado ou por conta própria.

A evolução do desemprego no concelho de Castro Marim ao longo dos anos tem apresentado algumas oscilações, conforme apresentado no **Gráfico 22**, verificou-se um **aumento significativo do número de desempregados, no ano censitário de 2011**, com **494 desempregados no concelho**, que correspondeu a um período de crise económica. Desde 2011, houve uma diminuição significativa do número de desempregados inscritos no IEFP, sendo que **à data de outubro de 2024 registava-se um total de 179 desempregados**. De acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), **encontravam-se inscritos à data de janeiro de 2025, 230 indivíduos desempregados no Concelho de Castro Marim**, evidenciando um novo aumento do número de desempregados.

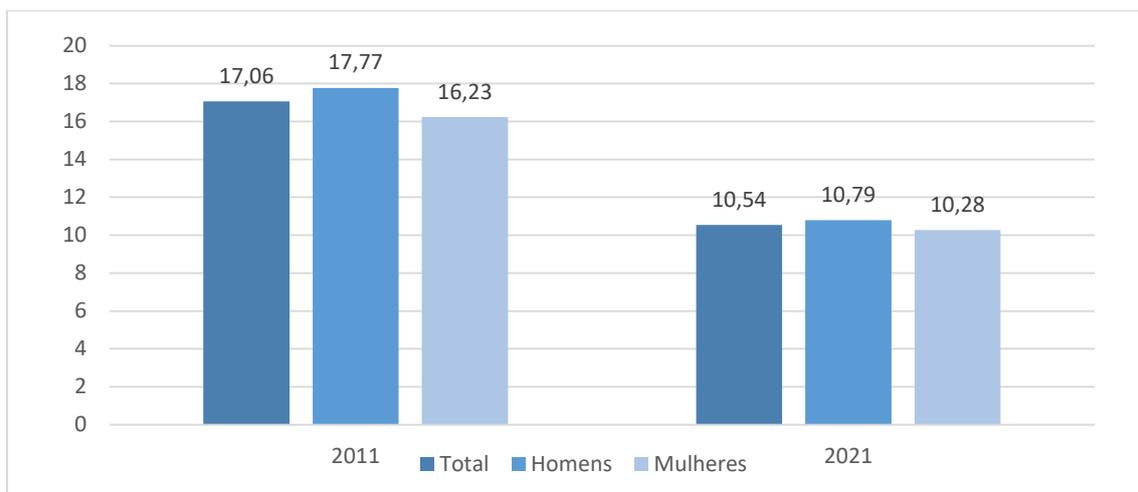
Gráfico 22. Evolução da População Residente Desempregada, 1981-2024, (Nº)



Fonte: IEFP, 2024

Relativamente à taxa de desemprego, entre 2011 e 2021, verificou-se como apresentado no **Gráfico 23**, uma diminuição de 6,52% no concelho de Castro Marim, sendo que a taxa de desemprego continua superior no género masculino.

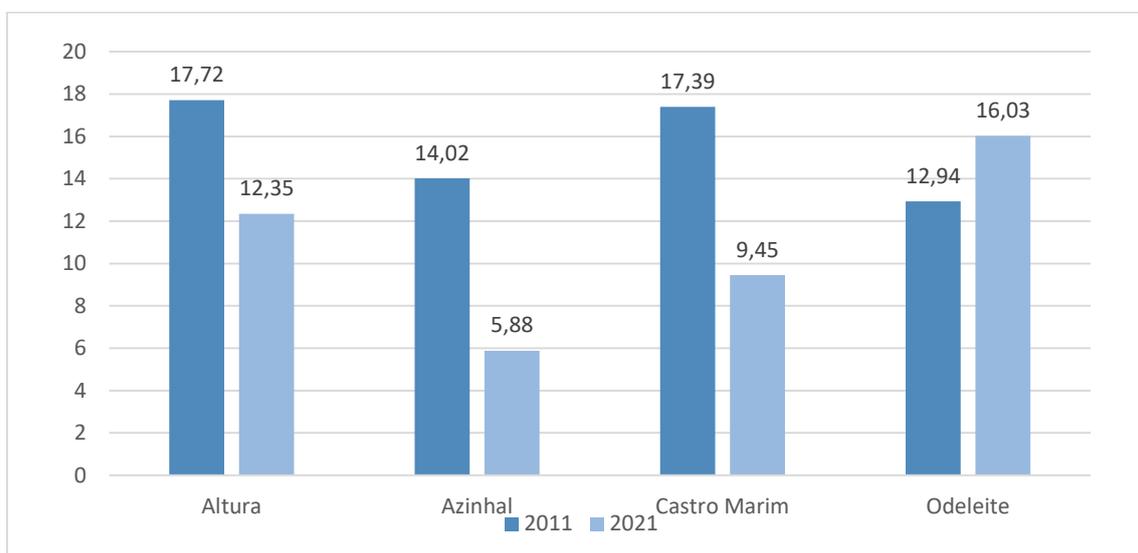
Gráfico 23. Evolução da Taxa de Desemprego, por género, 2011-2021, (%)



Fonte: IEFP, 2024

Efetuada a análise por freguesias, as freguesias com maior taxa de desemprego eram Altura (17,72%) e Castro Marim (17,39%) em 2011. O decréscimo da taxa de desemprego entre os anos censitários de 2011 e 2021, verificou-se em três das freguesias, com a freguesia do Azinhal a registar um decréscimo significativo de 8,14%. Pelo contrário, a freguesia de Odeleite foi a única em que a taxa de desemprego aumentou nos anos em análise, de 12,94% para 16,03%.

Gráfico 24. Evolução da Taxa de Desemprego, por freguesias, 2011-2021, (%)



Fonte: INE, 2024

Relativamente à análise da **população desempregada por género**, podemos observar na **Tabela 25**, que à data de outubro de 2024, existiam **maior número de desempregados no género masculino**, em todas as freguesias do concelho, à exceção da freguesia de Altura que detinha o

mesmo número de homens e mulheres desempregados. A **freguesia de Castro Marim é a que regista maior número de desempregados inscritos no IEFP**, com 81 inscritos, seguindo-se a freguesia de Altura, com 78 indivíduos desempregados.

Tabela 25. População Desempregada inscrita no IEFP, por freguesias e género, outubro de 2024, (Nº)

Unidade Territorial	Género		
	Total	H	M
Concelho de Castro Marim	179	95	84
Freguesia de Altura	78	39	39
Freguesia de Azinhal	8	82	78
Castro Marim (Freg.N/codificada)	1	1	0
Freguesia de Castro Marim	81	43	38
Freguesia de Odeleite	11	8	3

Fonte: IEFP, 2024

Quando efetuada a análise por grupos etários, verifica-se que o **grupo com maior representatividade** no concelho de Castro Marim é a **faixa etária dos 35 dos 54 anos**, contabilizando cerca de **73 desempregados**.

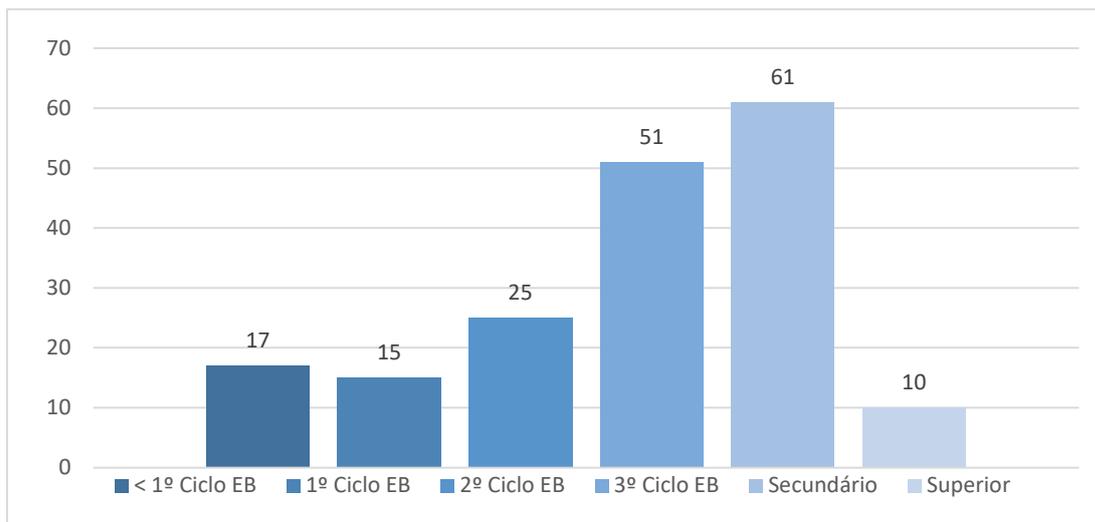
Tabela 26. População Desempregada inscrita no IEFP, por freguesias e grupo etário, outubro de 2024, (Nº)

Unidade Territorial	Grupo Etário				
	Total	<25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos ou +
Concelho de Castro Marim	179	30	39	73	37
Freguesia de Altura	78	14	21	31	12
Freguesia de Azinhal	8	1	2	4	1
Castro Marim (Freg.N/codificada)	1	0	0	1	0
Freguesia de Castro Marim	81	14	15	34	18
Freguesia de Odeleite	11	1	1	3	6

Fonte: IEFP, 2024

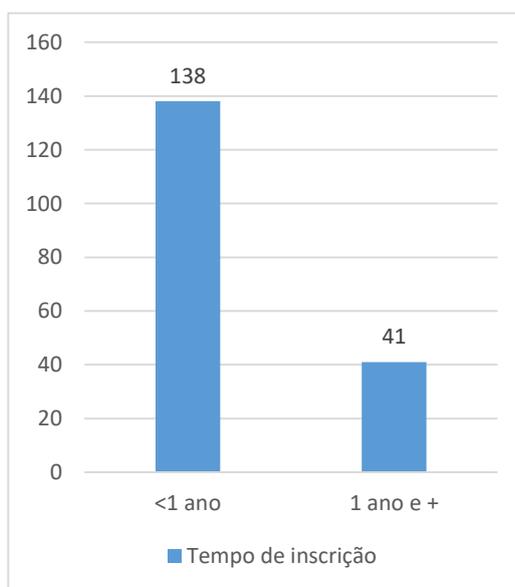
No que diz respeito à **qualificação das pessoas em situação de desemprego**, com referência aos dados à data de outubro de 2024, a **maioria possuía o Ensino Secundário, com 61 indivíduos desempregados**, seguindo-se a população com 3º ciclo do Ensino Básico, com 51 indivíduos. A população com qualificação de Ensino Superior é a com menor número de indivíduos desempregados inscritos no IEFP.

Gráfico 25. População Desempregada inscrita no IEFP, por nível de escolaridade, outubro de 2024, (Nº)



Fonte: IEFP, 2024

Gráfico 26. População Desempregada inscrita no IEFP, por tempo de inscrição, outubro de 2024, (Nº)



Fonte: IEFP, 2024

Relativamente à população desempregada residente no concelho de Castro Marim, inscrita no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), verifica-se no **Gráfico 26** que existia um maior número de inscritos/as há menos de um ano, correspondendo a 138 indivíduos desempregados. Caracterizando a inscrição face ao emprego, verificou-se que dos 179 indivíduos inscritos no IEFP, 158 encontravam-se á procura de um novo emprego e 21 procuram o 1º emprego.

No que concerne à **análise do valor médio do subsídio de desemprego**, esta revela diferenças significativas entre as regiões e géneros. Na **Tabela 27**, podemos observar que no contexto nacional, o valor médio do subsídio de desemprego foi de 3.325€, sendo mais elevado para os homens (3.475€). A nível regional, o Algarve apresentou um valor médio inferior ao nacional (2.319€), verificando-se menor disparidade entre géneros. No concelho de Castro Marim, o valor médio do subsídio de desemprego foi ainda mais baixo, 2.280€, com diferença mais acentuada entre géneros, com o género masculino a receber, em média, 2.487€ e o género feminino, 2.109€. Os valores mais baixos a nível concelhio podem dever-se à dependência de empregos sazonais e a um menor nível de remuneração média a nível local.

Tabela 27. Valor médio do subsídio de desemprego da Segurança Social, por género, em Portugal, no Algarve e Castro Marim, 2023, (€)

Unidade Territorial	Género		
	Total	H	M
Portugal	3.325	3.475	3.209
Algarve	2.319	2.332	2.309
Castro Marim	2.280	2.487	2.109

Fonte: INE, 2024

Os dados apresentados remetem para um cenário de forte dependência de empregos sazonais, evidenciando a vulnerabilidade do mercado de trabalho local. O desemprego sazonal continua a impactar a estabilidade económica da região, salientando-se a necessidade de implementação de políticas que promovam para a diversificação da economia, com foco no combate ao desemprego de longa duração e sazonal, a promoção da qualificação profissional e o estímulo ao empreendedorismo local, de forma a reduzir a dependência de setores com elevada sazonalidade e garantir maior estabilidade no emprego.

4.3. Habitação

“A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego” (Resolução de Conselho de Ministros, 50-A/2018). Segundo a Lei de Bases da Habitação (LBH), lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, atribui-se aos municípios a responsabilidade de promover a construção ou reabilitação de habitações a custos controlados, de apoiar cooperativas de habitação, através de incentivos e apoios públicos, que tenham como objetivo a principal habitação acessível, bem como praticar uma política de solos compatível com os objetivos e metas da política municipal.

Neste âmbito, a Estratégia Local de Habitação de Castro Marim (ELH), 2022-2025 configura-se como um instrumento municipal de planeamento estratégico, que procura estabelecer planos e programas em matéria de habitação e reabilitação urbana e destina-se a assegurar respostas apropriadas e dirigidas às pessoas e famílias que vivem em contextos de dificuldade habitacional, através de soluções ajustadas às diferentes realidades identificadas no concelho. Na ELH de Castro Marim, 2022-2025, foi efetuado um levantamento das necessidades de carência habitacional do concelho, com base nos pedidos de habitação social sinalizados pela equipa de Ação Social, recolha de dados estatísticos, mapeamento dos recursos existentes e caracterização da necessidade de reabilitação do parque de habitação social, determinante para aferir a situações familiares e respetivas condições de habitação com maior vulnerabilidade.

4.3.1. Situação Habitacional em Castro Marim

A situação habitacional no concelho de Castro Marim apresenta desafios significativos, com a escassez de habitações acessíveis para arrendamento de longa duração e condições habitacionais por vezes precárias e caracterizadas por sobrelotação. Assim, a escassez de habitação acessível é um desafio crescente.

De acordo com os dados relativos à demografia populacional do concelho mencionados no ponto 3.2 do presente diagnóstico, a distribuição espacial da população por freguesia não é linear, existindo maior concentração nas freguesias de Castro Marim e Altura, sendo que as freguesias do Azinhal e Odeleite foram as que perderam mais residentes nas últimas décadas, facto que pode estar ligado com as oportunidades habitacionais, de infraestruturas e de acessibilidades verificadas nestas localidades. No que se refere ao parque habitacional privado, segundo o ELH de Castro Marim as freguesias com maior número de novos edifícios entre 2001 e 2021 foram Castro Marim (48,8%) e Altura (21,9%), sendo que a concentração nestes

concelhos pode ser justificada pela maior facilidade de acesso aos serviços essenciais. Quanto aos alojamentos familiares e coletivos, verifica-se uma tendência de estagnação, situação compatível com a redução registadas ao nível da população residente e agregados familiares. Nesta análise, importa salientar estatisticamente um dado relevante que se refere à tipologia de ocupação das habitações, uma vez que os alojamentos para uso sazonal ou residência lideravam em 2021 no concelho, representando mais de 58% dos alojamentos familiares clássicos que poderá ser justificado pela sua costa com 3,2 km de unidades balneares. Em todas as freguesias dominam os alojamentos para uso sazonal e residência secundária e verificou-se um aumento do número de imóveis vagos a rondar os 15,5% entre 2011 e 2021.

Face ao panorama no concelho, observa-se que o **turismo tem um impacto significativo na habitação**, com uma tendência crescente de conversão de imóveis em alojamentos para turistas, através de arrendamentos de curta duração. Esta situação é particularmente relevante, uma vez que reduz ainda mais a oferta de imóveis acessíveis à população, especialmente na freguesia de Altura onde existe maior fluxo turístico e a compra da segunda residência é bastante atraente para a população estrangeira ou para indivíduos que procuram investir em imóveis, em vez de utilizados com moradia permanente.

Segundo os dados apresentados na **Tabela 28**, existiam no concelho um total de **8.507 alojamentos familiares clássicos**, em que o número de alojamentos de residência secundária (4.954) era superior ao de residência habitual (2.732).

Tabela 28. Alojamentos Familiares Clássicos por localização geográfica, e forma de ocupação, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Total	Residência Habitual	Residência Secundária	Vago para venda ou arrendamento	Vago por outros motivos
Portugal	5.970.677	4.142.581	1.104.881	348.097	375.118
Algarve	391.416	193.395	151.269	31.304	15.448
Concelho de Castro Marim	8.507	2.732	4.954	604	217
Freguesia de Altura	3.755	905	2.383	362	105
Freguesia de Azinhal	660	225	382	37	16
Freguesia de Castro Marim	2.888	1.295	1.358	145	90
Freguesia de Odeleite	1.204	307	831	60	6

Fonte: INE, 2024

A tendência verifica-se em todas as freguesias do concelho, com maior disparidade na freguesia de Altura em que a proporção de residências secundárias para as residências habituais é muito superior. Quanto aos imóveis vagos para venda ou arrendamento, correspondem um total de 604 alojamentos familiares no concelho de Castro Marim e também se encontram em número superior na freguesia de Altura, existindo vagos.

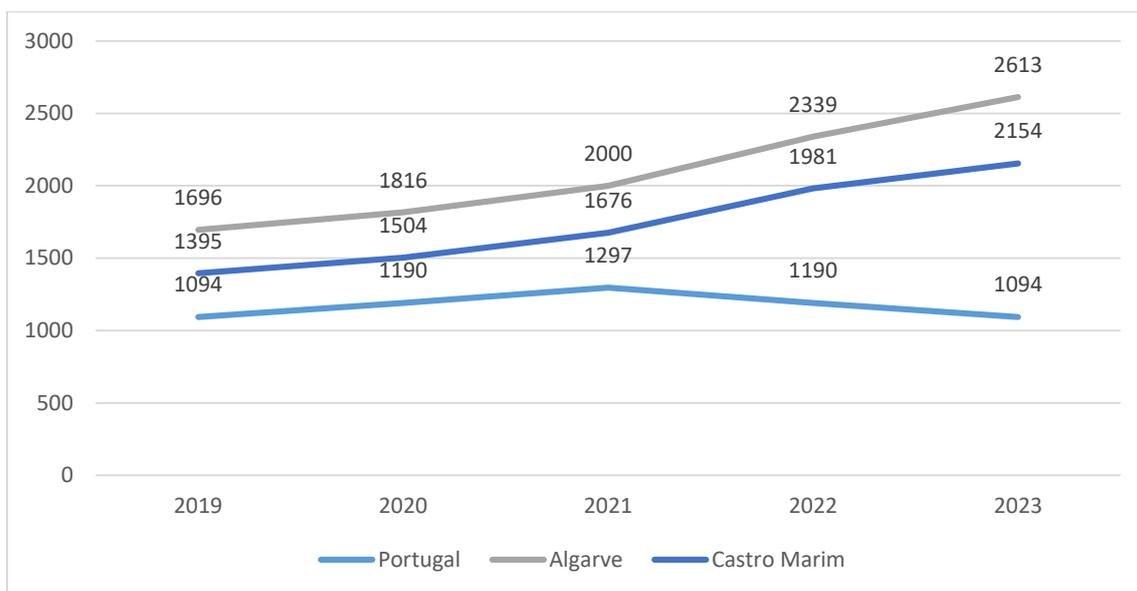
O predomínio de residências secundárias sugere que muito imóveis são utilizados de forma esporádica, reduzindo a oferta de habitação permanente para os moradores locais e aumentando a pressão sobre o setor imobiliário, inflacionando os valores dos alojamentos. Estes são alguns dos motivos que colocam o município de Castro Marim, numa das regiões com maior carência de habitação acessível para muitas famílias.

Outro indicador relevante para verificar a situação habitacional no município é a análise do valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares e o valor mediano das rendas por m² por arrendamentos, pois fornecem uma visão clara sobre o custo da habitação numa determinada região.

De acordo com o **Gráfico 27**, verifica-se que o **concelho de Castro Marim tem registado um aumento no valor mediano das vendas das habitações**, acompanhando a tendência de crescimento da região do Algarve. No concelho de Castro Marim, observa-se que o preço médio das vendas por m² em 2023, foi de 2.151€, um valor superior à média nacional. A dinâmica de crescimento tem sido verificada tanto nas habitações existentes, como nas novas habitações.

O mercado habitacional de vendas de alojamento familiares no concelho de Castro Marim tem demonstrado várias oscilações entre 2016 e 2021. De acordo com os dados apresentados no **Gráfico 26**, desde 2019 até 2023, a tendência de crescimento foi significativa, com um aumento de 759 €/m², em que o valor das vendas no concelho passou de 1.395 €/m² (2019) para 2.154€/m² (2023). Na série temporal em análise, o município, manteve-se com números acima dos registados em Portugal e abaixo do Algarve.

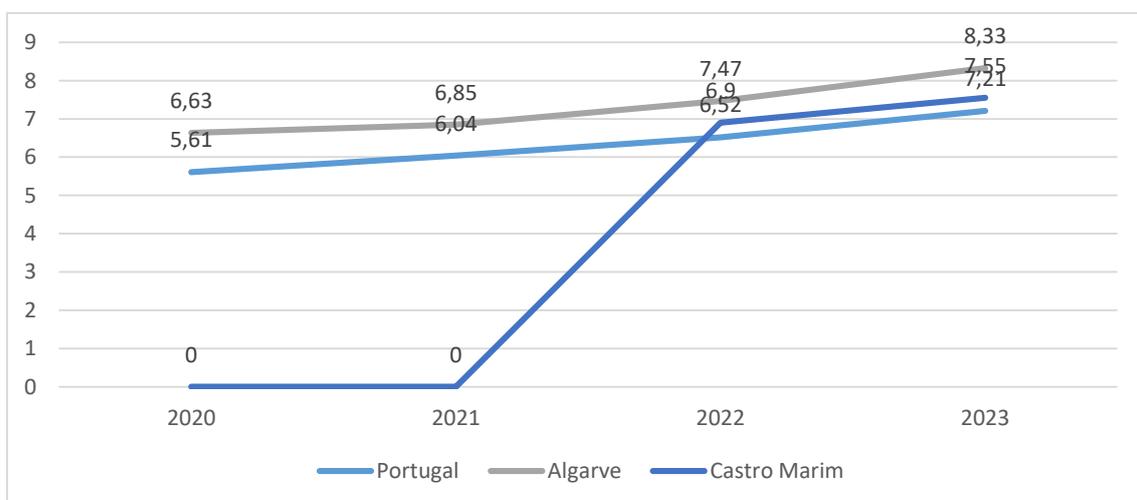
Gráfico 27. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares em Portugal, no Algarve e em Castro Marim, 2019-2023 (€/m²)



Fonte: INE, 2024

O **Gráfico 28**, apresenta o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Castro Marim. Relativamente ao concelho de Castro Marim, o valor mediano das rendas por m² superou o valor praticado em Portugal. Embora, não tenha sido possível apurar os valores anteriores a 2022 relativamente ao valor das vendas no concelho de Castro Marim, entre 2022 e 2023, registou-se um aumento de 0.65 €/m², passando de 6.52 €/m² para 7.55 €/m².

Gráfico 28. Valor Mediano das Rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal, Algarve e Castro Marim, 2020-2023, (€/m²)



Fonte: INE, 2024

O constante aumento do valor das rendas, quer das vendas de alojamentos familiares apresenta desafios sociais acrescidos, principalmente para os grupos mais vulneráveis e para as famílias.

4.3.2. Parque Habitacional Municipal

Nos últimos anos, Castro Marim tem investido na ampliação e qualificação do seu parque habitacional, atualmente o município contabiliza 86 fogos de arrendamento. As habitações foram adquiridas entre 2001 e 2019, e estão concentradas em três urbanizações, com destaque para as Laranjeiras e o Cercado do Poço da Ordem que representam a maior parte dos alojamentos (83%).

Tabela 29. Habitações Sociais de Castro Marim, por local, número de fogos/pessoas e ano de aquisição, 2021, (Nº)

Local	Nº de fogos	Nº de pessoas	Ano de aquisição
Urbanização das Laranjeiras	24	66	2008
Urbanização das Laranjeiras – Nº. 28	8	15	2019
Urbanização Cercado do Poço da Ordem	48	124	2001
Rua João de Deus (habitação dispersa)	5	16	2010,2013 e 2014
Cerro do Enho (habitação dispersa)	1	5	2013
Total	86	226	-

Fonte: ELH, CM Castro Marim, 2021

Localização das Habitações Sociais

O concelho possui duas urbanizações e algumas habitações dispersas. A Urbanização Cercado do Poço da Ordem foi construída no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) e a Urbanização das Laranjeiras ao abrigo do Programa de Financiamento de Acesso à Habitação (PROHABITA), ambas com a colaboração do extinto Instituto Nacional de Habitação, atual Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IURU).

Figura 7. Urbanização do Cercado do Poço da Ordem - Freguesia de Castro Marim



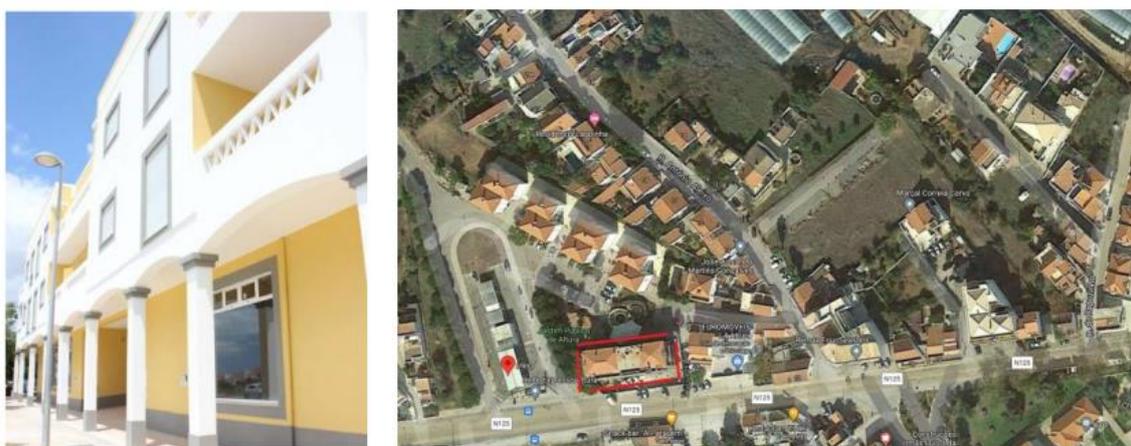
Fonte: CM Castro Marim, 2021

Figura 8. Urbanização das Laranjeiras - Freguesia de Altura



Fonte: CM Castro Marim, 2021

Figura 9. Urbanização das Laranjeiras n. 28 - Freguesia de Altura



Fonte: CM Castro Marim, 2021

Figura 10. Habitações dispersas da Rua João de Deus, freguesia de Castro Marim



Fonte: CM Castro Marim, 2021

Figura 11. Habitação dispersa em Cerro do Enho (CM Castro Marim, 2021)



Fonte: CM Castro Marim, 2021

Caraterização socioeconómica dos moradores

De acordo com a **Estratégia Local de Habitação de Castro Marim (2022-2025)**, existem no concelho **86 fogos de habitação social**, onde **residem 226 pessoas**, dos quais **123 são mulheres e 103 homens**. Relativamente à faixa etária dos moradores, 51% dos moradores têm entre os 25 e os 64 anos, 16% entre os 17 e os 24 anos, dos 0 aos 14 anos representam 13,7% e os indivíduos a partir dos 65 anos ou mais representam 13,2%. De modo geral, as urbanizações mantêm uma estrutura etária similar, em que predomina a população em idade ativa, enquanto as demais mostram-se relativamente equiparadas.

Tabela 30. Moradores das habitações sociais de Castro Marim, por faixa etária, (Nº)

Local	Faixa etária			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +
Urbanização das Laranjeiras	5	16	38	7
Urbanização das Laranjeiras – Nº. 28	3	2	9	1
Urbanização Cercado do Poço da Ordem	14	15	60	22
Rua João de Deus (habitação dispersa)	7	2	7	0
Cerro do Enho (habitação dispersa)	2	1	2	0

Fonte: CM Castro Marim, 2021

No que esse refere à **situação laboral dos residentes, 28% estão empregados, 26% são estudantes e 9% são pensionistas**, sendo que cerca de **22% dos residentes encontram-se desempregados**. Efetuando uma análise mais detalhada por locais, observa-se que na Urbanização das Laranjeiras e nas habitações dispersas da Rua João de Deus e Cerro do Enho, a maioria dos residentes são estudantes. Por outro lado, na Urbanização das Laranjeiras n.º 28 e no Cercado do Poço da Ordem, predominam os indivíduos que estão empregados. Por outro lado, na Urbanização das Laranjeiras e no Cercado, a quantidade de moradores com e sem emprego fica quase equiparado.

Tabela 31. Moradores das habitações sociais de Castro Marim, por situação de trabalho, (Nº)

Local	Situação de Trabalho			
	Empregado/a	Desempregado/a	Pensionista	Estudante
Urbanização das Laranjeiras	14	11	4	16
Urbanização das Laranjeiras – Nº. 28	8	2	1	4
Urbanização Cercado do Poço da Ordem	37	33	16	29
Rua João de Deus (habitação dispersa)	3	4	0	8
Cerro do Enho (habitação dispersa)	1	1	0	2

Fonte: CM Castro Marim, 2021

Relativamente ao **valor das rendas apoiadas** não têm sido registados aumentos desde 2014, pelo que a maioria dos residentes pagam até 100€ (60%), ou entre 101€ e 300€ (31%). Um número muito reduzido de moradores tem um custo acima de 301€ com a manutenção das habitações sociais.

Face às carências habitacionais identificadas na análise realizada, é urgente que o município operacionalize as medidas e objetivos, preconizados na Estratégia Local de Habitação, 2022-2025, de forma a garantir uma habitação adequada e acessível para a população mais desfavorecida. O município de Castro Marim conforme mencionado na EHL, tem como objetivo promover habitações dignas para **109 famílias**, um universo de **282 pessoas**, ao abrigo do Programa 1.º Direito. Deste total, **21 estão em situação de precariedade, 9 de sobrelotação e 79 de insalubridade e insegurança**. A estratégia consiste em diferentes soluções habitacionais, designadamente a construção de novos fogos, a reabilitação (ou a aquisição e reabilitação) de frações com distintos níveis de degradação e a disponibilização de lotes para autoconstrução.

4.4. Saúde

A Saúde é um dos pilares mais importantes para garantir o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento e sustentabilidade de uma população. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de Saúde não se resume apenas à ausência de doença, mas representa um estado de completo bem-estar físico, mental e social (OMS, 2004). À semelhança de outras regiões no país, o concelho de Castro Marim enfrenta desafios na área da saúde, como a falta de recursos humanos especializados e a necessidade de uma rede de suporte para as populações mais vulneráveis, como idosos e pessoas com dependências. O acesso a serviços de saúde merece uma atenção especial, de forma a garantir que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados adequados e de qualidade.

4.4.1. Caraterização dos Serviços de Saúde no Concelho de Castro Marim

A Administração Regional de Saúde (ARS), IP, ao nível dos cuidados de saúde primários é constituída pelas Unidades Locais de Saúde (ULS), anteriormente designadas por Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES). No que respeita à região do Algarve, encontram-se divididos em três, Central, Barlavento e Sotavento. A Unidade Local de Saúde do Algarve - Cuidados de Saúde Primários (CSP) do Sotavento, antigo Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve III - Sotavento (ACES Sotavento), tem sede no concelho de Tavira, com área de intervenção correspondente aos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António. No que se refere às estruturas de apoio de cuidados de saúde primários públicos, existem **duas**

no município de Castro Marim, nas freguesias de Castro Marim (sede) e Altura. Existia também uma extensão na freguesia do Azinhal e Odeleite, mas encontra-se encerrada desde 2016.

Relativamente às unidades funcionais dos Cuidados de Saúde Primários do Sotavento, no concelho de Castro Marim são as seguintes:

Tabela 32. Unidades Funcionais dos Cuidados de Saúde Primários de Castro Marim

Unidades Funcionais	Designação	
Unidades de Saúde Familiar	Baesuris	Centro Saúde de Castro Marim (concelho)
		Pólo Altura
Unidade de Saúde Pública (USP) CSP Sotavento	USP CSP Sotavento	Pólo de Castro Marim

Fonte: ULS Algarve, 2024

De acordo com os dados da ARS Algarve (2024), a USF Baesuris **tem 8.709 pessoas inscritas, 8.703 com médico de família, uma taxa de 99,93%**. Assim, verifica-se que o número de inscritos nos centros de saúde do concelho supera o total da população residente, revelando que os serviços de saúde estão a ser amplamente utilizados por residentes dos concelhos vizinhos.

Na **Tabela 33**, encontra-se representada a distribuição de utentes inscritos por grupos etários e género, e podemos observar que existe maior concentração de utentes inscritos com idades acima de 65 anos, em ambos os géneros. O valor mais baixo agrega os indivíduos do género feminino, com menos de 1 ano, seguindo-se a faixa etária entre 1 a 4 anos, revelando a diminuição na taxa de natalidade e uma expectativa de vida mais elevada, refletindo-se num envelhecimento demográfico da população. Além disso, a elevada proporção de idosos face à população jovem, sugere a necessidade de maior atenção aos cuidados de saúde na população mais envelhecida e vulnerável.

Tabela 33. Número de Utentes Inscritos no Centro de Saúde por Grupos Etários, 2024, (Nº)

Idades	Homens	Mulheres	Total
Menos de 1 Ano	34	25	59
1-4	143	140	283
5-9	179	152	331
10-14	156	165	321
15-19	166	185	351
20-24	155	193	348
25-29	193	233	426
30-34	229	227	456
35-39	231	226	457
40-44	252	269	521
45-49	300	283	583
50-54	274	304	578
55-59	281	325	606
60-64	296	311	607
65-69	374	346	720
70-74	431	344	775
75 e Mais Anos	615	672	1.287
Total	4.309	4.400	8.709

Fonte: ULS Algarve, 2024

O centro de saúde de Castro Marim oferece uma variedade de serviços para atender às necessidades de saúde da população. Entre estes, destacam-se as consultas de medicina geral e familiar, enfermagem e saúde materno-infantil. Além disso, o centro também oferece serviços de planeamento familiar, vacinação, rastreio de doenças, e programas de prevenção e promoção da saúde (USF Baesuris, 2024). Também ao serviço da população encontra-se o Serviço de Urgência Básica (SUB) em Vila Real de Santo António e o Centro Hospitalar Universitário do Algarve em Faro, ambos a funcionar 24 horas por dia, todos os dias.

Quanto aos recursos humanos existentes na USF Baesuris (Castro Marim e Altura), de acordo com a **Tabela 34** existem no concelho de Castro Marim, um **total de 15 profissionais** a desempenhar funções nos dois serviços de saúde que existem no município de Castro Marim.

Tabela 34. Recursos humanos disponíveis na Unidade de Saúde Familiar Baesuris, (Nº)

Recursos Humanos	Nº
Médicos	5
Enfermeiros	5
Secretários Clínicos	4
Assistente Operacionais	1

Fonte: SNS, 2024

No que diz respeito, aos serviços farmacêuticos no concelho de Castro Marim, na **Tabela 35** são apresentadas as Farmácias e Parafarmácias disponíveis no concelho, constatando-se que apenas existem duas farmácias e uma parafarmácia, com horário de atendimento até as 19 horas e 30 minutos, contudo, em casos de urgência é possível obter assistência através de contato telefónico direto.

Tabela 35. Listagem das farmácias e parafarmácias do concelho de Castro Marim

Farmácia	Freguesia	Endereço
Farmácia Moderna	Castro Marim	Bairro Social Lote 31-C
Farmácia Avenida	Altura	Av. 24 de Junho, Urbanização Solmar, Edf. Almada Lt. 1 R/C
Parafarmácia Saúde	Altura	Rua Alagoa, Ed. Parmeirinha Lj R/C ,

Fonte: SNS, 2024

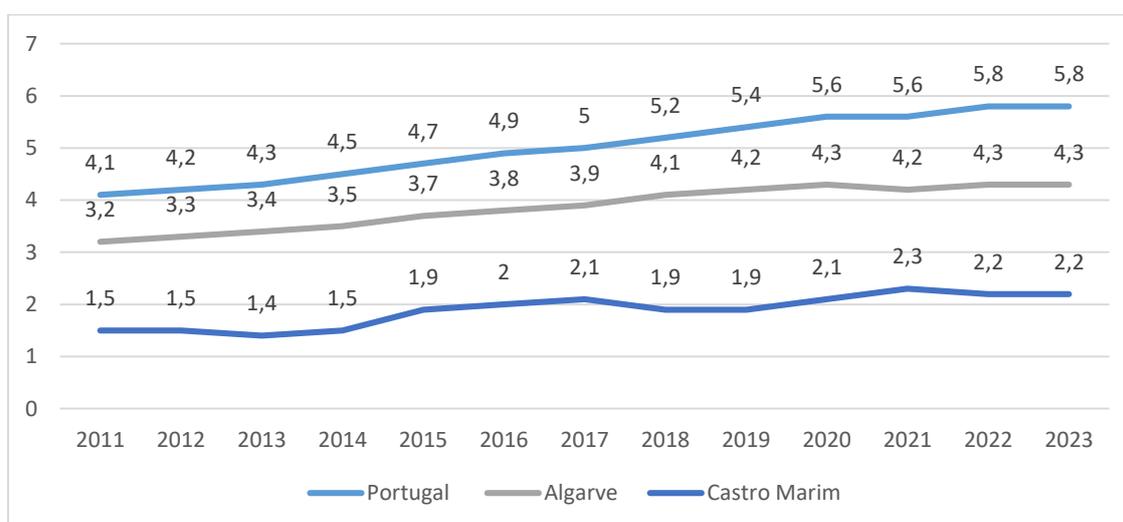
O município de Castro Marim dispõe ainda de uma **Unidade Móvel de Saúde – Consulta de Proximidade**. Esta iniciativa resulta da cooperação entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde (ARS), fruto de uma candidatura “Unidades de Saúde Móveis de Proximidade” da ARS, um projeto único, distinto na região que conta com a disponibilidade de duas médicas e um enfermeiro para atender a população do concelho de Castro Marim.

A Unidade Móvel de Castro Marim percorre diariamente uma centena de povoações dispersas e isoladas no interior do concelho, proporcionando cuidados médicos ao domicílio de uma população mais vulnerável e com dificuldade em deslocar-se, promovendo um acompanhamento mais assíduo e próximo, uma avaliação da situação clínica mais detalhada, permitindo integrar o doente na sua realidade habitacional, familiar e social.

4.4.2. Evolução dos Profissionais de Saúde no Concelho

Segundo os dados recolhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE), relativamente ao número de médicos por 1000 habitantes, podendo observar no **Gráfico 29**, que ao nível nacional registou-se um aumento, passando de 4,1 médicos/as por 1000 habitantes em 2011 para 5,8 em 2023. A nível regional, o Algarve também registou um aumento, embora mais gradual, de 3,2 para 4,3 Médicos/as por 1000 habitantes. A nível concelhio, em Castro Marim verificou-se algumas oscilações, contudo houve um aumento, passando de 1,5 em 2011 para 2,2 médicos/as por 1000 habitantes em 2023.

Gráfico 29. Médicos/as por 1000 Habitantes, 2011-2023 (Nº)

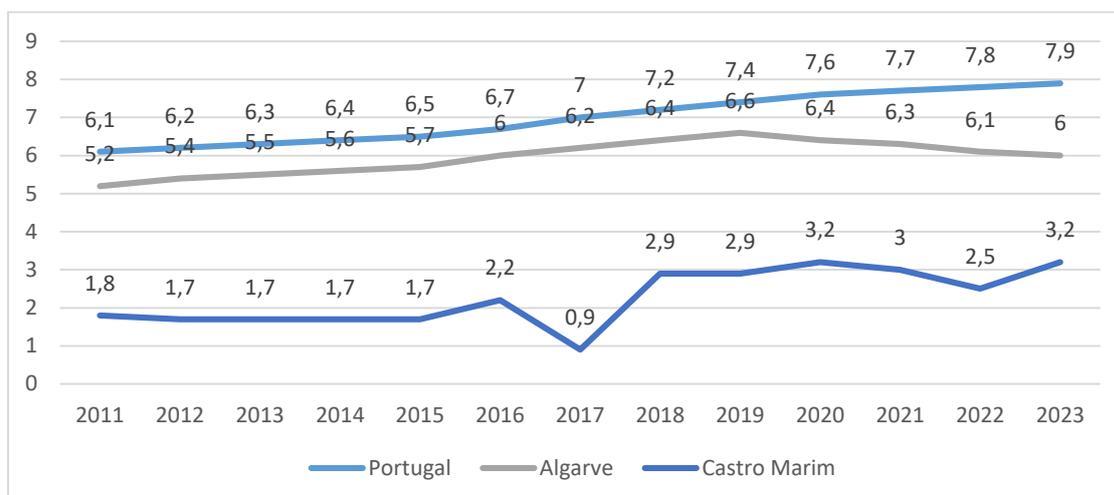


Fonte: INE, 2024

O concelho de Castro Marim continua a registar valores inferiores aos valores nacionais e regionais, demonstrando a dificuldade no concelho em atrair e fixar estes profissionais de saúde.

Relativamente à categoria profissional de enfermagem, observa-se no **Gráfico 30**, que o número de Enfermeiros/as em Portugal registou-se um aumento, de 6,1 enfermeiros/as por 1000 habitantes em 2011 para 7,9 em 2023. A nível regional, o Algarve registou um aumento de 2011 para 2019, seguido de um decréscimo em 2023, onde registava 6,6 enfermeiros/as por 1000 habitantes para 6 enfermeiros por 1000 habitantes em 2023. No concelho de Castro Marim registou-se um decréscimo acentuado de 2016 para 2017, com 2,2 profissionais de enfermagem para 0,9, seguido de um aumento significativo em 2018, registando 2,9 enfermeiros por 1000 habitantes e em 2023 o número de Enfermeiros/as por 1000 habitantes foi de 3,2.

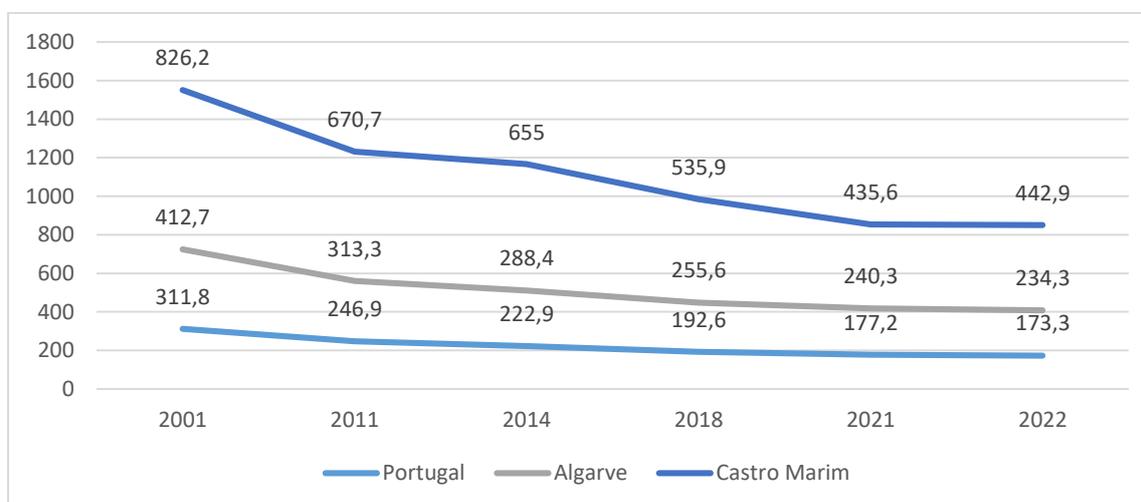
Gráfico 30. Enfermeiros/as por 1000 Habitantes, 2011-2023 (Nº)



Fonte: INE, 2024

O **Gráfico 31**, apresenta o número médio de Habitantes por Médico/a de Família entre os anos de 2001 e 2022, observando-se que relativamente aos números nacionais e regionais, o concelho de Castro Marim encontra-se com valores superiores. Nos anos em análise, verifica-se uma tendência decrescente do número médio de Habitantes por médico/a de Família em Portugal, Algarve e Castro Marim. Em Portugal em 2001, existiam 311,8 habitantes por médico de família e em 2023 registou-se 173,3 habitantes por médico de família. Também na região do Algarve, verificou-se um decréscimo de 412,7 para 234,3 habitantes. A nível concelhio, em Castro Marim, em 2001 existiam 826,2 indivíduos por médico/a de Família e existiu um decréscimo significativo em 2023, registando 422,9 habitantes por médico de família. Embora tenha existido um decréscimo nos anos em análise, os dados revelam que os Médicos/as de Família se encontravam um elevado número de pacientes.

Gráfico 31. Média de habitantes por Médico/a de Família, 2001-2022, (Nº)



Fonte: Pordata, 2024

Os dados apresentados revelam a dificuldade na fixação de profissionais de saúde na região, sendo esta uma problemática que constitui um verdadeiro desafio para o concelho, dada a localização geográfica afastada de grandes centros urbanos e com elevadas disparidades territoriais, que poderá gerar desafios significativos para o sistema de saúde local, prejudicando o acesso e a eficácia dos cuidados de saúde prestados à população do concelho.

4.4.3. Evolução da Mortalidade no Concelho

A análise da mortalidade no concelho é fundamental para compreender os principais fatores que impactam a saúde da população, permitindo planear ações preventivas e desenvolver medidas que promovam o bem-estar da população.

Na **Tabela 36**, podemos verificar o número de óbitos em Portugal, Algarve e Castro Marim tem registado oscilações nos anos em análise. Em Castro Marim, verificou-se um aumento do número de óbitos no ano 2018, registando-se 118 óbitos no concelho, seguiu-se um decréscimo até 2021, passando para 96 óbitos e em 2022, o número de óbitos aumentos para 102.

Tabela 36. Óbitos por local de residência, 2014-2022, (Nº)

Unidade Territorial	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Portugal	110.573	109.758	113.051	111.834	123.369	124.841	124.361
Algarve	5.224	5.298	5.308	5.121	5.408	5.875	5.851
Castro Marim	111	102	118	109	107	96	102

Fonte: INE, 2024

Relativamente **aos óbitos por algumas causas de doenças**, no concelho de Castro Marim, é possível verificar que as doenças do aparelho circulatório representam maior expressão em todos os anos apresentados, seguindo-se os tumores malignos que após um decréscimo de 2016 para 2021, registou um novo aumento em 2022, situando-se nos 14,7%. É possível verificar ainda, que não existem registadas mortes por lesões ou envenenamentos no concelho e com menor expressão, destacam-se os óbitos associados a suicídio.

Tabela 37. Óbitos por algumas Causas de Morte, 2001-2022, (%)

Causas de Morte	2001	2011	2016	2021	2022
Doenças do Aparelho Circulatório	42,3	34,4	37,8	32,3	43,1
Tumores Malignos	13,4	19,4	17,1	9,4	14,7
Lesões e envenenamentos	0	0	0	0	0
Diabetes	2,1	4,3	5,4	-	-
Doenças do aparelho Respiratório	7,2	11,8	13,5	7,3	8,8
Doenças do Aparelho Digestivo	2,1	4,3	5,4	10,4	2,9
Suicídio	-	2,2	0,9	0,0	0,0

Fonte: PORDATA, 2024

4.4.4. Saúde Mental

De acordo com a nova Lei de Saúde Mental aprovada pela lei n.º 35/2023 de 21 de julho, alguns dos objetivos principais da política de saúde mental são, melhorar a saúde mental das populações, nomeadamente através da implementação efetiva e sustentável de medidas que contribuam para a promoção da saúde mental, para a prevenção e tratamento das doenças mentais e para a reabilitação e inclusão das pessoas com necessidade de cuidados de saúde mental; assegurar a integração da saúde mental nas políticas públicas; garantir uma cooperação efetiva entre as áreas governativas com intervenção direta ou indireta na área da saúde mental, e fortalecer o conhecimento baseado na evidência científica e promover a implementação de boas práticas em saúde mental.

Os cuidados de Saúde Mental no concelho de Castro Marim são assegurados por uma **Equipa Comunitária de Saúde Mental (ECSM) do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA)**, constituída por uma equipa multidisciplinar (Médico Psiquiatra, Enfermeiro, Psicólogo e Assistente Social), **destinada à população adulta**, acima dos 18 anos, que se deslocam quinzenalmente à quarta-feira ao Centro de Saúde de Castro Marim, sendo a gestão de marcação de consultas realizada pela própria equipa pertencente ao CHUA.

Na **área da infância**, os cuidados de saúde mental infantojuvenil são garantidos **pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)** dirigido a crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias e tem como missão garantir a **Intervenção Precoce na Infância (IPI) e pelo Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI)** para crianças entre os 3 aos 12 anos. O GASMI tem como objetivo desenvolver em articulação com uma equipa multidisciplinar um trabalho de

proximidade que visa a aplicação um conjunto de estratégias terapêuticas, que podem passar por intervenção direta com a criança em sessões individuais e/ou de grupo, intervenção com a família e articulação com outras estruturas da comunidade. Entre os 12 e os 17 anos é disponibilizada a Consulta de Psicologia para Adolescentes, assim como também para adultos a partir dos 18 anos. Este trabalho é desenvolvido na ULS Algarve - SAC de Vila Real de Santo António, que inclui Castro Marim e Alcoutim. Os encaminhamentos geralmente, são realizados pelo médico de família e as listas de espera tendem a ser bastante longas para os acompanhamentos em quaisquer das faixas etárias. Relativamente à área da Pedopsiquiatria, na região do Algarve, existe apenas um Médico especialista nesta área e os casos urgentes são encaminhados para o Hospital D. Estefânica, em Lisboa.

Na **Tabela 38**, são apresentados o número de crianças do concelho de Castro Marim, acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção de VRSA, no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIP). De acordo com os dados, podemos concluir que o número de crianças acompanhadas tem vindo a aumentar desde 2020, registando em 2024, 35 crianças.

Tabela 38. Crianças do concelho de Castro Marim acompanhadas pela ELI VRSA, 2020-2024, (Nº)

Unidade Territorial	2020	2021	2022	2023	2024
Castro Marim	25	18	26	33	35

Fonte: ULS-Algarve, 2025

No que se refere à intervenção do GASMI, os dados apresentados na **Tabela 39**, referentes ao número de crianças acompanhadas pelo GASMI VRSA/CM/Alcoutim, permitem analisar a evolução do número de crianças com problemáticas infantojuvenis. É possível observar um **aumento significativo entre o ano 2020 e 2024, com predominância do sexo masculino**. No ano 2024 foram apoiadas 129 crianças, 77 do género masculino e 52 do género feminino, duplicando o número de crianças em acompanhamento desde 2020.

Tabela 39. Crianças acompanhadas pelo Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil por Género, 2020-2024, (Nº)

Ano	M	F	Total
2020	50	24	74
2021	61	44	105
2022	69	55	124
2023	76	62	138
2024	77	52	129

Fonte: ULS-Algarve, 2025

O aumento de problemáticas na área de saúde mental, na infância e juventude, bem como na população adulta e idosa em todo o território nacional constitui um dos maiores desafios na área da saúde, também devido à escassez de profissionais nesta área. Comparativamente com o cenário nacional e regional, também o concelho de Castro Marim se depara com a escassez de profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas da fala, entre outros, que possam atender às necessidades da população, quer em meio clínico, como educativo. Também nas escolas, conforme apurado aquando a realização de fóruns temáticos com parceiros privilegiados na área da educação e da saúde, a falta destes profissionais é evidente, dificultando a resposta às necessidades de crianças e jovens e comprometendo a saúde mental da comunidade educativa. Neste sentido, também a população adulta e idosa encontra dificuldades no acesso ao acompanhamento psicológico e terapêutico, agravando quadros de ansiedade e depressão. Assim, esta é uma problemática que merece especial atenção, tornando-se essencial um reforço e investimento nesta área através de políticas municipais, de modo a garantir o acesso aos cuidados de saúde mental a todos os municípios do concelho.

4.4.5. Comportamentos Aditivos e Dependências

Os **comportamentos aditivos e dependências** são uma problemática que atinge milhões de pessoas em todos o mundo, com graves consequências ao nível da saúde física e mental, afetando também as suas famílias e os meios onde estes se inserem.

No âmbito do Decreto-Lei nº89/2023, procedeu-se à criação do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I. P. (ICAD, I.P.), extinguindo, por fusão, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), bem como a reestruturação das Administrações Regionais e Saúde. Neste sentido, as Unidades de Intervenção Local do Algarve, o Centro de Respostas Integradas (CRI) e a Unidade de Desabilitação do Algarve (UDA) transitaram do DICAD para o ICAD, IP., mantendo as suas competências no âmbito da intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências (CAD) na região, nas problemáticas associadas a drogas, álcool ou jogo.

Por sua vez, as equipas do Polo do Sotavento do CRI do Algarve dão resposta ao concelho de Castro Marim nas 4 áreas de missão: **Prevenção, Tratamento, Reinserção e Redução de Riscos e Minimização de Dados**.

No âmbito da **Prevenção**, a equipa técnica desenvolve a **Consulta de Prevenção Indicada**, destinada a jovens entre os 13 e os 21 anos que apresentem comportamentos aditivos, dependências ou comportamentos de risco. Esta consulta decorre presencialmente em Faro, sendo igualmente disponibilizada em formato online, com o objetivo de melhorar a acessibilidade dos utentes residentes em territórios geograficamente mais afastados. Paralelamente, são implementadas ações de prevenção em contexto escolar, de natureza especializada e fundamentadas em evidência científica.

A **Consulta Descentralizada** de Vila Real de Santo António (VRSA) presta apoio a residentes do concelho de Castro Marim, por razões de proximidade geográfica, que necessitam de **Tratamento** e da **Reinserção psicossocial**. Não obstante, os utentes podem igualmente recorrer aos serviços disponibilizados nos polos de Tavira ou Olhão, conforme a sua preferência ou conveniência.

A **Equipa de Reinserção** assegura acompanhamento individualizado, bem como dinamiza **ações de sensibilização em contexto laboral**, com vista à promoção da literacia em saúde e à consciencialização relativamente aos **comportamentos aditivos e dependências (CAD)**.

Por sua vez, a **Equipa de Redução de Riscos e Minimização de Danos** atua no terreno, deslocando-se a locais de consumo e intervindo junto de pessoas com consumos ativos, com o intuito de avaliar as necessidades, reduzir os riscos e promover estratégias de minimização de danos, em estreita articulação com entidades locais e parceiros da comunidade.

A **Unidade de Desabilitação (UDA)** assegura a prestação de cuidados diferenciados através da realização de internamentos de desabilitação a indivíduos com comportamentos aditivos e dependências.

Todos os serviços são gratuitos e integrados no Serviço Nacional de Saúde (SNS), não sendo exigida referenciação formal. O acesso é direto e pode ser iniciado por iniciativa do próprio utente.

De acordo com dados apresentados na **Tabela 40**, relativamente ao **número de utentes ativos em acompanhamento**, observa-se que no ano de 2023 foram acompanhados 35 indivíduos maioritariamente do género masculino, todos de nacionalidade portuguesa, em que 5 dos quais são novos residentes em Castro Marim. No ano 2024, encontraram-se ativos em acompanhamento 36 utentes, em que 7 destes utentes são novos residentes em Castro Marim e 4 são de nacionalidade estrangeira.

Tabela 40. Utentes ativos em acompanhamento no concelho de Castro Marim por género, 2023-2024 (Nº)

Ano	Nº de utentes		
	M	F	Total
2023	31	4	35
2024	29	7	36

Fonte: CRI Algarve, 2025

Relativamente ao **tipo de inscrição**, conforme apresentado na **Tabela 41**, em 2023 o principal motivo de consulta encontrava-se relacionado com o Consumo de Outras Substâncias Psicoativas (OSPA), nomeadamente como substancia principal Heroína, seguindo-se os Problemas ligados ao Álcool (PLA). No ano 2024, seguiu-se a mesma tendência, em que a maioria de inscrições deveu-se o Consumo de Outras Substâncias Psicoativas (OSPA), especificamente Heroína, em seguida os Problemas Ligados ao Álcool (PLA) e o consumo de Cocaína. Embora, o número de inscritos possa não ser muito expressivo, a tipologia de consumos apresenta tendência atual na região, com o aumento crescente de pedidos de consulta por problemas ligados ao álcool e por cocaína/crack. Salienta-se ainda, que os policonsumos são frequentes, contudo aquando a procura de ajuda é sempre identificada uma problemática principal.

Tabela 41. Utentes ativos em acompanhamento por tipologia de inscrição, 2023-2024, (Nº)

Tipologia de inscrição	Anos	
	2023	2024
Outras Sustâncias Psicoativas (OSPA)	27	20
Problemas Ligados ao Álcool (PLA)	7	13
Outras situações	1	2
Total	35	36

Fonte: CRI Algarve, 2025

No que respeita à distribuição etária, observa-se na **Tabela 42** que os utentes em acompanhamento, entre 2023 e 2024, tinham, maioritariamente, idades a partir dos 35 anos, com uma predominância significativa nos grupos etários compreendidos entre os 45 e os 64 anos. De acordo com os dados fornecidos pelo CRI, em ambos os anos, verifica-se uma maior prevalência de utentes com estado civil solteiro, seguindo-se aqueles que se encontram casados ou em união de facto. No que se refere à situação profissional, a maioria dos utentes em acompanhamento apresenta vínculo laboral estável. No entanto, em alguns casos, esta informação não se encontra devidamente registada ou é desconhecida.

Tabela 42. Utentes ativos em acompanhamento por Grupos Etários, 2023-2024, (Nº)

Grupos Etários	2023	2024
15-34	-	-
35-39	5	4
40-44	-	-
45-49	5	6
50-54	5	7
55-59	5	5
60-64	6	7
Mais de 65	-	-
TOTAL	35	36

Fonte: CRI Algarve, 2025

No que concerne ao **nível de escolaridade**, não existiram diferenças na distribuição dos utentes ativos em acompanhamento no CRI por nível de ensino, de acordo com o apresentado na **Tabela 43**, verificando-se que a maioria dos indivíduos são detentores de habilitações ao nível do 2º ciclo do Ensino Básico (14 utentes), seguindo o 3º ciclo do Ensino Básico (6 utentes) e o 1º ciclo (5 utentes).

Tabela 43. Distribuição de utentes ativos em acompanhamento por Nível de Escolaridade, 2023-2024, (Nº)

Nível de Escolaridade	Anos	
	2023	2024
1º ciclo do Ensino Básico	5	5
2º Ciclo do Ensino Básico	14	14
3º Ciclo do Ensino Básico	6	6
Ensino Secundário	4	4
Sem informação	-	1
Total	35	36

Fonte: CRI Algarve, 2025

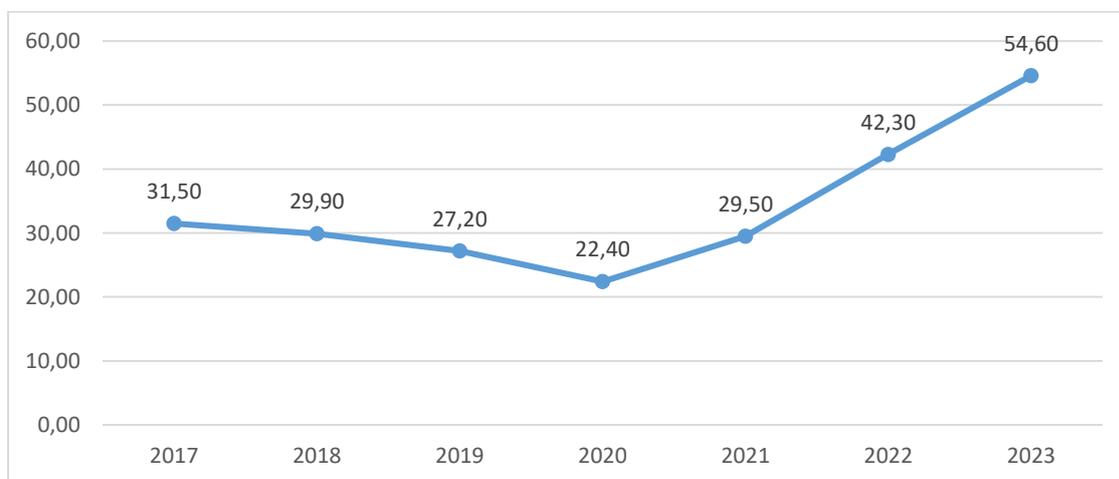
4.5. Segurança

A segurança é um dos pilares essenciais para o bem-estar e desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva. O **conceito de segurança** pode ser entendido **como a percepção de proteção e minimização dos riscos, perigos ou perdas, associadas à necessidade de bem-estar, proteção e de paz social dos cidadãos**. Assim, nem sempre os sentimentos de insegurança vividos pelas pessoas correspondem aos perigos reais que configuram nos seus espaços de vida, sendo necessário proceder à análise mais objetiva dos problemas que ameaçam a qualidade de vida dos municípios do concelho de Castro Marim. Neste ponto serão analisados os dados referentes à taxa de criminalidade, evolução de crimes registados pelas autoridades, bem como a sua tipologia e análise das vítimas de violência. No entanto, o aumento da criminalidade e violência é um fenómeno complexo, sendo difícil determinar com exatidão quais as suas determinantes e números exatos de violência, uma vez que muitos casos não chegam a ser reportados às autoridades policiais, pelo que as estatísticas não conseguem ser totalmente precisas.

A taxa de criminalidade corresponde ao indicador estatístico que mede a incidência de crimes em uma determinada região durante um período de tempo específico (INE, 2024).

No **Gráfico 32**, podemos verificar que a taxa de criminalidade no concelho de Castro Marim registou um decréscimo desde 2017 (31,50%) até 2020 (22,50%), seguindo-se um aumento significativo nos últimos anos em análise, e em 2023 situou-se nos 54,6%, um valor superior à média nacional que registava 35%. A tendência verifica-se também na **tipologia de crimes**, mantendo-se os **Crimes contra o Património (36,8%)** e **Crimes contra a Integridade Física (6,6%)**, com maior expressão, significando que ocorrem com maior frequência no concelho.

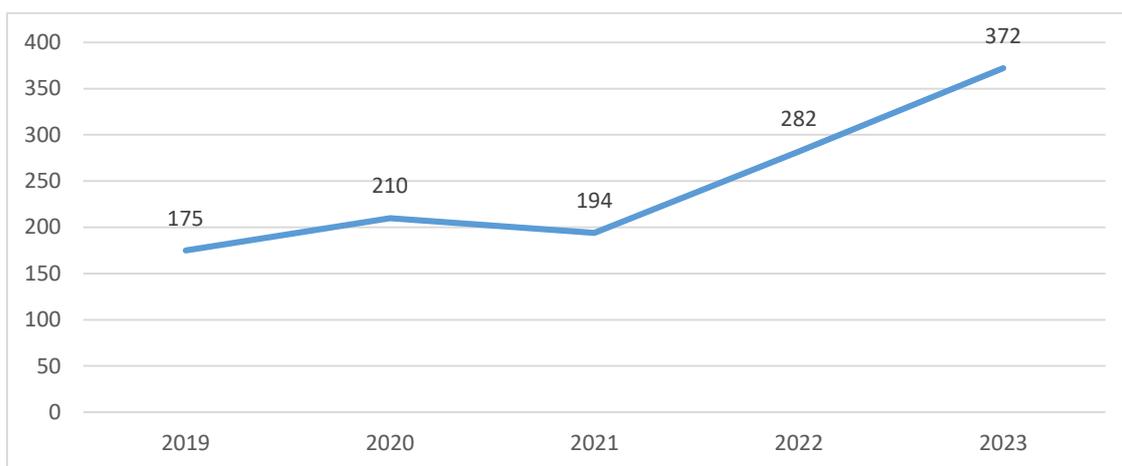
Gráfico 32. Evolução da Taxa de Criminalidade, 2021-2023, (%)



Fonte: INE, 2024

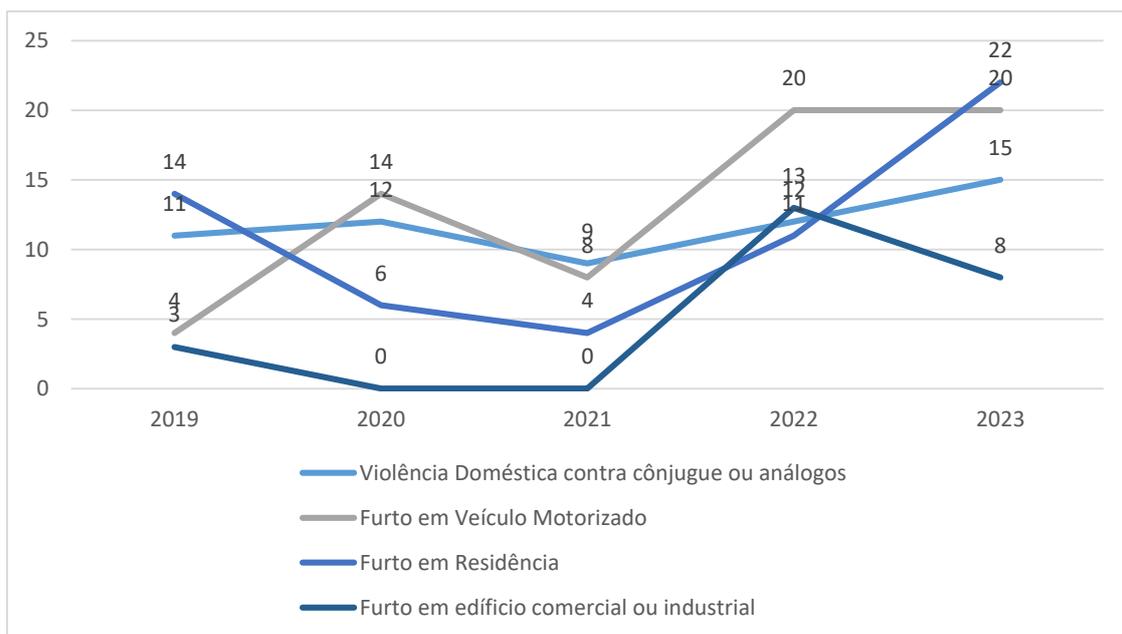
De acordo com os **Gráficos 33 e 34**, verificou-se um aumento dos crimes registados nos anos em análise, observando-se um **aumento significativo entre 2021 a 2023, passando de 194 crimes registados pelas autoridades para 372**. Tendo em conta, a tipologia de crimes registados pelas autoridades locais, a categoria de violência doméstica e furtos (a veículos motorizados, residências, comércio e indústrias) são os crimes com maior expressão. No entanto, em 2023 verificou-se um aumento nos crimes de violência doméstica (15 crimes) e furtos em residências (20 crimes).

Gráfico 33. Evolução dos Crimes registados pelas Autoridades, 2019-2023, (Nº)



Fonte: INE, 2024

Gráfico 34. Evolução dos Crimes registados pelas autoridades por Tipologia de Crime, 2019-2023, (Nº)



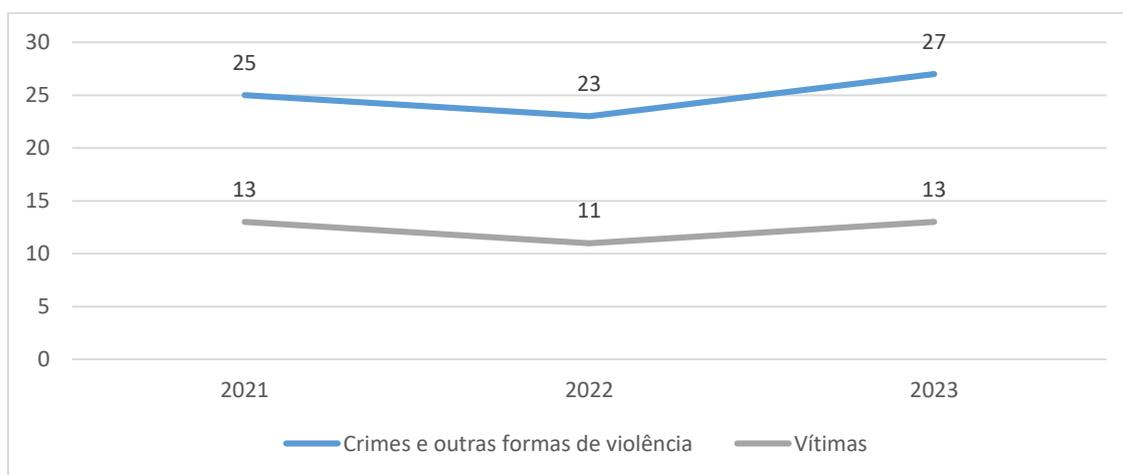
Fonte: INE, 2024

4.5.1. Violência: Vítimas e Agressores

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), presta apoio no concelho de Castro Marim aos cidadãos/as vítimas de crime e suas famílias através do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) localizado nas instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

No **Gráfico 35**, apresenta-se a evolução de crimes e outras formas de violência e o número de vítimas apoiadas no Pólo de Castro Marim da APAV. No ano de 2021, registaram-se 25 crimes e formas de violência, com um total de 13 vítimas, em 2022 foram registados 23 crimes, totalizando 11 vítimas e em 2023 houve um aumento para 27 crimes e 13 vítimas. A diferença entre o número de crimes e o número de vítimas nos dados apresentados ocorre devido à possibilidade de uma única vítima ser alvo de múltiplos crimes e formas de violência simultaneamente. No que respeita à tipologia de crimes, em todos os anos em análise, o crime com maior representatividade é a Violência Doméstica, correspondendo em a 25 crimes em 2023.

Gráfico 35. Evolução do número de crimes e outras formas de violências registados pela APAV Pólo de Castro Marim, 2020-2023, (Nº)



Fonte: Estatísticas APAV, 2024

Relativamente ao género, ao longo do ano de 2023, constatou-se que o número preponderante de vítimas que foi apoiada no Pólo de Castro Marim eram do sexo feminino, totalizando 10 vítimas, correspondendo a uma percentagem de 76,9%.

No que concerne à faixa etária, conforme apresentada na **Tabela 44**, a maior parte das vítimas apoiadas no Pólo de Castro Marim, encontravam-se entre os 25 e os 34 anos de idade em 2023.

Tabela 44. Distribuição das vítimas apoiadas por faixa etária, 2021-2023, (Nº), (%)

Faixa etária	2021		2022		2023	
	Nº	%	N	%	N	%
0-3	-	-	-	-	1	7,7
4-5	-	-	1	9,1	-	-
6-10	2	15,4	-	-	-	-
11-17	1	7,7	4	36,4	2	15,4
18-24	1	7,7	1	9,1	2	15,4
25-34	2	15,4	1	9,1	3	23,1
35-44	2	15,4	1	9,1	2	15,4
45-54	2	15,4	1	9,1	2	15,4
55-64	1	7,7	1	9,1	-	-
65 ou +	2	15,4	1	9,1	1	7,7
Total	13	100	11	100	13	100

Fonte: Estatísticas APAV, 2024

De acordo com os dados obtidos através das estatísticas da APAV, verificamos que a nacionalidade predominante é a nacionalidade portuguesa e a maioria das vítimas têm residência no município de Castro Marim, em todos os anos em análise. Quanto à **caracterização do autor do crime por género**, chegaram ao conhecimento do Pólo de Castro Marim, em 2023, 13 autores/as de crime, todos do sexo masculino. Em 2022, totalizou-se 11 autores/as de crime e outras formas de violência, sendo que 8 eram do género masculino (73%), 2(18%) do sexo feminino e 1, não é possível especificar quanto ao género. No ano de 2021, a maioria dos autores de crime também eram do género masculino, correspondendo a 84,5%.

Relativamente à faixa etária dos agressores/as, conforme podemos observar na **Tabela 45**, a faixa etária mais representativa situa-se entre os **45 e os 54 anos de idade, em todos os anos em análise**, contudo, não foi possível identificar a faixa etária de alguns dos agressores/as.

Tabela 45. Distribuição do autor/a do crime por faixa etária, 2021-2023, (Nº), (%)

Faixa etária	2021		2022		2023	
	Nº	%	N	%	N	%
11-17	1	7,7	-	-	-	-
18-24	-	-	-	-	1	7,7
25-34	1	7,7	1	9,1	2	15,4
35-44	-	-	1	9,1	2	15,4
45-54	5	38,5	2	18,2	3	23,1
55-64	1	7,7	2	18,2	-	-
65 ou +	3	23,1	1	9,1	1	7,7
Não se sabe	2	15,4	4	36,4	4	30,7
Total	13	100	11	100	13	100

Fonte: Estatísticas APAV, 2024

De acordo com os dados apresentados, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem registado um aumento do número de crimes ao longo dos anos no Pólo de Castro Marim, com destaque para o crime de violência doméstica. Os números demonstram a persistência do problema e a necessidade contínua de sensibilização, prevenção e apoio às vítimas. A violência doméstica é uma violação grave dos direitos humanos, sendo fundamental que sejam reforçadas políticas públicas e mecanismos de proteção para garantir a segurança e o bem-estar das vítimas.

Face aos desafios enfrentados a nível nacional e pela comunidade no que respeita à segurança pública torna-se fundamental a inclusão de medidas locais de segurança, especialmente com grupos vulneráveis bem como uma estreita articulação com os serviços de proteção, forças de segurança e serviços de saúde. A segurança deve ser vista de forma integrada com outras políticas públicas, como as de educação, saúde e habitação, pois todas elas impactam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. Além disso, é fundamental identificar os grupos mais vulneráveis à violência e à insegurança, como crianças, idosos, pessoas em situação de pobreza e imigrantes, que estão mais expostos a riscos.

A inclusão de medidas de segurança é essencial para garantir a melhoria da qualidade de vida na comunidade, não se devem restringir à proteção das forças de segurança pública, mas também incluir ações comunitárias, atividades culturais e de lazer, assim como campanhas educativas que promovam a conscientização da população para a importância de viver em segurança, como por exemplo o fortalecimento de laços comunitários e programas de mediação de conflitos. A criação de um sistema preventivo através de equipas multidisciplinares e especializadas deverá

ser um objetivo primordial para garantir uma resposta mais rápida e eficaz às problemáticas sociais.

4.6. Cultura e Desporto

Ao longo dos séculos, a Cultura tem sido parte importante da identidade e evolução das sociedades, refletindo valores, crenças e transformações ao longo do tempo. No entanto, no contexto atual, é fundamental analisar como fatores sociais, econômicos e políticos influenciam o acesso, a preservação e a valorização cultural, revelando desafios como a desigualdade, a exclusão e a necessidade de políticas inclusivas para a democratização da cultura.

4.6.1. A Cultura e o Desporto no concelho de Castro Marim

O município de Castro Marim assumiu a cultura como uma das suas prioridades, sendo um dos pilares de desenvolvimento do concelho, procurando construir uma rede de equipamentos culturais e novas propostas inovadoras que contribuam para o crescimento cultural. Existe um compromisso por parte do município em preservar as tradições para que as próximas gerações continuem a desenvolver e a dinamizar os costumes e tradições locais, sem que se perca a identidade e as raízes.

O concelho dispõe de várias associações que atuam na promoção de inúmeras atividades no âmbito sociocultural e desportivo, assim como na promoção de desenvolvimento local e a conservação do património local é uma das prioridades.

O **Património Natural** no concelho de Castro Marim é vasto e estende-se da serra ao litoral, com paisagens protegidas, zonas balneares certificadas e de excelente qualidade, destacando-se a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, as Barragens de Odeleite e Beliche e a Mata Nacional das Terras da Ordem. O **Património Edificado** do concelho é um dos seus cartões de visita, como o Castelo de Castro Marim, o Forte de São Sebastião e o Revelim de Santo António. Também as Igrejas caracterizam a vila e o concelho, como a Igreja Matriz da Nossa Senhora dos Mártires, a Igreja de São Sebastião e a Igreja da Nossa Sr.^a da Visitação. O concelho tem sido palco de inúmeros projetos de investigação cultural, em que Núcleo Museológico do Castelo foi desenvolvido para conservar e divulgar e reconstruir a longa História deste território. As atividades ligadas á agricultura, á pesca, e à salinicultura, são identitárias no concelho, em que esta última representa Castro Marim a nível nacional e internacional. São inúmeros os equipamentos e espaços culturais no seu território, conforme apresentado na **Tabela 46.**

Tabela 46. Principais equipamentos culturais e grupos culturais no concelho de Castro Marim

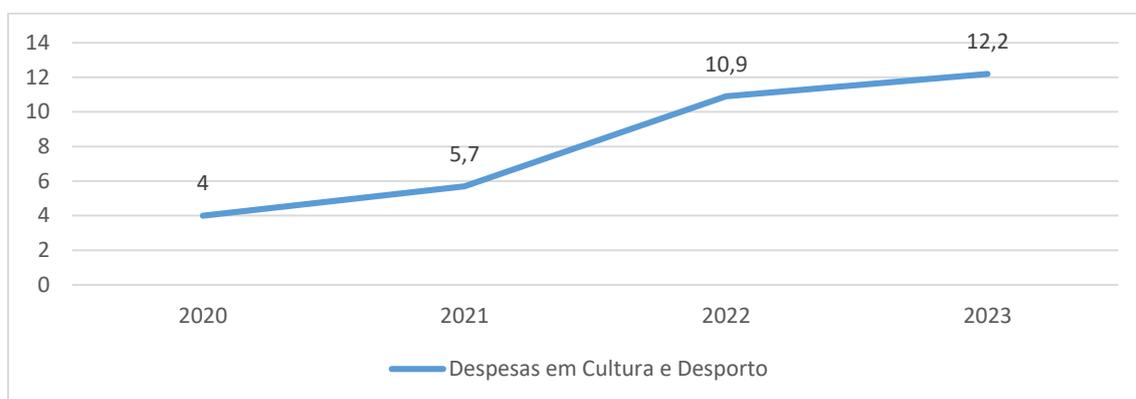
Equipamentos Culturais	Grupos Culturais
Biblioteca de Castro Marim	Banda Musical Castromarinense
Casa de Odeleite	Grupo de Dança “Arutla”
Casa da Música	Rancho Folclórico do Azinhal
Casa do Sal	Grupo Etnográfico Amendoeiras em Flor
Centro de Interpretação do território	
Centro Multiusos do Azinhal	
Mercado local de Castro Marim	
Moinho das Pernadas	
Núcleo Museológico do Castelo	

Fonte: CM Castro Marim, 2024

O **Desporto** é também uma das áreas fundamentais no concelho, pois desempenha um papel crucial na promoção da saúde, do bem-estar e da inclusão social. Através de infraestruturas apropriadas, como o pavilhão municipal, piscinas municipais, espaços para jogos, recreio e lazer, os polidesportivos, entre outros e de iniciativas de diversas tipologias, têm-se cada vez mais procurado impulsionar a participação ativa da população em todas as idades.

A Câmara Municipal desenvolve atividades e iniciativas, procurando incluir todos os munícipes desde o pré-escolar até à velhice, incentivando um estilo de vida mais saudável, com o objetivo de proporcionar um bem-estar físico e psicológico à população de Castro Marim. De acordo o **Gráfico 36**, verificamos um aumento significativo nas despesas a nível cultural e desportivo no concelho de Castro Marim, registando em 2020, 4% e em 2023, 12,2%. Este aumento também revela o aumento de eventos desportivos e culturais no concelho, como forma de aumentar a oferta de atividades de entretenimento para os habitantes e visitantes, dinamizando e promovendo a economia local e o setor turístico.

Gráfico 36. Evolução das despesas em Cultura e Desporto, no município de Castro Marim, 2021-2023, (%)



Fonte: INE, 2024

A **Tabela 47** demonstra as despesas do município de Castro Marim em Cultura e Desporto, por domínio cultural expresso em milhares, e podemos observar que as duas áreas têm merecido um investimento gradual por parte do município, aumentando a despesa total 1.661.400€ (2018) para 2.181.000€ (2023). Em 2023, o domínio cultural com maior investimento foram as atividades interdisciplinares, com 1.265.500€, assim como também assumiu um aumento substancial desde 2018, seguindo-se as atividades desportivas, que registaram em 2023, 507.500€.

A oferta cultural em Castro Marim é hoje um fator incontornável que distingue o concelho, surpreendendo e proporcionando experiências de qualidade para as mais diversas faixas etárias, residentes e visitantes. Assim como também a promoção do desporto, é um fator essencial, pois contribui para a redução do sedentarismo, o fortalecimento da coesão comunitária e a melhoria da qualidade de vida, assumindo-se como uma área estratégica para o desenvolvimento local.

Tabela 47. Despesas em Cultura e Desporto no município de Castro Marim, por domínio cultural, 2018-2023, (Milhares)

Domínio Cultural	2018	2021	2022	2023
Património cultural	691,9	118.700	125,3	158,5
Biblioteca e arquivos	46,9	77,9	93,0	120,3
Livros e Publicações	40,9	17,1	6,7	2,8
Artes Visuais	59,3	49,3	68,7	49,5
Artes do Espetáculo	117,9	74,6	68,2	49,2
Audiovisual e multimédia	0,0	5,6	5,1	0,0
Atividades interdisciplinares	201,8	115,5	1.116,1	1.265,5
Atividades desportivas	401,3	346,8	387,2	507,5
Outras	101,4	3,4	24,4	27,8
Total	1.661,0	1.807,9	1.894,6	2.181,0

Fonte: PORDATA, 2024

A Câmara Municipal dispõe de uma rede diversa de ofertas culturais, as mesmas desempenham um papel fundamental na promoção da coesão social e no desenvolvimento da comunidade. Na maioria das vezes, as associações são responsáveis pela organização de eventos e pelo incentivo à participação dos cidadãos na vida pública.

O Associativismo, surge como um modelo colaborativo que existe entre pessoas que se reúnem para obter soluções. O mesmo promove oportunidades de crescimento e desenvolvimento dos indivíduos e também das empresas. O concelho possui inúmeras associações, clubes e cooperativas, conforme apresentadas em anexo neste diagnóstico (Anexo I).

4.7. Ação Social

No presente diagnóstico social, é essencial destacar o papel abrangente da intervenção social na mitigação das vulnerabilidades socioeconómicas dos indivíduos e famílias. A ação social do concelho de Castro Marim engloba diversas formas de apoio e medidas de proteção social, fundamentais para a construção de uma comunidade mais inclusiva e resiliente. O Serviço de Apoio Social da Câmara Municipal de Castro Marim, assenta numa abordagem centrada na pessoa e na comunidade, promovendo a inclusão social e o apoio contínuo, através da articulação estreita com os parceiros e apoio direto à população, contribuindo decisivamente para a construção de uma comunidade mais resiliente, justa e solidária.

O **processo de descentralização de competências** iniciou-se com a aprovação do Decreto-Lei nº.55/2020, de 12 de agosto, sendo este o último diploma setorial relativo à transferência de competências a ser publicado. No domínio da ação social, a transferência de competências da administração central para as autarquias locais e para entidades intermunicipais ocorreu a 3 de abril de 2023. Assim, o município de Castro Marim através do Serviço de Ação Social passou a ser responsável por efetuar ao acompanhamento social das famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI), a realizar o atendimento e acompanhamento social através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), bem como responder a apoios de emergência social em situações de emergência. São ainda, disponibilizados pelo município através do Serviço de Ação Social, diversos apoios e medidas para a população residente no concelho, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e económica, pelo que o seu papel e trabalho é indispensável, para promover uma melhoria nas condições de vida da população através de estratégias de intervenção social estruturadas e adaptadas às necessidades da população.

Relativamente às medidas de proteção social (pensões, subsídios, prestações familiares, entre outros) entre o ano 2020 e 2023, encontra-se representado na **Tabela 48**, o número de beneficiários/as das prestações de subsídios da Segurança Social. No que respeita ao **Subsídio de Desemprego**, observa-se um decréscimo do número de beneficiários, entre 2021 e 2023, passando de 312 para 240 beneficiários/as.

No que se refere à **Prestação de Subsídio de Doença**, existiu um aumento do número de beneficiários/as, entre 2020 e 2023, passando de 322 para 465 beneficiários/as, no entanto, registou-se um decréscimo do valor médio por subsídio de doença, onde registou-se um valor médio anual de 1.353€ em 2021 e passou a situar-se em 924€ em 2023, valores inferiores à média nacional que registou em 2023, 1.108€. A redução significativa do valor médio do subsídio de doença no concelho de Castro Marim, significa que existem mais pessoas a receber o subsídio de doença, mas que o valor é menor comparativamente com anos anteriores, o que poderá ser analisado de diversas formas, como por exemplo, uma mudança na composição na população que recebe o subsídio, com indivíduos com rendimentos mais baixos ou com menos tempo de contribuição para a segurança social ou por outro lado, a possibilidade de mudanças na política de saúde local.

Relativamente aos beneficiários de **Abono de Família e para Crianças e Jovens** (abono de família), registou-se também um aumento nos anos em análise, situando-se em 2023 em 808 beneficiários/as. Quando efetuada uma análise ao valor processado de abono de família para crianças e jovens, é também possível constatar que o valor processado teve um aumento significativo de 2021 para 2023, passando de 533€ para 951€, acompanhando o aumento do número de beneficiários.

Tabela 48. Beneficiários/as Prestações de Subsídios da Segurança Social, 2020-2023, (Nº)

Tipos de Apoio		2020	2021	2022	2023
Subsídio Desemprego		293	312	253	240
Subsídio de Doença		332	301	412	465
Abono de Família para Crianças e Jovens (Descendentes e equiparados)		744	768	788	808
Prestação Social para Inclusão (PSI)		90	95	107	120
Pensões	Invalidez	70	75	75	68
	Sobrevivência	541	542	535	509
	Velhice	1.533	1.512	1.508	1.452

Fonte: INE, 2024

No que concerne à **Prestação Social de Inclusão**, uma medida nacional para mitigar a situação de pobreza e exclusão social no concelho de Castro Marim, destina-se a *“Cidadãos nacionais e estrangeiros, refugiados e apátridas que tenham uma deficiência da qual resulte um grau de*

incapacidade igual ou superior a 60%”, verificamos que também existiu um aumento significativo de 2020 para 2023, ao passar de 90 beneficiários/as para 120, sendo que 58 são do género masculino e 62 são do sexo feminino no ano 2023, contudo ao longo do anos analisados verifica-se uma tendência superior no sexo feminino a beneficiar deste apoio. A maioria dos beneficiários encontram-se na faixa etária entre os 30 e 39 anos. A tendência de aumento do número de beneficiários da PSI, reforça uma necessidade continua de promover respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade, em que num contexto de crise e desafios económicos locais, a atribuição desta tipologia de subsidio tem-se revelado fundamental na mitigação dos efeitos de pobreza e exclusão social.

No que respeita às pensões, verificou-se um ligeiro decréscimo na atribuição de **Pensões de Invalidez**, de 70 beneficiário/as em 2020 para 68 em 2023. Na **Pensão de Sobrevivência**, também existiu um decréscimo acentuado de 541 beneficiários/as para 509, nos anos em análise e na **Pensão de Velhice**, verificou-se igualmente um decréscimo do número de beneficiários, de 1.533 em 2020 para 1.452 beneficiários/a. Na totalidade, perfaz um total de 2.029 beneficiários/as no que se refere às pensões.

4.7.1. SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Castro Marim

Com a transferência de competências para as autarquias, no contexto de descentralização administrativa, pretendeu-se aproximar os serviços das populações, permitindo uma gestão mais eficiente e próxima da população. Neste sentido, as autarquias passaram a ter um papel mais ativo na coordenação e execução das políticas de apoio social, gerindo diretamente os processos de atribuição de apoios e serviços aos cidadãos. **O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**, encontra-se integrado no Serviço de Ação Social e oferece acolhimento e orientação personalizados, encaminhando as famílias para os apoios mais adequados e ajustadas às suas necessidades. No ano de 2024, segundo os dados apurados pelo **Serviço de Ação Social foram realizados cerca de 170 atendimentos, totalizando 89 processos**. Entre os atendimentos realizados pelo SAAS, destacam-se **problemáticas como habitação, isolamento social e apoio alimentar e de medicação**. Entre as várias funções do Serviço de Ação Social, encontram-se também os apoios prestados pelo município de Castro Marim à população, que iremos aprofundar mais adiante, tais como o apoio à natalidade e o apoio à família, apoios sociais na educação (bolsas de estudo e de mérito), apoio na saúde, na aquisição de dispositivos oftalmológicos, próteses dentárias e auditivas, apoio ao arrendamento, cartão municipal social, entre outros. Assim, o Serviço de Ação Social desempenha um papel fundamental na promoção

do bem-estar da população, garantindo o acesso a apoios essenciais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Através de uma gestão próxima e eficiente, as autarquias assumem um compromisso ativo na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento da inclusão, oferecendo respostas adaptadas às necessidades das famílias. O trabalho desenvolvido reflete o empenho do município de Castro Marim em proporcionar um suporte abrangente e humanizado, reafirmando a importância das políticas sociais no desenvolvimento local.

4.7.2. Linha Nacional de Emergência Social - 144

A **Linha Nacional de Emergência Social (LNES)** – (144), integrada no Instituto da Segurança Social, I.P., é um serviço público e gratuito, disponível 24 horas por dia, que visa dar uma resposta imediata a situações de desproteção e vulnerabilidade social. Regulado pela Portaria n.º 371/2019, de 14 de outubro, dirige-se a todos os cidadãos que, em território nacional, necessitem de intervenção social urgente. A LNES -144 opera em estreita articulação com o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de cada localidade e dos casos mais frequentes incluem vítimas de violência doméstica, crianças e jovens em risco, pessoas em situação de sem-abrigo e outras situações de desproteção social.

Em 2023, foi registado apenas um pedido de intervenção, de uma mulher portuguesa, de 59 anos, em situação de sem-abrigo com integração Centro de Alojamento de Emergência Social (CAES).

Em 2024, os registos aumentaram para três casos, uma mulher de 28 anos, brasileira, por situação de violência doméstica, e dois homens, de 58 e 27 anos, um de nacionalidade portuguesa e outro nepalês, por situação de carência alimentar e por violência. Face aos dados apresentados, podemos verificar um aumento do número de pedidos, com predominância para situações de violência, existindo cada vez mais diversidade nacional entre as situações identificadas. Esta articulação entre a LNES-144 e o SAAS de Castro Marim, tem-se demonstrado fundamental para garantir que as pessoas tenham acesso à proteção e segurança, assegurando uma resposta personalizada às suas necessidades.

4.7.3. Rendimento Social de Inserção (RSI)

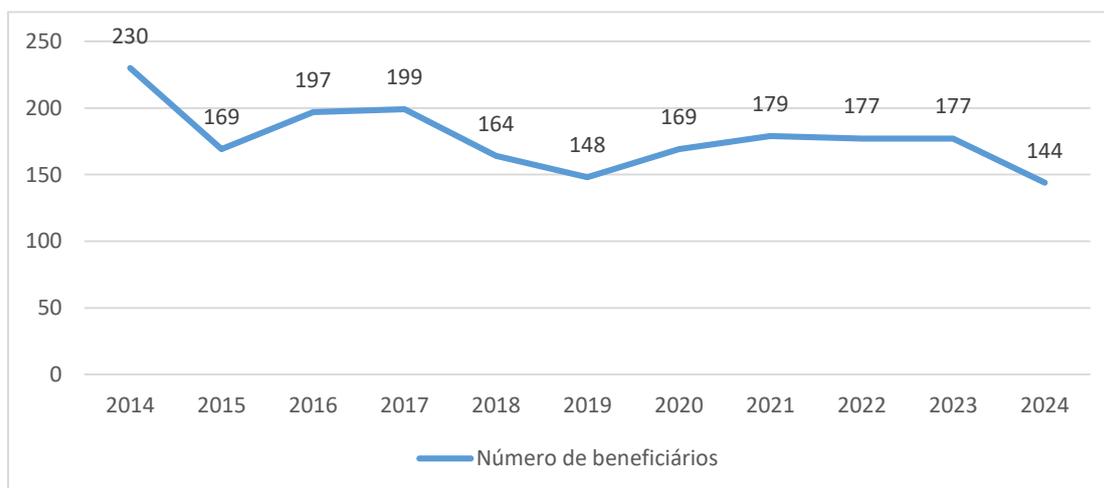
O **Rendimento Social de Inserção (RSI)**, é uma medida de proteção social que se destina a proteger as pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade económica e social. Os Núcleos Locais de Inserção (NLI) são os órgãos locais a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção,

conforme o instituído na Lei n. 913/2003, de 21 de maio, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n. 990/2017, de 28 de julho, ou seja, cabe ao NLI promover a inclusão social e profissional dos seus beneficiários, cuja prestação de RSI foi deferida pelo Instituto de Segurança Social (ISS). Assim, este apoio é estruturado em duas componentes principais: uma prestação financeira e um programa de inserção.

A primeira, prestação financeira tem como objetivo garantir os recursos básicos necessários à subsistência, enquanto a segunda, o programa de inserção consiste num conjunto de ações personalizadas para melhorar a situação económica, social e profissional das pessoas apoiadas, com o objetivo de promover a integração e autonomia dos beneficiários.

Segundo os dados apurados através da Equipa do Rendimento Social de Inserção, o número de beneficiários referentes ao último trimestre de 2024, registaram-se 144 beneficiários de RSI no concelho, conforme apresentado no **Gráfico 37**. Ao longo dos anos analisados, este apoio tem apresentado algumas oscilações, destacando-se a redução significativa entre 2017 e 2019, seguida de um aumento gradual até 2023, quando atingiu 177 beneficiários. No entanto, em 2024, verificou-se novamente um decréscimo, com menos 33 beneficiários em relação ao ano anterior. Devido à localização geográfica do concelho e à forte dependência de atividades sazonais, a atribuição deste apoio sofre variações frequentes, tornando-se, por vezes, difícil estabelecer uma tendência precisa ao longo do ano.

Gráfico 37. Evolução do Número de Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, 2014-2024, (Nº)

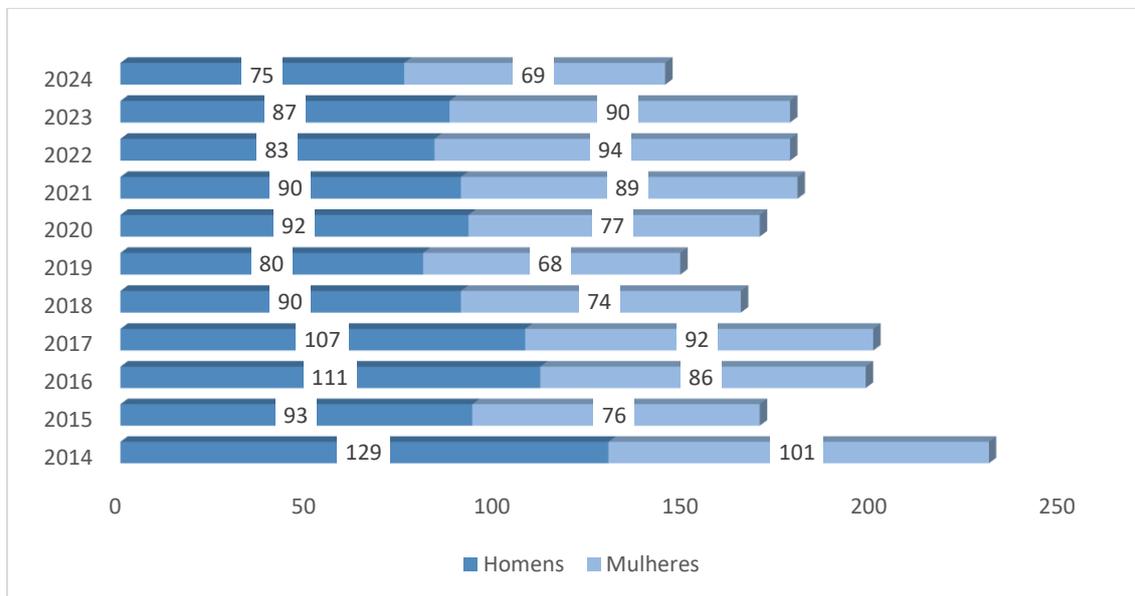


Fonte: INE, 2024; CM Castro Marim, 2025

Relativamente ao **género**, verifica-se no **Gráfico 38**, verifica-se uma tendência superior no género masculino ao longo dos anos em análise, excetuando o ano 2022 e 2023 em que o

número de beneficiários do género feminino foi superior. Em 2024, foi atribuído o RSI a 75 homens e 69 mulheres.

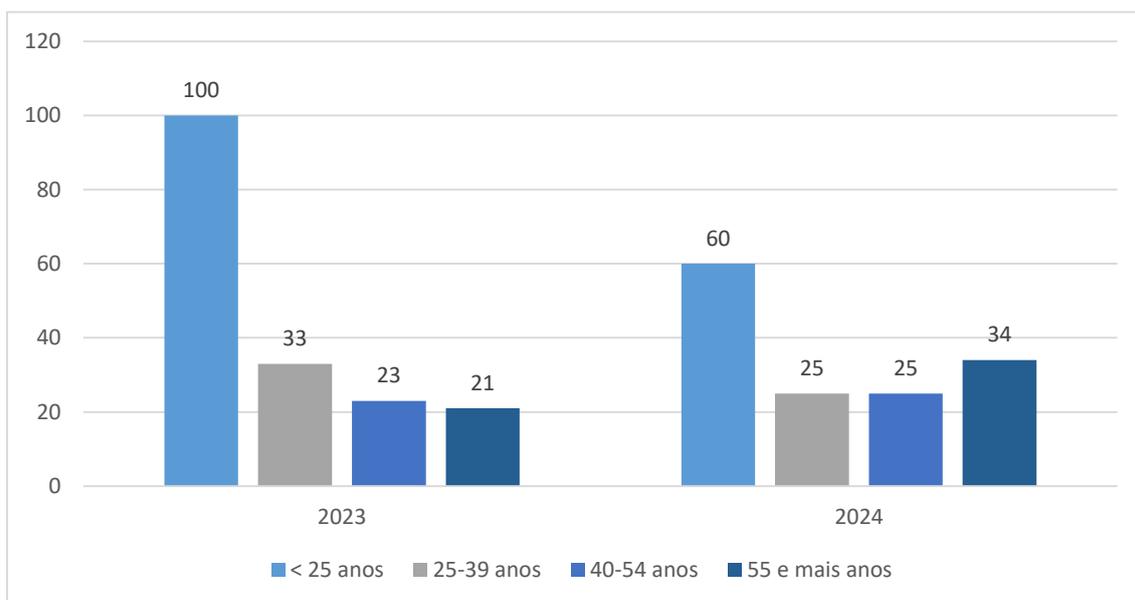
Gráfico 38. Evolução do Número de Beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção, por Género, 2014-2024, (Nº)



Fonte: INE, 2024; CM Castro Marim, 2025

No que diz respeito à faixa etária dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, verifica-se no **Gráfico 39**, que a maioria dos beneficiários se encontram predominantemente na faixa etária abaixo dos 25 anos, no ano 2023 e 2024.

Gráfico 39. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por grupo etário, 2024, (Nº)



Fonte: INE, 2024; CM Castro Marim, 2025

4.7.4. Medidas e Apoios Desenvolvidos pelo Município

A **ação social** é uma das atribuições dos municípios com previsão legal no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que, compete às autarquias locais promover a resolução dos problemas que afetam as populações, designadamente através de apoios a estratos sociais mais desfavorecidos, pelo menos mais adequados e nas condições constantes de regulamento municipal. Considera-se que são sensíveis áreas como a saúde, a alimentação, a educação e a habitação, no âmbito das quais, pela importância imediata que assumem na dignidade da vida dos municípios, se justifica um particular acompanhamento e auxílio por parte da autarquia.

O município de Castro Marim tem desenvolvido um vasto conjunto de iniciativas e medidas, procurando uma intervenção social cada vez mais ampla e diversificada. Nesse sentido, procedeu à revisão do anterior Regulamento Municipal da Ação Social publicado na 2ª série do Diário da República, n.º 154 de 13 de agosto de 2009, sendo criado num novo Regulamento Municipal de Ação Social, publicado em Diário de República, 2ª série, Aviso n.º 1378/2024, de 11/09/2024 o qual foi objeto de consulta pública nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

O novo Regulamento Municipal define e regulamenta as condições de acesso a apoios sociais a conceder pelo município de Castro Marim, a pessoas e/ou famílias carenciadas ou sem situação de vulnerabilidade, residentes no concelho de Castro Marim. O município, através deste documento visa assegurar que todas as ações realizadas sejam conduzidas de forma ética, organizada e responsável, promovendo o respeito aos direitos e necessidades dos beneficiários e fortalecendo o impacto positivo aos beneficiários. É possível consultar na **Tabela 49**, os apoios disponibilizados pelo município enquadrados no novo Regulamento de Ação Social da Câmara Municipal de Castro Marim.

Tabela 49. Medidas e Apoios do Regulamento Municipal de Ação Social

Medidas e Apoios do Novo Regulamento de Ação Social	
a)	Cartão Social Municipal
b)	Apoio na Aquisição de Próteses Dentárias
c)	Apoio na Aquisição de Dispositivos Oftalmológicos
d)	Apoio na Aquisição de Próteses Auditivas
e)	Atribuição de Vales Alimentares
f)	Concessão de Apoio Financeiro ou Material para Pequenas Obras de Conservação ou Beneficência de Imóveis

g)	Incentivo À Natalidade E Apoio À Família
h)	Apoio Ao Arrendamento
i)	Apoio No Combate Ao Tabagismo E Outras Dependências
j)	Apoio No Combata À Obesidade
k)	Promoção De Medicina Preventiva

Fonte: CM Castro Marim, 2024

a) Cartão Social Municipal (CSM)

O **Cartão Social Municipal** destina-se a apoiar a população economicamente mais carenciada, que por falta de meios, se encontre em vulnerabilidade social e económica. Podem beneficiar deste apoio todos os cidadãos nacionais, ou estrangeiros, indivíduos ou agregados familiares, com idade superior a 18 anos e título de residência válido, residentes no concelho de Castro Marim, há pelo menos 2 anos, se encontrem em situação de precariedade e sem meios de subsistência, vulnerabilidade social ou emergência social.

Os beneficiários do Cartão Social Municipal terão direito a redução de 50% no pagamentos e taxas dos serviços prestados pelo município, comparticipação de 50% em aquisição de medicação não comparticipada pelo Sistema Nacional de Saúde, transporte para consultas ou tratamentos médicos e demais apoios expressos no regulamento.

b) Apoio na Aquisição de Próteses Dentárias

O **Apoio na Aquisição de Próteses Dentárias**, tem como objetivo comparticipar a aquisição das próteses dentárias, a indivíduos por residentes no concelho de Castro Marim, titulares do Cartão Social Municipal.

c) Apoio na Aquisição de Dispositivos Oftalmológicos

O **Apoio na Aquisição de Dispositivos Oftalmológicos** tem como objetivo comparticipar a aquisição de armações e/ou lentes, por residentes do concelho, titulares do Cartão Social Municipal. Cada beneficiário poderá usufruir deste apoio num máximo de uma armação a cada 3 anos e duas lentes anualmente.

d) Apoio na Aquisição de Próteses Auditivas

O **Apoio na Aquisição de Próteses Auditivas**, tem como objetivo comparticipar a aquisição de próteses auditivas, que poderá consistir no pagamento integral das mesmas até ao montante de 2.000€. Podem ser beneficiários deste apoio, residentes no nacionais ou estrangeiros, que

apresentem o título de residência válido, residentes no Concelho de Castro Marim e titulares do CSM.

e) Atribuição de Vales Alimentares

O apoio na **Atribuição de Vales Alimentares** consiste no apoio de aquisição de bens alimentares junto de estabelecimentos de comércio e retalho (supermercado/mercearia), concedido a indivíduos ou agregados familiares em situação de carência ou vulnerabilidade. Os vales alimentares, dividem-se em duas categorias, vale Simples, para beneficiários individuais no valor de 50€ e Vale Família, atribuído a agregados familiares no valor de 50€ que acresce 25€ por cada elemento agregado familiar restante. Podem adquirir este apoio, os residentes no nacionais ou estrangeiros, que apresentem o título de residência válido, residentes no Concelho de Castro Marim e que sejam titulares e que sejam considerados sem meios de subsistência, em situação de carência, de vulnerabilidade económica social ou emergência social.

f) Concessão de Apoio Financeiro ou Material para Pequenas Obras de Conservação ou Beneficências de Imóveis

Esta atribuição prevê a concessão de apoio financeiro pela Câmara Municipal de Castro Marim para a realização de pequenas obras de conservação ou beneficiação em habitações próprias ou arrendadas, com carácter permanente, dos indivíduos ou dos agregados familiares desfavorecidos. O valor concedido não poderá ultrapassar o valor de 20.000€, independentemente do valor global das obras, quer seja, para aquisição de materiais de construção e/ou contratação de mão-de-obra e não poderá ser concedido ao mesmo agregado familiar e mesmo local, por um prazo de 5 anos. Para obter este apoio, os indivíduos ou agregados familiares, devem residir no concelho há pelo menos 3 anos e encontrar-se em vulnerabilidade financeira.

g) Incentivo à Natalidade e Apoio à Família

O **Apoio à Natalidade e à Família** visa promover a fixação de famílias e contribuir para o aumento da taxa de natalidade e do número de residentes no concelho de Castro Marim. Este apoio assume três modalidades: 1) atribuição de um subsídio, no valor de 500€, sempre que ocorra o nascimento de uma criança; 2) apoio na aquisição de vacinas não integradas no Programa Nacional de Vacinação, comparticipadas na totalidade pelo município e 3) isenção à obtenção de licenças de construção e alvarás de utilização para habitação própria para obras de construção, reconstrução, alteração ou ampliação de edifícios de habitação permanente. Os requerentes devem ter idades entre os 18 e os 45 anos, residir, trabalhar ou pretender fixar-se

no município de Castro Marim e que não sejam titulares de habitação própria. O apoio apenas beneficiará aqueles que, nos termos do presente regulamento, tenham um rendimento mensal *per capita* não exceda o Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

h) Apoio ao Arrendamento

O **Apoio ao Arrendamento** consiste na atribuição de um apoio ao pagamento da renda da habitação própria e permanente de agregados familiares com carências socioeconómicas, conforme os define o presente regulamento, residentes no Concelho de Castro Marim, há pelo menos 1 ano.

i) Apoio no Combate ao Tabagismo e Outras Dependências

O **Apoio no Combate ao Tabagismo** consiste na comparticipação a 100% por parte do município na aquisição de medicação destinada à cessação permanente da utilização de produtos que contêm nicotina, até ao limite de uma embalagem, podendo dispor também de acompanhamento médico e psicológico. Podem beneficiar deste apoio, residentes ou trabalhadores no concelho de Castro Marim. Relativamente ao **Apoio de Outras Dependências**, este apoio consiste no pagamento do transporte para as consultas, no Cuidados de Saúde Primários ou no Centro de Acolhimento a Toxicodependentes (CAT), bem como o pagamento de uma mensalidade relativa a internamento em comunidade terapêutica, sendo este apoio destinado apenas a beneficiários do Cartão Social.

j) Apoio no Combate à Obesidade

O **Apoio no Combate à Obesidade** consiste na criação de programas nos quais se incluiu o exercício físico, apoio médico e psicológico, e a aquisição de medicação prescrita por profissional de saúde, promovidos pelo município.

k) Promoção de Medicina Preventiva

O **Programa de Promoção de Medicina Preventiva** destina-se a garantir aos munícipes residentes em localidades geograficamente mais isoladas e distantes dos Cuidados de Saúde Primários em funcionamento, o acesso a consultas de medicina preventiva destinadas, o rastreio da diabetes, controlo de hipertensão, rastreio de colesterol, acerto de medicação para doenças crónicas e a verificação das condições de habitabilidade para prevenção de quedas em contexto doméstico. São beneficiários deste apoio os residentes no concelho, sendo dada prioridade à população mais idosa e com maior isolamento geográfico.

O novo Regulamento Municipal de Ação Social, visa ampliar o alcance das políticas sociais e garantir um auxílio mais eficaz aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade no concelho. Através da reformulação, pretende-se reforçar a equidade na atribuição dos apoios, promovendo uma resposta mais abrangente e ajustada às reais necessidades da comunidade.

Como prioridade, os grupos vulneráveis no município têm sido alvo de esforços contínuos para minimizar o impacto das desigualdades socioeconômicas, garantindo o acesso a apoios essenciais e promovendo a inclusão social por meio de políticas públicas eficazes e sustentáveis. Como exemplo, é a atribuição do galardão de “Autarquia + Familiarmente Responsável” ao município de Castro Marim, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, que analisa as medidas e boas práticas tomadas pelo bem estar das famílias. O reconhecimento resulta de um conjunto iniciativas de várias áreas que dão resposta às famílias, não só no apoio direto, mas também no âmbito do urbanismo, educação e formação, transportes, saúde, cultura, desporto e habitação. Entre as várias iniciativas, destacam-se a habitação social, a atribuição de bolsas de estudo, os auxílios económicos para os alunos, o transporte escolar gratuito e o Programa das Férias Ativas.

4.7.5. Outras medidas e apoios do Município promovidos pelo Município

Universidade de Tempos Livres

A **Universidade de Tempos Livres** é um projeto promovido pelo município de Castro Marim, que visa promover o envelhecimento ativo e autonomia de pessoas idosas, numa estratégia que pretende fomentar e promover a ocupação dos tempos livres através de ateliers, momentos lúdicos e de convívio, ao mesmo tempo que promove as relações interpessoais e participação social e comunitária. De acordo com os dados recolhidos através da Unidade Técnica de Cultura e Património da Câmara Municipal de Castro Marim, no ano letivo 2024/2025 encontram-se inscritas em atividades de tempos livres, 142 indivíduos. As atividades são gratuitas a todos os munícipes e desenvolvem-se em diversos polos situados nas quatro freguesias do concelho. Estão disponíveis atividades, como: Bordados, renda e macramé; Artes decorativas; Informática; Meditação; Toca a mexer (Ginástica); Atelier de costura; Trapologia; Letras e pensamentos; Novas tecnologias; Caminhadas e Zumba. Estas iniciativas promovem momentos lúdicos entre a população mais envelhecida, proporcionado a partilha de experiências de vida.

Ação Social Escolar

No que respeita à **Ação Social Escolar**, o município de Castro Marim apresenta diversas medidas com o intuito de promover a igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e à educação dos alunos ao longo dos seus ciclos de estudos, desde o 1º ciclo ao ensino superior. Assim, segundo o Regulamento n.º 1019/2022 de 24 de outubro de 2022, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 205 referente de Atribuição de Apoios Sociais na Educação, Bolsas de Mérito e Investigação, prevê-se a atribuição de bolsas de estudo a estudantes e seus agregados familiares que apresentem vulnerabilidades socioeconómicas, desde que tenham aproveitamento escolar e que não tenha interrompido os estudos no seu percurso curricular no Ensino Secundário e Superior, residentes no concelho de Castro Marim.

Relativamente ao **transporte escolar**, o município assegura o transporte dos alunos que residem no interior do concelho que não têm acesso à rede pública de transportes, enquanto os restantes beneficiam de passes escolares gratuitos ao abrigo da Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. O município também disponibiliza transporte aos alunos do ensino especial e com necessidades educativas especiais (NEE), entre as várias localidades e freguesias e para o exterior do concelho.

No que respeita ao **material escolar**, o Ministério da Educação, prevê a atribuição de forma gratuita dos manuais escolares aos alunos, mas esta medida não abrange os cadernos de fichas, pelo que o município comparticipa a 100% os cadernos de fichas adotados pelo respetivo agrupamento de escolas. Além disso, para os alunos de 1º, 2º e 3º ciclo de Ensino Básico, residentes no concelho, detentores do 1º ou 2º escalão de apoio do Instituto da Segurança Social (ISS) é atribuído um valor anual de 60€ e 40€, respetivamente.

Programa Férias Ativas

O **Programa Férias Ativas** promovido pelo município de Castro Marim, contempla um conjunto de atividades sociais, culturais, recreativas envolvendo as crianças e jovens do município durante as interrupções letivas nos períodos da Páscoa e Verão. Pretende-se assim, promover uma ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do concelho, potenciando o desenvolvimento harmonioso e bem-estar físico, psicológico e social dos jovens. O programa abrange as crianças e jovens, entre os 6 e os 15 anos, residentes ou estudantes em Castro Marim e as atividades organizadas são de carácter educativo, cultural, desportivo ou meramente recreativo. Geralmente, a adesão é significativa, refletindo a relevância e a necessidade das

medidas implementadas, bem como a confiança da comunidade nas iniciativas de apoio social promovidas pelo município.

O **Programa Férias Ativas** foi distinguido no final do ano de 2024 com o prémio “Campo de Férias” pela Cidade Social, uma empresa especialista no modelo de intervenção municipal nas áreas do desenvolvimento desportivo, da ação social, turístico e cultural. Este prémio revela as boas práticas implementadas, destacando o empenho e a colaboração de todos os intervenientes, assim como a excelência autárquica e o impacto positivo na comunidade.

Núcleo de Garantia de Apoio à Infância

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro, aprovou o **Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030**, que tem como objetivo prevenir e combater a pobreza e a exclusão social nas crianças e jovens. Pretende ainda, contribuir para defesa dos direitos das crianças, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades, concretizando assim, o princípio do 11º Pilar Europeu dos direitos Sociais e o seu Plano de Ação.

O Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância, aprovado pelo Conselho de Ministros a 30 de novembro de 2022, surge no âmbito da concretização da Recomendação (UE) 2021/1004 do Conselho, de 14 de junho de 2021, aprovada durante a presidência portuguesa do Conselho Europeu. No município de Castro Marim, o **Núcleo da Garantia para a Infância** foi criado em reunião plenária, a 19 de novembro de 2024 do respetivo Concelho Local de Ação Social (CLAS) de Castro Marim.

Os parceiros que integram o NLGPI devem colaborar entre si nas atividades implementadas, no acompanhamento, na prossecução das medidas de prevenção e de combate à pobreza infantil e à exclusão social. Neste sentido, como guia orientador é fundamental que exista uma abordagem diagnóstica do fenómeno da pobreza infantil e da exclusão social, pelo que cabe ao NLGPI realizar e /ou atualizar um diagnóstico social, do qual conste a caracterização do fenómeno da pobreza infantil, assim como as problemáticas identificadas, a nível do acesso efetivo ou afetivo gratuito, à educação e acolhimento na primeira infância, a atividades em contexto escolar, a refeições e alimentação saudáveis, a cuidados de saúde e uma habitação adequada. Deverá ser elaborado um plano estratégico, fundamentado nos contributos da Rede Social, com enfoque na prevenção e intervenção no domínio da pobreza infantil, visando a definição de estratégias integradas para o reforço da eficácia das respostas existentes e a implementação de respostas inovadoras face às lacunas identificadas.

Programa 1º Direito

O 1º Direito é um Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, um instrumento criado pelo Decreto-Lei nº. 37/2018, de 4 de junho, tendo como objetivo “assegurar o acesso à habitação adequada às pessoas que vivem em situações indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder, sem apoio, a uma solução habitacional adequada”. De acordo com o programa, vivem em condições indignas as pessoas ou agregados familiares que não dispõem de uma habitação adequada, residindo de forma permanente em situação de precariedade, insalubridade, sobrelotação e inadequação em casos de incapacidade ou deficiência.

Para aceder aos apoios ao abrigo do programa, os agregados precisam de reunir três requisitos: viver em condições indignas, estar em situação de carência financeira e ser cidadão nacional, ou sendo estrangeiro, ter registo de cidadão comunitário ou título de residência.

A estratégia investe em diferentes soluções habitacionais, designadamente a construção de novos fogos, a reabilitação (ou a aquisição e reabilitação) de frações com distintos níveis de degradação e a disponibilização de lotes para autoconstrução. A principal modalidade é a reabilitação, que representa 83% do total de pessoas e agregados a apoiar no âmbito do 1.º Direito. Além disso, propõe-se que os fogos disponibilizados, a partir das diferentes modalidades de intervenção, sejam atribuídos em regime de arrendamento apoiado e acessível, visando diversificar os modelos de habitação existentes no parque habitacional público.

No âmbito deste programa destacam-se algumas medidas de política habitacional, sendo que o município de Castro Marim pretende investir em três modalidades de intervenção:

- Reabilitação de imóveis com diferentes níveis de degradação: designadamente: habitações sociais ocupadas e frações/prédios municipais vagos;
- Aquisição e reabilitação de imóveis com más condições de conservação (solução conjugada);
- Construção de prédios ou empreendimentos habitacionais, visando utilizar recursos existentes, designadamente terrenos municipais com boas condições de acessibilidade e de serviços.

Tendo por base outros programas/financiamentos municipais, o município de Castro Marim pretende também, investir na promoção de habitação a custos acessíveis, de modo a dar oportunidade aos cidadãos com dificuldade de aceder ao mercado de venda face à elevada taxa de esforço exigida para adquirir uma habitação própria. Desta forma, é essencial a intervenção pública para possibilitar a compra de uma habitação própria pelos agregados que atualmente estão excluídos deste mercado (ELH, 2022).

4.8. Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade

Os grupos sociais mais vulneráveis são aqueles que, por diversas razões, enfrentam maiores dificuldades para aceder aos direitos, oportunidades e serviços essenciais, como saúde, educação e trabalho. Enfrentam, por vezes, dificuldades económicas, sociais, geográficas ou físicas que os tornam mais suscetíveis a problemas de exclusão social, pobreza, discriminação e violência. É importante desenvolver-se políticas públicas e programas sociais, serviços de saúde e educação inclusivos e adaptados às especificidades de cada grupo, promovendo a equidade e combatendo as desigualdades para que possam exercer os seus direitos e integrar plenamente na sociedade.

4.8.1. Crianças e Jovens

Neste ponto, pretende-se retratar a situação das crianças e dos/as jovens no concelho, com foco na análise da distribuição etária, evolução ao longo dos anos e impacto na dinâmica demográfica local. As crianças e jovens são uma das faixas etárias mais vulneráveis, pois dependem diretamente dos cuidados e proteção familiar e social para desenvolver-se em plena harmonia. Assim, proceder-se-á à análise da situação das crianças e dos/as jovens do concelho, bem como caracterizar as crianças e jovens que se encontram em situação de perigo, estando a ser acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Castro Marim. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o termo criança é definido “como todo o ser humano com menos de 18 anos”, contudo por questão funcional, apenas conseguimos obter dados segundo o INE dos 0-14 anos.

Tabela 50. Taxa de variação da População dos 0-14 anos, 2001-2021, (Nº), (%)

Unidade Territorial	Taxa de Variação				
	2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021
Portugal	1.656.602	1.572.329	1.331.188	-5,09	-15,34
Algarve	57.732	66.974	62.781	16,01	-6,26
Concelho de Castro Marim	830	838	705	0,96	-15,87
Freguesia de Altura	306	306	214	0,00	-30,07
Freguesia de Azinhal	64	41	28	-35,94	-31,71
Freguesia de Castro Marim	412	448	426	8,74	-4,91
Freguesia de Odeleite	48	43	37	-10,42	-13,95

Fonte: INE, 2024

De acordo com a análise da **Tabela 50**, podemos observar uma tendência decrescente no número de crianças e jovens até 14 anos, desde 2001 a 2021. Em 2021, a percentagem total de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos era de 11%, verificando-se um predomínio da população infantil nas freguesias do litoral, Castro Marim, 448 crianças e Altura, com 214.

O decréscimo populacional foi mais acentuado no período entre 2011 a 2021, transversal a todas as freguesias do concelho, sendo que a freguesia do Azinhal é a que apresenta uma taxa de variação com maior percentagem, - 35,94% em 2011 e -31,71% em 2021.

Dados mais recentes apurados através do INE, representados na **Tabela 51** revelam que a população infantil com idades compreendidas entre os 0 e aos 14 anos, **aumentou no ano 2022, registando 780 crianças e jovens e em 2023, com 793**. Relativamente ao género, a predominância é o género feminino nos anos em análise, registando em 2023, 145 crianças do sexo feminino e 370 do sexo masculino. Nos últimos dois anos analisados, observa-se uma tendência mais positiva em relação à natalidade no concelho de Castro Marim, refletida na proporção de jovens, que atingiu 11,6% em 2023. No entanto, esse número ainda permanece baixo quando comparado com a elevada percentagem da população envelhecida, evidenciando um desequilíbrio e envelhecimento demográfico. A juventude desempenha um papel essencial no desenvolvimento social e económico, garantindo a renovação geracional e a sustentabilidade do território, pelo que a redução do número de jovens tem sido uma tendência preocupante no município, sendo importante reforçar as políticas de incentivo à natalidade.

Tabela 51. População Jovem por Grupo Etário e Género, 2021-2023, (Nº)

Anos	Faixa Etária								
	0-4		Total	5-9		Total	10-14		Total
	M	F		M	F		M	F	
2022	132	136	268	119	123	242	119	151	270
2023	130	135	265	126	137	263	122	143	265

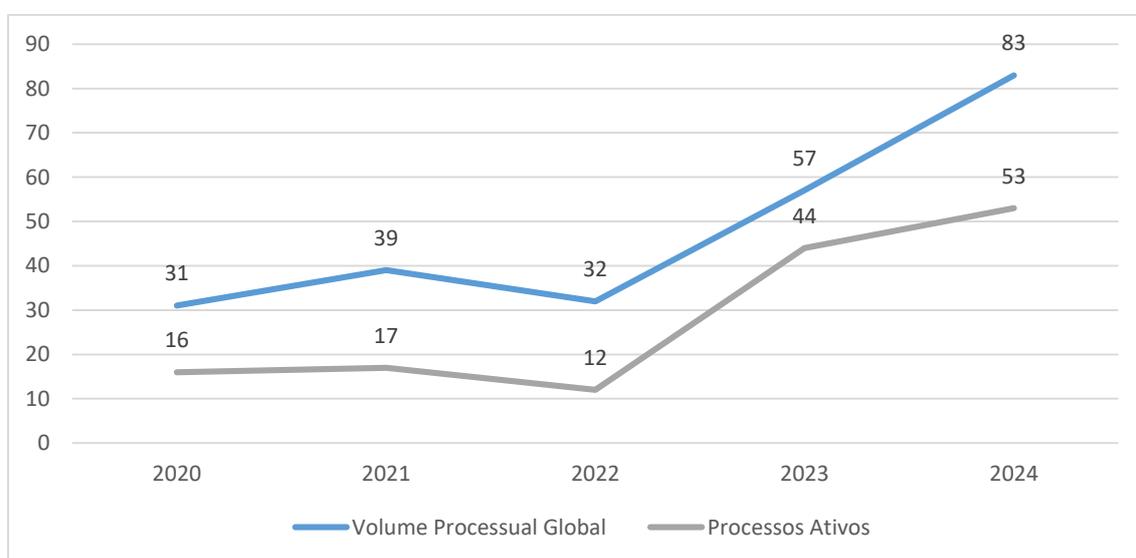
Fonte: INE, 2024

4.8.1.1. Crianças e Jovens em Risco

Comissão de Proteção a Crianças e Jovens

No concelho de Castro Marim, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) desempenha um papel de relevo quando se trata de assegurar a proteção das crianças, jovens e famílias. Esta tem a função essencial de proteger os direitos das crianças e jovens, assegurar a segurança e desenvolvimento em situações de risco. A comissão assenta num trabalho de parceria com diversas entidades locais, como o agrupamento de escolas, serviços de saúde, forças de segurança e instituições de apoio social, promovendo uma intervenção integrada.

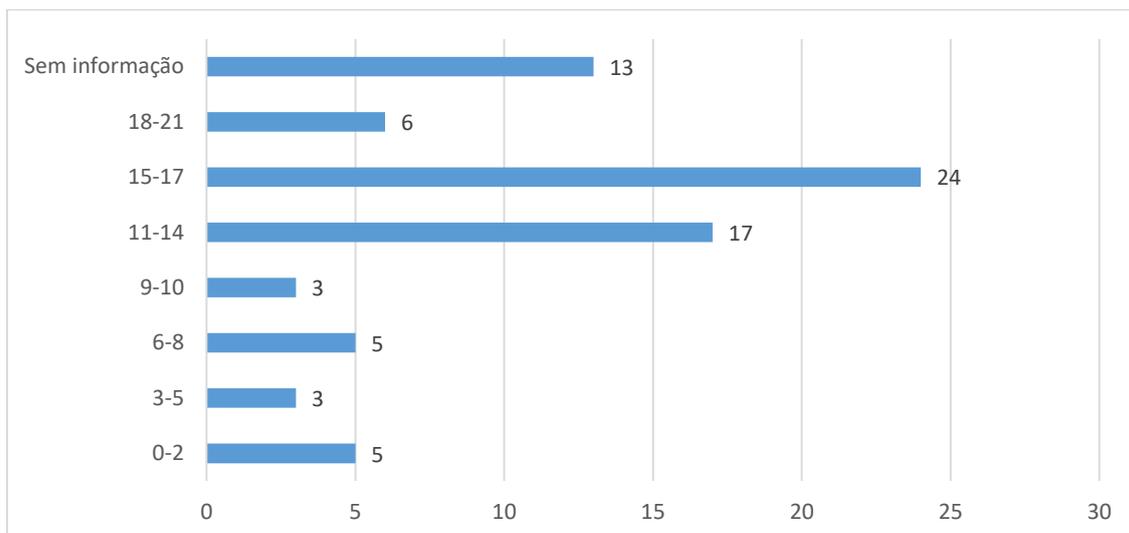
Gráfico 40. Volume Processual da Comissão de proteção de Crianças e Jovens, 2020-2024, (Nº)



Fonte: CPCJ Castro Marim, 2025

No ano de 2024, a CPCJ de Castro Marim teve um **valor processual global (VPG) de 83**, com **77 processos com instrução, sendo que 53 encontram-se ativos**. Existiram no **total 95 entradas** de processos, contudo **13 foram transferidos por incompetência territorial**. De acordo com os dados apresentados no **Gráfico 40**, verifica-se que o VPG teve um aumento significativo desde 2020 até 2024, embora com um ligeiro decréscimo em 2022. À data de janeiro de 2025, segundo as informações apuradas junto da CPCJ encontravam-se 67 processos ativos, sendo que estes dados sugerem a necessidade de existir uma atenção cuidada no que concerne às crianças e jovens em situação de perigo.

Gráfico 41. Crianças e Jovens Acompanhadas/os pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por Grupo Etário, 2024, (Nº)



Fonte: CPCJ Castro Marim, 2025

No que se refere à distribuição das crianças e jovens por faixa etária, o **Gráfico 41** demonstra que no ano 2024, a maioria das crianças e jovens em acompanhamento situam-se no grupo etário entre os 15 aos 17 anos, com 24 casos e entre os 11 e 14 anos, com 17 casos. O grupo etário com menor número de participações é entre os 3 e os 5 anos e entre os 9 e 10 anos, com 3 sinalizações.

Quanto às entidades sinalizadoras dos processos instruídos, a maioria dos processos foram sinalizados pelos estabelecimentos de ensino, forças de segurança e estabelecimentos de saúde, sendo alguns não existem informação da sua proveniência.

Tabela 52. Crianças e Jovens Acompanhados/as pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por Problemática, 2024, (Nº)

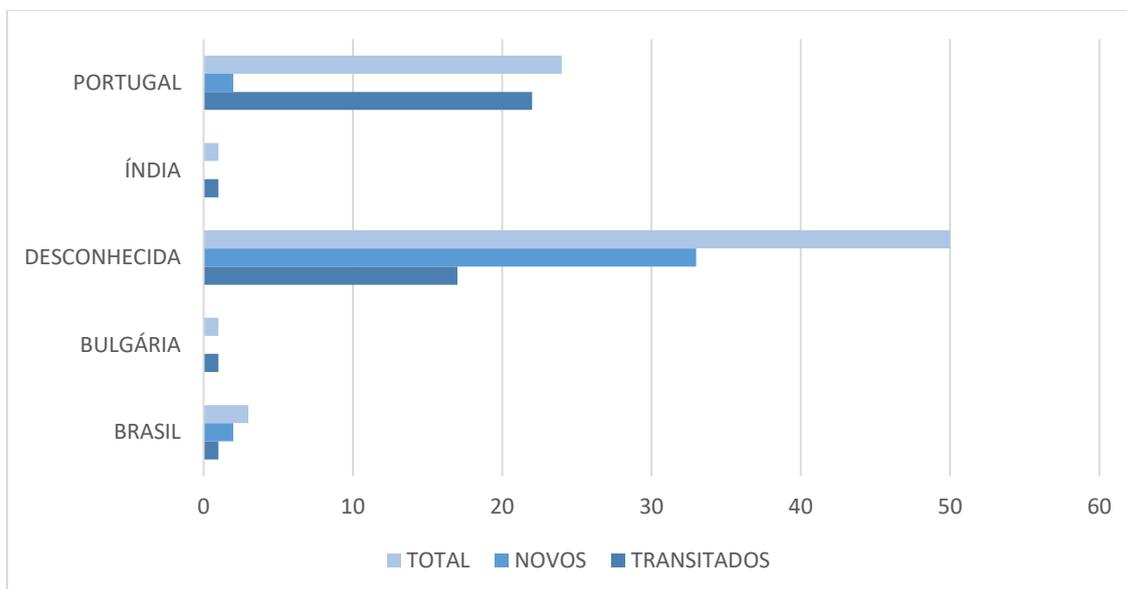
Problemáticas Identificadas	Número de Processos
Violência Doméstica	6
Negligência Grave	3
Negligência ao nível da saúde	1
Negligência face a comportamentos da criança/jovem	1
Aliciamento Sexual	1
Comportamentos graves anti-sociais ou/e indisciplina	8
Falta de supervisão e acompanhamento/ familiar	4
Ofensa física e ofensa física pro castigo corporal	4+2

Absentismo Escolar	6
<i>Bullying</i>	6
Consumo de estupefacientes	1
Consumo de Álcool	2
Insucesso Escolar	1
Outros comportamentos	1
Abandono Escolar	7
Insucesso Escolar	1
Outros comportamentos	3
Total	58 processos ativos

Fonte: CPCJ Castro Marim, 2025

Relativamente às **problemáticas sinalizadas nos processos ativos no ano 2024**, podemos observar de acordo a **Tabela 52** que as problemáticas com maior expressão são os **“Comportamentos graves anti-sociais ou/ e indisciplina”, “Abandono e absentismo escolar”, “Violência doméstica” e “Bullying”**.

Gráfico 42. Crianças e Jovens Acompanhados/as pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens por Nacionalidade, 2024, (Nº)



Fonte: CPCJ Castro Marim, 2025

O **Gráfico 42** representa as crianças e jovens acompanhados/as pela CPCJ de Castro Marim, por nacionalidade em 2024, verificando-se que a maioria apresentava nacionalidade desconhecida, registando 50 casos (33 novos casos e 17 transitaram do ano anterior), seguem-se 24 casos de nacionalidade portuguesa, (22 casos transitados e 2 novos casos). Existem ainda outras

nacionalidades, em acompanhamento pela CPCJ, como a nacionalidade brasileira, indiana e búlgara, mas com um número reduzido de casos.

De acordo com as informações recolhidas através da CPCJ de Castro Marim, podemos concluir que no ano 2024, registou-se um aumento significativo de processos de crianças e jovens em perigo no município, através do aumento do número de comunicações e sinalizações efetuadas à CPCJ de Castro Marim, salientando-se os Comportamentos Antissociais e Indisciplina, o Abandono e Absentismo Escolar, Violência Doméstica e *Bullying*. Assim, torna-se imperativo a implementação de medidas no âmbito educacional e psicossocial, apelando à colaboração interinstitucional e incentivo à participação comunitária, de forma a garantir a proteção e o bem-estar das crianças e jovens em risco, promovendo a sua integração social e escolar harmoniosa.

4.8.2. Famílias Monoparentais

Embora tenha sido realizada a caracterização das famílias do município, neste ponto pretende-se aprofundar especificamente as famílias monoparentais, uma vez que podem representar um grupo vulnerável quando existe alguns fatores risco associados. Segundo as estatísticas dos Censos de 2021 (INE), as famílias monoparentais estão a aumentar em Portugal, sendo que 18,5% dos agregados parentais são compostos por núcleos monoparentais, um aumento de 20,7% quando comparado com os dados estatísticos dos Censos de 2011. Entende-se por **famílias monoparentais**, um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe, sem cônjuge, com um ou mais filhos a cargo e as responsabilidades de cuidar, educar e sustentar os menores recaem sobre um único adulto, devido a circunstâncias como o divórcio, a separação, a morte ou por escolha pessoal de criar os filhos sozinho. Na **Tabela 53**, podemos observar a distribuição dos núcleos monoparentais por género e grupo etário, verificando-se que no concelho de Castro Marim registou-se no ano de 2021, **312 núcleos familiares monoparentais**, sendo **70 constituídos por pais** com os filhos e **242 constituídos pelas mães** com os filhos.

Tabela 53. Núcleos Familiares Monoparentais por Grupo Etário e Género, 2021, (Nº)

Grupo Etário	Total de Núcleos	Núcleos familiares	Núcleos familiares
	Familiares	Monoparentais	Monoparentais
	Monoparentais	Masculinos	Femininos
20-24	1	0	1
25-29	11	1	10
30-34	18	3	15
35-39	23	6	17
40-44	35	6	29
45-49	37	9	28
50-54	34	5	29
55-59	29	6	23
60-64	22	8	14
65 ou + anos	102	26	76
Total	312	70	242

Fonte: INE, 2024

No que respeita à **distribuição dos núcleos familiares monoparentais por freguesias** no concelho de Castro Marim, podemos verificar na **Tabela 54**, que a freguesia com maior predominância de núcleos familiares monoparentais é a freguesia de Castro Marim, com 162 núcleos e Altura com 112. A freguesia de Odeleite detém menor proporção de núcleos familiares monoparentais, 14 núcleos, correspondendo a 7,45%.

Tabela 54. Núcleos Familiares Monoparentais por Freguesia, 2021, (Nº) (%)

Unidade Territorial	Nº	%
Concelho de Castro Marim	312	15,59
Freguesia de Altura	112	15,59
Freguesia de Azinhal	24	16,55
Freguesia de Castro Marim	162	16,30
Freguesia de Odeleite	14	7,45

Fonte: INE, 2024

Relativamente à **escolaridade**, conforme representado na **Tabela 55**, verificou-se que a maioria, dos/as progenitores/as possuíam a escolaridade ao nível do 1º ciclo de ensino básico, com 68 indivíduos, seguindo-se o ensino secundário, com 48.

Tabela 55. Núcleos Familiares Monoparentais Residentes por Nível de Escolaridade, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Nível de escolaridade						
	Total	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós Secundário	Ensino Superior
Castro Marim	312	68	31	57	60	6	48

Fonte: INE, 2024

Este agregado familiar, pela sua natureza, encontra-se, geralmente, numa situação de maior vulnerabilidade social e financeira, uma vez que, sem a possibilidade de retaguarda familiar deparam-se com grandes desafios como, é o caso a inexistência de respostas sociais de apoio à infância, dificultando a sua integração no mercado de trabalho, bem como a nível de horários mais alargados que impossibilitem a conciliação da componente familiar e profissional e pessoal. Além disso, o elevado custo de vida e a precariedade laboral, podem acentuar a instabilidade socioeconómica destes núcleos familiares. Assim, a autarquia desempenha um papel fundamental na minimização do impacto familiar, sendo necessário o reforço de medidas e programas de apoio financeiro e social, aumento da oferta de creches e locais destinados a acolhimento infantil, bem como a implementação de políticas de flexibilização de horários que possibilite a inclusão e promova maior estabilidade das famílias.

4.8.3. Idosos

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) é considerado idoso aquele que tem idade igual ou superior a 65 anos nos países desenvolvidos e 60 anos ou superior nos países em desenvolvimento. Esta fase também designada de terceira idade, não deve ser um sinónimo de velhice, devendo ser vista como um “processo de mudança progressivo da estrutura biológica, psicológica e social, que se inicia antes do nascimento e se desenvolve ao longo da vida” (DGS, 2024). Conforme mencionado anteriormente, Portugal enfrenta um desafio demográfico significativo, o envelhecimento acelerado da sua população. O Índice de Envelhecimento (IE), que corresponde ao quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, evidencia uma tendência de crescimento no mundo, resultado de mudanças demográficas como a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida, impulsionados por avanços na medicina,

melhoria das condições de vida e acesso a cuidados de saúde. No município de Castro Marim, a população residente com 65 anos e mais, tem vindo a aumentar, de acordo com a análise de vários anos censitários e o **índice de envelhecimento, em 2023, situou-se em 272,4%**, assumindo um valor muito superior à percentagem nacional que registava 188,1,2%, elevando Castro Marim para um dos concelhos com maior envelhecimento populacional. Também, o **índice de dependência de idosos no Município de Castro Marim teve uma tendência crescente de 2011 até 2023, passando de 42,9% para 56%**, um valor muito superior à região do Algarve que em 2023, que registou 38,6%.

Tabela 56. Taxa de variação da População Idosa, acima dos 65 anos, 2001-2021, (Nº), (%)

Unidade Territorial	Taxa de Variação				
	2001	2011	2021	2001-2011	2011-2021
Portugal	1.693.493	2.010.064	2.423.639	18,69	20,58
Algarve	73.613	87.769	110.949	19,23	26,41
Concelho de Castro Marim	1.728	2.266	2.903	4,34	16,08
Freguesia de Altura	313	584	626	41,53	41,31
Freguesia de Azinhal	272	254	225	-19,12	2,27
Freguesia de Castro Marim	653	960	907	11,94	24,08
Freguesia de Odeleite	490	468	335	-16,53	-18,09

Fonte: INE, 2024

Quando analisamos as taxas de variação da população com 65 ou mais anos, apresentadas na **Tabela 56** constata-se que entre os anos censitários 2001 e 2011 o número de idosos no concelho aumentou 4,34% e entre 2011 e 2021, o aumento foi de 16,08%. Efetuando a análise por freguesias, verifica-se que o crescimento foi superior na freguesia de Castro Marim e existiu um decréscimo na freguesia de Odeleite (-18,09%).

De forma, a compreender a evolução da população idosa no concelho, efetuou-se a análise da população acima dos 65 anos, realizando a distinção entre a população com idades compreendidas entre os 65 e os 79 anos e os 80 anos ou + anos. Na **Tabela 57**, podemos verificar que as freguesias de Castro Marim e Altura são as que mais representam o envelhecimento da população, sendo que cerca de 1.437 idosos, têm idade compreendidas entre os 65 e 79 anos e cerca de 656 idosos, situam-se acima dos 80 anos.

Tabela 57. População Residente por Grupo Etário, 65-79 e 80 ou + Anos, 2021, (Nº)

Unidade Territorial	Grupo Etário						
	65-79 Anos		Total	80 ou + Anos		Total	Total 65 ou + Anos
	H	M		H	M		
Concelho de Castro Marim	726	711	1.437	283	273	656	2.093
Freguesia de Altura	247	212	459	61	106	167	626
Freguesia de Azinhal	74	60	134	36	55	91	225
Freguesia de Castro Marim	311	328	639	113	155	268	907
Freguesia de Odeleite	94	111	205	73	57	130	335

Fonte: INE, 2024

Dados mais recentes recolhidos através do INE, revelam que houve um aumento da população residente no concelho de Castro Marim, **passando de 6.439 habitantes em 2021 para 6.819 habitantes em 2023**. Na **Tabela 58**, podemos verificar que existiu também, um aumento do número de idosos acima dos 65 ou mais anos, registando em 2023, 2.160 indivíduos. O número de idosos em ambos os anos ocupa maioritariamente o grupo etário entre os 65 e os 79 anos.

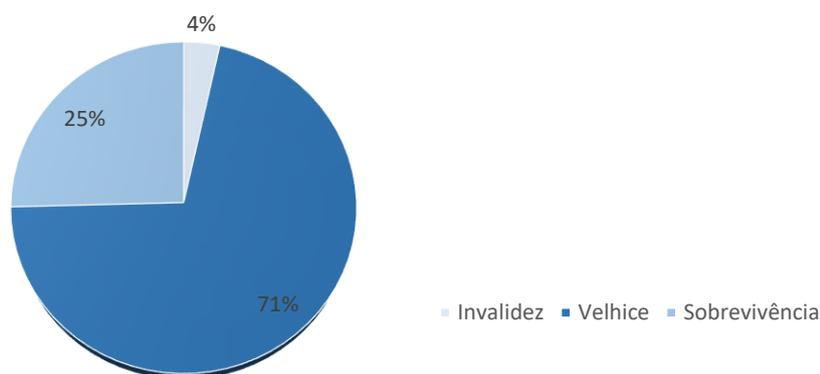
Tabela 58. População Residente por Grupo Etário, 65-80 e 81 ou + Anos, 2021, (Nº)

	Grupo Etário		
	65-80 Anos	81 ou + Anos	Total 65 ou + Anos
2022	1.497	637	2.134
2023	1.513	647	2.160

Fonte: INE, 2024

Relativamente aos **pensionistas e reformados**, observa-se segundo os dados recolhidos no INE referentes ao 2023, que o número de pensionistas da Segurança Social era de 2029 indivíduos, cerca de 71% dos pensionistas beneficiaram de pensões de velhice, 25% de pensões de sobrevivência e 4% de pensão de invalidez.

Gráfico 43. Distribuição de pensionistas no Concelho de Castro Marim em 2023



Fonte: INE, 2024

No que respeita ao **valor médio das pensões da segurança social**, podemos verificar na **Tabela 59**, que as pensões de invalidez, sobrevivência e velhice registaram um acréscimo progressivo no valor médio entre os anos 2020 e 2023, sendo a pensão de velhice a que detêm maior número de pensionistas, registou um valor de 6.313€.

Tabela 59. Valor médio das pensões da Segurança Social anuais, 2020-2023, (€)

Tipos de Apoio		2020	2021	2022	2023
Pensões	Invalidez	4.910	4.414	5.336	5.880
	Sobrevivência	2.928	2.945	3.084	3.456
	Velhice	5.5447	5.593	5.904	6.313

Fonte: INE, 2024

A população idosa apresenta-se como um grupo vulnerável por diversos fatores, uma vez que o envelhecimento está associado ao aumento de doenças crónicas, como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, além do enfraquecimento do sistema imunológico que torna os idosos mais propensos a complicações de saúde. As dificuldades ao nível da mobilidade, compromete a sua autonomia e a realização da atividade de vida diárias. Além disso, a maioria dos idosos enfrenta isolamento social, especialmente os que não dispõem de uma rede de apoio familiar ou comunitária, o que poderá resultar em problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. A nível económico, a maioria dos idosos vivem com reformas com as quais não conseguem suprimir as suas necessidades básicas, tornando-os vulneráveis a dificuldades económicas. O acesso limitado a serviços de saúde, transporte, políticas públicas adequadas

também contribui para a vulnerabilidade desta população, especialmente em áreas geograficamente mais afastadas.

Atendendo a estes fatores, os idosos do concelho constituem um grupo altamente vulnerável que necessita de atenção. Assim, o envelhecimento populacional exige uma resposta abrangente que envolva reformas estruturais, investimento em saúde e inovação para a promoção de um envelhecimento ativo, garantir o bem-estar e proteção da população envelhecida. Perante esta realidade, podem ser realizadas intervenções no concelho que reforcem os serviços de apoio, a melhoria e reestruturação dos serviços de apoio domiciliário, a dinamização de atividades comunitárias e de lazer, com objetivo de criar condições para que os idosos possam continuar a viver no seu meio natural de vida com qualidade, criando uma alternativa às Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) que não conseguem dar resposta á crescente procura.

4.8.4. Minorias Étnicas

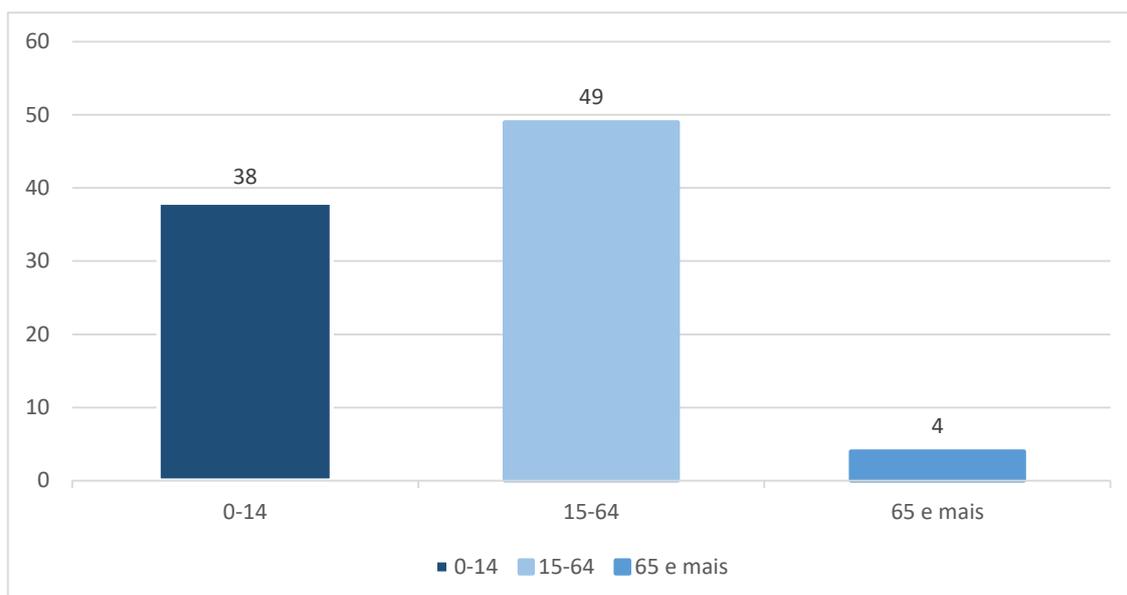
No município de Castro Marim, a presença de comunidades étnicas, em particular da etnia cigana, evidencia a necessidade de uma abordagem integrada que promova a igualdade de oportunidades, a coesão social e o acesso a condições de vida dignas. A caracterização desta população e das suas condições de vida permite identificar fragilidades e definir estratégias de intervenção adequadas à promoção da sua plena integração na comunidade.

De acordo com as informações recolhidas através do Serviço de Ação Social de Castro Marim, no concelho de Castro Marim **residem 25 agregados familiares de etnia cigana, que representam 91 indivíduos.**

A maioria da parte da população de etnia cigana encontra-se em situações de habitação precária, vivendo em barracas ou em construções ilegais, em terrenos não autorizados. Estas habitações além de carecerem de infraestruturas básicas como água, eletricidade e saneamento, estão expostas a condições insalubres e inseguras, colocando, por vezes, em risco a saúde da comunidade. Estes agregados familiares encontram-se distribuídos por sete locais, todos localizados nas freguesias entre Altura e Castro Marim.

De acordo com o **Gráfico 44**, podemos observar que a maioria da população de etnia cigana, situa-se no grupo etário entre os 15 e os 64 anos, composto por 49 indivíduos, seguindo-se a faixa etária entre os 0 e os 14 anos, com 38 crianças e jovens.

Gráfico 44. População de Etnia Cigana por grupo etários, 2024, (Nº)



Fonte: CM Castro Marim, 2025

A inclusão social das minorias étnicas continua a representar um desafio significativo no contexto das políticas públicas locais. A implementação de medidas, como programas de requalificação habitacional, facilitar o acesso à habitação social, reforço à escolarização e acompanhamento escolar, bem como a criação de oportunidades de emprego através de programas de inserção profissional são fundamentais para garantir a melhoria de condições da população cigana. Além disso, o incentivo à participação comunitária da população cigana em atividades comunitárias e culturais, promovendo a convivência entre os diferentes grupos sociais, contribui para a coesão e inclusão social.

4.8.5. Pessoas em situação de sem abrigo

De acordo com a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSA) é considerada uma pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre (1) sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou (2) Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

Foi aprovada uma nova estratégia nacional para os sem-abrigo que abrange o período de 2025-2030 e visa enfrentar um problema crescente em Portugal, uma vez que foram registadas 13 mil pessoas em situação de sem-abrigo no final de 2023 (GOV, 2024). Esta estratégia prevê o aumento do alojamento em várias modalidades, a criação de um plano pessoal de emprego para

cada pessoa em situação de sem-abrigo e o reforço das equipas de rua e das equipas comunitárias de saúde mental e será implementada em colaboração com os municípios.

O Município de Castro Marim não dispõe de um Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), uma vez que estes deverão ser criados sempre que a dimensão do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo o justifique, no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) ou plataformas supraconcelhias.

Na sequência do inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA), no Município de Castro Marim, realizado no âmbito de um conjunto de ações definidas na Estratégia Nacional, podemos aceder a alguns dados referentes aos anos 2022, 2023 e 2024 representados nas tabelas seguintes. De acordo com a **Tabela 60**, podemos observar a evolução do número de pessoas em situação de sem-abrigo identificadas no município de Castro Marim. Em 2022, verificaram-se 18 pessoas, em 2023 e 2024 o número manteve-se, existindo 12 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo superior no género no masculino.

Tabela 60. Pessoas em situação de sem-abrigo, por género, 2022-2024, (Nº)

	2022	2023	2024
Masculino	10	6	7
Feminino	8	6	5
Casais	4	3	3
Total	18	12	12

Fonte: Inquérito sobre a População Sem-abrigo de Castro Marim, NPISA, 2022-2024.

No que se refere ao grupo etário das pessoas identificadas em situação de sem-abrigo, podemos observar na **Tabela 61**, que em 2022 a faixa etária com maior representatividade era abaixo de 18 anos e entre os 31 e 44 anos. No ano de 2024, a distribuição pelos grupos etários encontra-se mais dispersa, a registar o mesmo número de indivíduos no grupo etário abaixo dos 18 anos, entre os 31 e 44 anos e acima de 64 anos.

Tabela 61. Distribuição das Pessoas em situação de sem-abrigo, por grupo etário, 2022-2024, (Nº)

	Grupo Etário					Total
	<18 anos	18-30	31-44	45-64	>64	
2022	7	2	4	2	2	18
2023	4	1	4	1	2	12
2024	3	1	3	2	3	12

Fonte: Inquérito sobre a População Sem-abrigo de Castro Marim, NPISA, 2022-2024.

Caraterizando a **proveniência dos rendimentos de pessoas em situação de sem-abrigo**, de acordo com as informações do Serviço de Ação Social do município de Castro Marim, verificou-se que em 2022, cerca de 12 pessoas obtiveram rendimentos através do Rendimento Social de Inserção, 2 de Pensões ou Prestações de carácter regular e 4 de fonte desconhecida. Em 2023, 5 pessoas auferiram rendimentos de RSI, 2 de pensões ou prestações de carácter regular e 4 de fonte desconhecida e em 2024, 4 obtiveram rendimentos provenientes de RSI, 4 de pensões ou outras prestações de carater regular e 4 de fonte desconhecida. No que se refere às principais causas, a maioria deve-se a fatores de desemprego e precariedade de trabalho, problemas de saúde, dependência de álcool e outros de causa desconhecida.

As pessoas em situação de sem-abrigo representam um grupo vulnerável, que tem merecido a atenção por parte do município, contudo ainda enfrenta desafios significativos. A implementação de medidas eficazes, como o aumento do alojamento, apoio à saúde mental e criação de estratégias de reintegração social e reforço das equipas de rua é fundamental para garantir que este grupo não seja marginalizado ou excluído. Assim, a colaboração entre o município e os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) é essencial para que sejam implementadas soluções adequadas e sustentáveis. E assim, seja possível oferecer uma resposta mais integrada e eficaz, promovendo a inclusão e a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de sem-abrigo.

5. CARATERIZAÇÃO DE RESPOSTAS SOCIAIS E EQUIPAMENTOS

Este ponto pretende analisar as respostas sociais e apoios existentes no concelho de Castro Marim, tanto a nível das entidades particulares com fins lucrativos como entidades particulares sem fins lucrativos, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou outras entidades equiparadas sem fins lucrativos.

Uma análise ampla e detalhada da rede de serviços existentes permite mapear se os serviços e equipamentos disponíveis atendem às necessidades da população, a sua localização em termos geográficos, bem como adequar as prioridades de desenvolvimento de políticas públicas. Além disso, revela-se importante a coordenação e articulação entre as diferentes entidades públicas e privadas, permitindo uma resposta mais coordenada e eficaz das necessidades sociais da comunidade.

5.1. Crianças, Jovens e Famílias

As respostas sociais existentes no concelho dirigidas às crianças e jovens são a Creche e estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres. Estas respostas distribuem-se nos concelhos Castro Marim, Altura e Odeleite, estando prevista a construção de uma resposta de jardim de infância na freguesia do Azinhal.

Creche e Pré-Escolar

Existem no Concelho apenas duas respostas de Creche, que se localizam nas freguesias de Altura e Castro Marim. A Creche é uma resposta educativa que dispõe de berçários, sala de marcha e sala de transição e recebe crianças dos 4 meses aos 3 anos e ambos os equipamentos são detentores do Acordo de Cooperação com a Segurança Social aplicando a medida Creche Feliz – Rede de Creches Gratuitas. De acordo com a **Tabela 62**, que apresenta o número de crianças que frequentam as Creches e a capacidade total dos equipamentos, verifica-se que a taxa de utilização das creches no ano de 2024, foi de 100%. Foi possível ainda, apurar junto das instituições a lista de espera e constatou-se que existiam 95 crianças a aguardar entrada nesta tipologia, à data de abril de 2025. Assim, verifica-se que as creches têm uma taxa de cobertura de 51,44%, revelando-se importante investir nesta tipologia, aumentando a capacidade de resposta, de forma a conseguir suprimir as necessidades das famílias do concelho.

Relativamente à **Educação Pré-escolar**, existem 4 equipamentos que se distribuem pelas freguesias de Castro Marim, Altura e Odeleite. Esta resposta educativa recebe crianças entre os

3 e os 6 anos, sendo que dos 4, 2 dos equipamentos, nomeadamente o Centro Infantil da Altura e o Jardim de Infância da Associação da Freguesia de Odeleite pertencem a entidades privadas.

Tendo por base as estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021, relativas à população dos 3 aos 6 anos, verifica-se a taxa de utilização é de 89,64%, refletindo que a resposta de pré-escolar conseguiu responder às necessidades existentes praticamente na sua totalidade.

Tabela 62. Estabelecimentos com resposta de creche e Pré-Escolar, por capacidade e utentes, 2024, (Nº)

	Equipamento	Entidade	Capacidade	Utentes
Estabelecimento com Resposta de Creche	Centro Infantil da Altura	Associação Cegonha Branca	62	62
	Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim	Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim	45	45
Estabelecimentos com Resposta de Educação Pré-Escolar	Jardim de Infância da Associação Social da Freguesia de Odeleite	Associação Social da Freguesia de Odeleite	22	12
	Centro Infantil da Altura	Associação Cegonha Branca	75	62
	Escola Básica de Altura	Agrupamento de Escolas de Castro Marim	50	50
	Escola Básica Nº 1 de Castro Marim	Agrupamento de Escolas de Castro Marim	75	75

Fonte: Carta Social e CM Castro Marim, 2024

No concelho também existem como respostas para as crianças e famílias, dois Centros de Atividade de Tempo Livre (ATL), um na freguesia de Castro Marim e outro na freguesia de Odeleite. Na freguesia de Castro Marim, o estabelecimento de pré-escolar encontra-se capacitado para admitir 55 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade, sendo composto por duas salas de estudo e uma sala de atividades lúdicas. Através do contato com o Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim, apurou-se que existem 25 crianças a aguardar vaga para entrada no ATL no próximo ano letivo. Na freguesia de Odeleite o ATL tem capacidade para 22 crianças, entre os 6 e os 15 anos, encontrando-se ainda com vagas disponíveis. A taxa de utilização da resposta de ATL no concelho é de 77,92%.

Os cuidados prestados nas entidades pertencentes ao município de Castro Marim na área da infância primam pelo rigor e qualidade na sua atuação com as crianças, pelo que são frequentados por muitas crianças não residentes no concelho.

Tabela 63. Estabelecimentos com resposta de Atividades de Tempo Livres, por capacidade e utentes, 2024, (Nº)

	Equipamento	Entidade	Capacidade	Utentes
Centro de Atividades de Tempo Livre	Jardim de Infância da Associação Social da Freguesia de Odeleite	Associação Social da Freguesia de Odeleite	22	9
	Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim	Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim	55	51

Fonte: Carta Social e CM Castro Marim, 2024

5.2. Família e Comunidade

No que respeita às respostas sociais existentes no concelho para as Famílias e Comunidade encontra-se no concelho, as seguintes entidades: a Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim, a Associação Social da Freguesia de Odeleite (ASFO) e a Associação de Bem-Estar Social da Freguesia do Azinhal (ABESFA).

De forma a dar resposta às necessidades básicas de alimentação da população existe no concelho a **Cantina Social**, que resulta de um protocolo de colaboração entre a Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim e o Instituto da Segurança Social (ISS) celebrado desde 1 de junho de 2012. A Cantina Social insere-se na Rede Solidária das Cantinas Sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito da Emergência Social, que tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições. Atualmente, beneficiam deste serviço **diariamente 19 indivíduos**, que têm direito a refeições confeccionadas pela Santa Casa da Misericórdia.

Existe ainda a **resposta social de ajuda alimentar**, que consiste na distribuição de bens alimentares a pessoas e famílias com carência alimentar e económica. Esta resposta é assegurada pela Associação de Bem-Estar Social da Freguesia do Azinhal e encontra-se inserida no Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAP36MC) que passou em 2024 para o Programa Pessoas 2030 - Privação Material. Beneficiam deste apoio famílias e

peças que se encontram em situação de carência alimentar, sendo que no ano 2024 beneficiaram **108 indivíduos**, ocupando a lotação máxima da capacidade de resposta.

Tabela 64. Distribuição de Equipamentos com Respostas Sociais à Família e Comunidade por Comunidade, 2024, (Nº)

Equipamento	Cantina Social		Ajuda Alimentar	
	Capacidade	Utentes	Capacidade	Utentes
Santa Casa da Misericórdia	21	21	N.A	N.A
Associação de Bem-Estar Social da Freguesia do Azinhal	N.A	N.A	108	108

Fonte: SCMCM; ABESFA e Carta Social, 2024

Nota: N.A. Não se aplica

5.3. Pessoas Idosas

No que respeita às respostas sociais para pessoas idosas estas podem assumir várias tipologias, que visem a promoção, inclusão e bem-estar da população idosa, podendo ter acesso a respostas tanto a residir no seu domicílio como ou integração numa instituição. Podem encontrar-se no concelho respostas sociais para idosos como ERPI, os Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) que se encontram distribuídas pelas principais freguesias do concelho.

Estrutura Residencial para Idosos

Na ausência de respostas no meio natural de vida para a pessoa idosa, nomeadamente a nível familiar, esta tipologia de resposta considerada um alojamento coletivo, num contexto de “residência assistida” apresenta-se como uma resposta a título temporário ou permanente para pessoas com idade correspondente à idade estabelecida para a reforma, ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia que, por opção própria, ou por inexistência de retaguarda social.

De acordo com a **Tabela 65**, podemos verificar que esta resposta se encontra disponível em duas freguesias do concelho, Castro Marim e Altura e pertencem a entidades sem fins lucrativos, dando resposta a 98 idosos no concelho. Considerando a população idosa do concelho e a capacidade de resposta de ERPI, foi possível verificar que a taxa de cobertura em relação ao

concelho de Castro Marim, tendo por base os valores de 2023 é de 4,53%, demonstrando que esta tipologia de resposta a nível do concelho assegura uma percentagem reduzida das necessidades. Foi possível ainda aferir junto das entidades que desenvolvem a resposta no concelho, que em janeiro de 2025 existia uma lista de espera para **ingressar na resposta de 90 a 100 pessoas**.

Tabela 65. Distribuição dos Equipamentos com Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por Capacidade e Número de Utentes, 2024, (Nº)

Equipamento	Capacidade	Utentes
Lar de 3ª Idade da Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim	47	47
Lar e Centro de Dia de Altura	51	51
Total	98	98

Fonte: SCMCM; ABESFA e Carta Social, 2024

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento aberto e em horário diurno, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que promovam uma melhor qualidade de vida e a manutenção do idoso no seu meio sociofamiliar. Este tipo de resposta assegura serviços como a alimentação, cuidados pessoais, assistência medicamentosa, assim como atividades socioculturais e lúdico recreativas. Esta é uma forma também de partilha e ocupação de tempo livre em forma de convívio entre os idosos e grupos de pares.

No concelho de Castro Marim existem duas respostas de Centro de Dia, uma em funcionamento na ERPI & Centro de Dia José Anacleto Guilhermino e outra na ERPI José Cabrita, ambas pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim.

De acordo com a **Tabela 66**, observa-se que os equipamentos com resposta de centro de dia, estão a funcionar muito próximo da sua capacidade total. Considerando a população idosa do concelho e a capacidade de resposta de Centro de Dia, verifica-se que a taxa de cobertura em relação ao concelho de Castro Marim, que tendo por base os valores de 2023 é de 1,86%, demonstrando, que assegura apenas uma pequena percentagem da população idosa, embora esta taxa não reflita a necessidade de resposta, uma vez que nem todos os indivíduos procuram este tipo de apoio e devido ao elevado envelhecimento populacional no concelho, a maioria dos idosos com algum grau de dependência, necessitam de outro tipo de repostas mais completas. De acordo com informações recolhidas, a lista de espera para ingressar na resposta de Centro de Dia, à data de janeiro de 2025, é de 12 pessoas.

Tabela 66. Distribuição dos Equipamentos com Centro de Dia, por Capacidade e Número de Utentes, 2024, (Nº)

Equipamento	Capacidade	Utentes
Lar de 3ª Idade José Anacleto Guilhermino	20	20
ERPI & Centro de Dia José Cabrita	20	18
Total	40	38

Fonte: SCMCM; ABESFA e Carta Social, 2024

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), consiste na prestação de serviços no domicílio, a pessoas que se encontrem em situação de doença ou dependência que não conseguem assegurar temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas ou realização das atividades instrumentais de vida diária. No concelho de Castro Marim, o SAD é desenvolvido pela instituição Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim e pela Associação de Bem-Estar Social da Freguesia de Azinhal, abrangendo a maioria das freguesias do concelho. Esta tipologia de resposta social disponibiliza serviços como o fornecimento e apoio na refeição, cuidados pessoais, tratamento de roupa e higiene habitacional.

Tabela 67. Distribuição dos Equipamentos com Serviço de Apoio Domiciliário para por Capacidade, 2024, (Nº)

Entidade	Capacidade	Utentes
Lar de 3ª Idade da Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim	50	40
Associação de Bem-Estar Social da Freguesia de Azinhal	80	62
Total	130	102

Fonte: Carta Social, 2024

Através do contato com as respostas de serviço de apoio domiciliário e de acordo com as informações da carta social foi possível verificar que a taxa de utilização é de 78,46%. Tendo por

base os dados de 2023 da população acima dos 65 e mais anos e a capacidade dos estabelecimentos, foram calculadas as taxas de cobertura, verificando-se que a taxa de cobertura de SAD no concelho de Castro Marim é de 6,01%. Atendendo à taxa de utilização e o número de utentes a beneficiar desta resposta social, podemos constatar que esta resposta responde às necessidades da população, embora seja pertinente uma reestruturação da organização do SAD, uma vez que as equipas no terreno se deparam com muitos desafios relacionados com as características geográficas das habitações dos beneficiários, segundo as informações obtidas nos fóruns temáticos através das entidades parceiras que prestam este apoio no concelho de Castro Marim.

5.4. Saúde

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é uma resposta de cuidados globais a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência (ARS, 2025). A RNCCI foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 101/06, de 6 de junho e tem como finalidade capacitar os seus utentes no sentido da promoção da autonomia, através da implementação de um novo modelo de cuidados de reabilitação, assente num trabalho integrado e pró-ativo de equipas multidisciplinares, com o necessário envolvimento dos utentes e familiares/ cuidadores informais, respeitando-se assim as suas necessidades e preferências.

No Município de Castro Marim, existe uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, de tipologia de Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM), que se situa na freguesia do Azinhal, a cargo da Associação de Bem-Estar Social da Freguesia do Azinhal (ABESFA).

A Unidade de Cuidados Continuados do Azinhal em outubro de 2024 passou a designar-se por Unidade de Cuidados Continuados, Dr. José Fernandes Estevens e presta apoio a utentes com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidados no domicílio ou nouro tipo de resposta. Esta resposta tem capacidade para 32 utentes, 30 em regime de internamento e 2 utentes em regime de descanso de cuidador. A taxa de utilização desta resposta social é de 100%, encontrando-se em funcionamento com a sua capacidade completa.

5.4.1. Saúde Mental

Estrutura Residencial e Centro de Dia José Cabrita – Alzheimer e Demências

O concelho de Castro Marim dispõe de uma nova resposta social de tipologia de estrutura residencial, denominada “Estrutura Residencial e Centro de Dia - José Cabrita - Alzheimer e Demências” financiada no âmbito do Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020 e com o apoio municipal, destina-se a proporcionar alojamento residencial permanente ou temporário a pessoas adultas com perturbação neurocognitiva (demência), em relação à qual o fator idade não é determinante, incorporando uma unidade de reabilitação neurocognitiva e serviços de saúde especializados de forma a permitir uma abordagem centrada na pessoa, desenvolvida por uma equipa técnica multidisciplinar, composta por profissionais especializados de diversas áreas: Neurologia, Medicina Geral e Familiar, Enfermagem, Neuropsicologia, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Educação Social, Animação Sociocultural, Serviço Social, permitindo uma intervenção multidimensional, focada nas necessidades e potencialidades de cada utente.

Esta estrutura residencial é a primeira unidade a sul do Tejo e umas das primeiras do País, com capacidade para 70 utentes em regime de internamento permanente e além disso, dispõe da modalidade de internamento temporário, para situações de frequência de programas de curta duração, descanso ou ausência temporária do cuidador informal, contribuindo assim para a permanência do doente no seu meio natural de vida. Conforme mencionado anteriormente, dispõe ainda de um centro de dia com capacidade para 20 utentes. De acordo com as informações apuradas junto da instituição, em regime de internamento encontram-se 70 utentes, pelo que está a funcionar na sua capacidade completa e com uma taxa de utilização de 100%, estando a **aguardar vaga 76 indivíduos**, já com a avaliação diagnóstica efetuada pela equipa multidisciplinar.

A área da Saúde Mental tem merecido preocupação crescente, especialmente devido ao aumento dos problemas de foro emocional enfrentado pela população nos últimos e que se agravaram com a crise pandémica, bem como através do aumento de problemas relacionados com os consumos e dependências, como o uso de substâncias, que tem vindo a aumentar no concelho. Na área das Dependências e Comportamentos Aditivos não existem respostas sociais no concelho de Castro Marim.

Embora, haja um maior investimento na área da Saúde Mental no Algarve, com o aumento de recursos humanos e da qualidade dos serviços nos cuidados de saúde primários e hospitalares, ainda há falta de respostas adequadas a nível local de serviços especializados para atender às

necessidades da população. A ausência de recursos, como apoio psicológico e programas de prevenção é algo que se deverá ter em consideração, procurando aumentar o bem-estar da população. O desenvolvimento de políticas públicas eficazes e a ampliação dos serviços de saúde mental no concelho são passos fundamentais para garantir um futuro mais saudável e equilibrado para todos os cidadãos.

6. AUSCULTAÇÃO DAS ENTIDADES E COMUNIDADE LOCAL

Durante a elaboração deste documento foi fundamental a recolha de informações fidedignas e mais próximas da realidade, de forma a garantir que o diagnóstico social refletisse com rigor as dinâmicas, necessidades e potencialidades do território, permitindo assim a definição de estratégias e intervenções mais eficazes e ajustadas ao contexto local. Para tal, privilegiou-se uma metodologia participativa, envolvendo os principais agentes que atuam diariamente no terreno e mantêm contato direto com a realidade local, que possuem diferentes perspetivas, saberes e formas de observação, que lhes permite não só reconhecer as carências e dificuldades existentes, como também apontar potenciais caminhos e soluções. Assim, a auscultação das instituições locais, parceiros e população revelou-se central para o estabelecimento de possíveis ações que visem a resolução dos problemas apresentados.

Procedeu-se à realização de questionários online, à população e aos parceiros locais, e a dois fóruns temáticos dirigidos aos parceiros da Rede Social, a entidades e instituições do concelho de Castro Marim e onde esteve presente os elementos do executivo da Câmara Municipal. Estes procedimentos revelaram-se fundamentais não só para a identificação das necessidades, desafios e recursos existentes, mas também para reforçar o envolvimento dos diferentes agentes locais no processo de diagnóstico e planeamento, fortalecendo laços e a corresponsabilização e o compromisso coletivo na construção de respostas mais eficazes e sustentáveis para as problemáticas identificadas.

6.1. Questionários

Foram realizados questionários à população, em formato *online*, com o objetivo de identificar e compreender a perceção dos habitantes do concelho de Castro Marim relativamente às principais problemáticas locais. Através do preenchimento do questionário, no qual participaram 294 indivíduos, com 69 respostas completas, foi possível verificar que as principais problemáticas enumeradas pela comunidade local foram a Habitação, Envelhecimento Populacional, Transportes e Acessibilidades, Emprego e Formação Profissional, Saúde e Rede de Equipamentos/Respostas Sociais. A maioria dos inquiridos são residentes na freguesia de Castro Marim (57,97%) e Altura (27,54%), e com habilitações ao nível do ensino secundário e ensino superior, Licenciatura.

Foram ainda realizados questionários aos parceiros da Rede Social de Castro Marim, com o intuito de conhecer as entidades com principais atuações sociais no concelho, as principais problemáticas e desafios encontrados, bem como fazer um levantamento das sugestões e

propostas para ultrapassar as dificuldades sentidas. Este processo teve, igualmente, um papel essencial na preparação e orientação dos Fóruns Temáticos, funcionando como uma etapa prévia de triagem e organização dos temas prioritários a serem debatidos de forma mais aprofundada.

6.2. Fóruns Temáticos

Os Fóruns Temáticos foram estruturados de forma a agrupar e debater em cada sessão duas áreas interligadas, tendo em conta a recorrência dos mesmos parceiros e participantes nas diferentes temáticas, o que permitiu otimizar a discussão e promover uma abordagem mais integrada. As temáticas debatidas emergiram da análise prévia dos questionários aplicados aos parceiros da Rede Social, funcionando como base para a definição dos temas prioritários. A auscultação conjunta de todas as entidades envolvidas possibilitou uma discussão mais focada e construtiva, possibilitando uma leitura mais realista e partilhada da realidade social do concelho.

Tabela 68. Fóruns Temáticos Realizados

Fórum Temático	Data Realização	Local	Entidades
“Envelhecimento”; “Saúde e Saúde Mental”	25/02/2025	Biblioteca Municipal de Castro Marim	Junta de Freguesia de Castro Marim, ISS, Município de Castro Marim, ABESFA, Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim, SER IGUAL, Associação Cegonha Branca, Centro Humanitário de Tavira- Cruz Vermelha Portuguesa, APAV, GNR, Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e Castro Marim.
“Infância, Juventude e Famílias” “Educação, Formação e Emprego”	27/02/2025	Biblioteca Municipal de Castro Marim	Associação Cegonha Branca, IEFP, Odiana, Santa Casa da Misericórdia, Junta de Freguesia de Castro Marim, Grupo Desportivo e cultural do Rio Seco, GNR, ABESFA, CPCJ, ISS, Município de Castro Marim, Agrupamento de Escolas de Castro Marim.

Fonte: Radar Social, 2025

Foram utilizadas técnicas como a “Nuvem de Problemas”, que consiste na identificação e representação visual dos diversos problemas que afetam uma determinada realidade, sem hierarquizá-los inicialmente. Esta abordagem permitiu mapear de forma abrangente as questões existentes, servindo como ponto de partida para análises mais aprofundadas e para o desenvolvimento de estratégias a incluir no plano de ação. Em seguida, procedeu-se à realização da “Matriz de Problemas”, que teve como objetivo identificar e organizar os problemas identificados, em função do seu impacto e urgência.

As técnicas utilizadas durante os fóruns resultaram na construção de uma análise SWOT. Esta é uma técnica utilizada para identificar forças (internas), fraquezas (internas), oportunidades (externas) e ameaças (externas), cujo objetivo é servir de base para a elaboração de um Plano de Ação personalizado e direcionado às necessidades identificadas.

Tabela 69. Análise Final dos Fóruns Temáticos

Forças	Fraquezas
- Projeto Piloto Radar Social	- Elevado Índice de Envelhecimento (273,6%);
- Constituição do Núcleo de Garantia para a Infância;	- Elevado Índice de Dependência Total (76,6%);
- Medidas de apoio à família no município;	- Isolamento social;
- Cartão Social Municipal;	- Dispersão Geográfica;
- Medidas de apoio no acesso à medicação;	- Dificuldades no acesso à habitação a custos acessíveis;
- Vacinação gratuita à população;	- Agregados Familiares com dificuldades socioeconómicas;
- Medidas de apoio e incentivo à Natalidade;	- Agregado familiares com baixa escolaridade (predominante 1º ciclo ensino básico);
- Programas Municipais de Apoio à Saúde;	- Carência de apoio especializado para crianças com deficiência;
- Programa de Combate ao Tabagismo e Obesidade;	- Desresponsabilização Parental;
- Unidade Móvel de Saúde;	- Insuficiência de programas de promoção de competências sociais e parentais;
- Rede Municipal de Transportes gratuitos para estudantes;	- Forte dependência das crianças e jovens às novas tecnologias;
- Bolsas de Estudo (Secundário e Superior) e apoio à aquisição de materiais escolares;	- Insuficiência de Respostas Sociais para Idosos;
- Existência de entidades que prestam apoio a idosos;	
- Existência de entidade na área da Saúde Mental – Alzheimer e outras demências;	

- Existência de Equipa Comunitária de Saúde Mental;	- Cobertura (4,53%) da resposta social de ERPI, face à procura;
- Transporte para consultas e tratamentos médicos efetuados pela Câmara Municipal	- Carência de estruturas de apoio à infância e juventude;
- Existência de Unidade de Cuidados Continuados Integrados;	- Cobertura (51,44%) da resposta social de Creche, face à procura;
- Existência de respostas alimentar;	- Falta de Técnicos especializados no âmbito das necessidades Educativas Especiais;
- Diversidade de associações e grupos locais;	- Falta de respostas sociais no âmbito da Saúde Mental;
- Médico de família que abrange toda a população;	- Especialidade na área do diagnóstico e tratamento das perturbações emocionais e do comportamento na infância e na adolescência insuficientes (Especialidade Pedopsiquiatria);
- Sinergia entre as entidades;	- Inexistência de Gabinete Municipal de Saúde (com diversas especialidades, Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional);
- Promoção atividade física para a 3ª idade “Programa ao Ritmo dos 60”	- Equipas de Intervenção Precoce insuficientes face às sinalizações de crianças com NE;
- Universidade de Tempos Livres(UTL);	- Precariedade Laboral;
- Condições para desportos ao ar livre;	- Reduzida Taxa de Atividade (40,26%);
- Apoio à mobilidade sustentável (criação de ciclovias);	- Falta de mão de obra especializada;
- Proximidade das juntas de freguesia com a comunidade;	- Destruturação entre a área formativa disponível e as necessidades do mercado de trabalho local;
- Existência de diversas associações de cariz social;	- Insuficiência de programas de promoção de competências sociais e parentais;
- Estratégia Local de Habitação;	- Desresponsabilidade parental;
- Oferta turística;	- Aumento do consumo de estupefacientes em idade precoce;
- Promoção de Atividades culturais;	
- Programa “Férias Ativas” (Páscoa e Verão);	
- Atividades lúdicas e recreativas para jovens e idosos;	
- Gabinete da APAV em Castro Marim;	
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;	
- Loja Social;	
- Edifício Multifuncional de Empresas;	
- Empreendimentos turísticos diferenciados;	

- Falta de acessibilidades aos serviços públicos;
- Decréscimo da Natalidade;
- Desconhecimentos nos apoios aos Cuidadores Informais;
- Aumento de sinalizações e situações de vulnerabilidade social;
- Aumento de jovens sinalizados pela CPCJ;
- Aumento do número de idosos a viverem sós;
- Horários e rede de transporte desajustada aos padrões de mobilidade e dinâmicas vivenciadas;
- Escassez de habitação social;
- Êxodo Rural;

Oportunidades	Ameaças
-Excelente património Natural, Histórico e Cultural;	- Atual Conjuntura económica e política;
-Candidaturas ao PRR;	- Baixos Rendimentos provenientes das pensões;
- Programa Operacional CRESC Algarve 2030	-Dificuldades no acesso à habitação;
- Gratuitidade das Creches (Creche Feliz);	- Escassez de arrendamento anual nas áreas do litoral;
- Porta 65 – Jovem;	- Elevado valor das rendas de arrendamento;
- Porta 65 +;	- Elevado custo de aquisição de habitação;
- Criação de novos serviços e apoio à população mais vulnerável;	- Número elevado de habitações de uso sazonal;
- Cursos Profissionais da Escola Secundária de Vila Real de Santo António;	-Baixa cobertura de rede de transportes;
- Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e Castro Marim;	-Falta de motivação social e envolvimento social;
- Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR;	- Adições e comportamentos de risco na população;
- Proximidade geográfica da UALG/ Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve e Centros Qualifica.	- Elevado Índice de envelhecimento, principalmente nas zonas mais rurais;

Fonte: Radar Social, 2025

6.3. Síntese dos problemas e necessidades

Tendo em consideração os elementos constantes no diagnóstico, que provêm de diversificadas fontes de informações, os esforços das entidades do município em termos de oferta de respostas sociais, programas e projetos, bem como a auscultação realizada aos parceiros e participantes dos fóruns temáticos, elaborou-se a seguinte tabela que aborda os problemas que persistem no concelho e as principais necessidades.

Tabela 70. Síntese dos Problemas e Necessidades

	Problemáticas	Necessidades
Infância, Juventude e Famílias	- Respostas sociais de apoio à infância insuficientes, taxa de cobertura creche de 51,44%, face à procura;	- Ampliação de respostas sociais de Creche;
	- Fraco acompanhamento e envolvimento familiar no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, contribuindo para agravar vulnerabilidades sociais.	- Promoção e capacitação para o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais;
	Aumento do número de jovens sinalizados pela CPCJ;	- Realização de ações de sensibilização sobre a prevenção de maus-tratos e violência na infância e juventude;
	Equipas de Intervenção Precoce insuficientes face às sinalizações de crianças com NE;	Ampliar os recursos para permitir o acesso das crianças com NE ao acompanhamento em IP;
	- Forte dependência das crianças e jovens às novas tecnologias;	- Criação de atividades de lazer e entretenimento, e espaço de convívio para a população jovem e famílias;
	- Aumento do consumo de substâncias psicoativas em idade precoce;	- Realização de ações de sensibilização para os comportamentos de risco e promoção de hábitos saudáveis nos jovens;
	- Agregados familiares com dificuldades económicas, nomeadamente os grupos mais vulneráveis, agregados monoparentais, população idosa, minorias étnicas, entre outros.	- Reforçar e ampliar os apoios às famílias com maior vulnerabilidade económica; - Acompanhamento de situações sinalizadas de vulnerabilidade social;

Educação, Formação e Emprego	- Fraca participação e envolvimento dos jovens na comunidade;	- Aumentar o sentimento de pertença dos jovens ao concelho e a importância do envolvimento e participação na comunidade;
	- Destruturção entre a oferta formativa disponível e as necessidades do mercado de trabalho local, dificultando o desenvolvimento de competências relevantes para os/as jovens, contribuindo para o desinteresse e evasão escolar e dificuldades de inserção profissional;	- Adaptação dos currículos escolares para incluir competências e metodologias relevantes aos interesses dos/as jovens e em encontro ao mercado de trabalho; - Reforçar e sensibilizar a importância da continuidade dos estudos como forma de potenciar melhores condições económicas no futuro;
	- Fraco envolvimento parental no percurso escolar;	Promover o envolvimento dos pais nas atividades e percurso escolar;
	- Reduzida continuidade do percurso escolar;	- Continuar a apostar nos apoios à bolsa de estudo;
	- Reduzida Taxa de Atividade no concelho (40,26%);	- Maior divulgação de ofertas de emprego disponíveis no concelho;
	- Elevada sazonalidade laboral, com predominância do setor terciário (Hotelaria e Turismo) que condiciona a procura de emprego em outras áreas;	- Promover a formação profissional e a divulgação de ofertas de trabalho em áreas diversificadas; - Incentivar nos investimentos no concelho, para atrair a população e criação de emprego;
Envelhecimento	- Elevado envelhecimento populacional;	- Promover o envelhecimento ativo através da implementação de projetos inovadores próximos à comunidade; - Continuar a apostar no desenvolvimento de programas específicos para a população idosa, incluindo transporte e serviços de saúde adaptados;
	- Respostas Sociais Insuficientes, com taxa de cobertura de ERPI de 4,53%, face à procura;	- Ampliar e diversificar as respostas sociais existentes;
	- Isolamento Social e fraca rede de apoio aos idosos;	- Estímulo a programas de voluntariado e atividades recreativas para a população idosa, nomeadamente a isolada; - Criação de pedagogias de convivência a promover uma mudança de cultura, permitindo a solidariedade entre gerações;

Saúde e Saúde Mental	- Resposta ao nível de SAD desadequada face às necessidades da população, considerando os apoios e dimensões territoriais extensas;	- Reestruturação e implementação de medidas que visem responder às necessidades dos beneficiários do serviço de SAD;
	- Insuficiência de rendimentos provenientes de pensões;	- Continuar a apostar nos apoios económicos aos idosos;
	- Falta de apoio ao nível de cuidados de Saúde Mental comunitários;	- Criação de um Gabinete Municipal de Saúde para um acesso mais próximo da comunidade;
		- Ampliação do acesso a apoio psicológico e psicossocial;
	- Aumento dos casos de consumos de substâncias psicoativas;	- Desenvolver ações de sensibilização para os efeitos do consumo de substâncias aditivas;
	- Dificuldade na fixação de profissionais especializados;	- Implementação de medidas de acesso ao alojamento e habitação para profissionais de saúde;
	- Condicionamento do acesso a cuidados de saúde e auxílio em zonas rurais interiores devido a dispersão geográfica;	- Continuar a apostar nas medidas de apoio na saúde, através da consulta de proximidade;
		- Criação de um sistema de georreferenciação que permita aos meios de apoio e socorro uma intervenção mais célebre;
	- Baixos níveis de Literacia em Saúde e Saúde Mental, dificultando o acesso a apoios, a comunicação e tratamentos adequados;	- Desenvolver e divulgar conteúdos educativos sobre saúde e saúde mental em linguagem clara e acessível, adaptados ao contexto sociocultural da população;
		- Capacitação de agentes comunitários para atuarem como facilitadores da literacia em saúde junto das populações mais vulneráveis;
Habitação	- Aumento do número de crianças com necessidades educativas especiais face á resposta ao nível de Intervenção Precoce;	- Aumentar a capacidade de resposta para crianças com NE;
	- Dificuldades no acesso ao alojamento/ habitação a custos acessíveis e a arrendamentos de longa duração	- Ampliação dos programas habitacionais: arrendamento apoiado, acessível, e vendas a custos controlados, entre outros;
		- Implementação de políticas habitacionais inclusivas que considerem diferentes estratos socioeconómicos;

- Escassez de habitação social

- Construção de novos fogos de habitação social;

- Habitações sem condições de habitabilidade e falta de conforto;

- Desenvolver e ampliar programas de recuperação de habitações degradadas e devolutas.

Fonte: Radar Social, 2025

7. CONCLUSÃO

O Diagnóstico Social de Castro Marim 2025 foi elaborado com base numa metodologia integrada, que combinou pesquisa documental, análises estatísticas, aplicação de inquéritos por questionários e a dinamização de fóruns temáticos com diversos parceiros locais e *stakeholders*. Esta abordagem permitiu uma análise aprofundada e multidimensional do território, evidenciando tendências de continuidade e mudança nas diferentes áreas de intervenção social, em relação ao diagnóstico precedente.

Na esfera demográfica, verificou-se a perda populacional generalizada pelas freguesias, com exceção da freguesia de Castro Marim, ainda que se tenha vindo a recuperar lentamente nos últimos anos com um ligeiro aumento populacional. No concelho de Castro Marim continua a persistir uma população muito envelhecida, acompanhando o aumento do índice de envelhecimento e índice de dependência total, onde as faixas mais jovens continuam a enfrentar maiores perdas populacionais, resultado de um decréscimo da natalidade em contraste com o aumento da população idosa. Realça-se o papel da imigração, que se mantém em ascensão, registando um saldo migratório positivo, indicando um fenómeno demográfico relevante.

No âmbito socioeconómico, destaca-se um declínio da taxa de atividade, refletindo também a vulnerabilidade apresentada por ser uma zona onde a economia predominantemente dependente do setor terciário, como o turismo, comércio e serviços, afetada pela sazonalidade, criando alguma instabilidade económica para os empregadores e trabalhadores da região. A precariedade laboral continua a ser uma das problemáticas identificadas, sendo necessário investir na diversificação de atividades económicas, promover a oferta e abertura a novos mercados de trabalho.

A nível sociofamiliar, evidencia-se um aumento dos agregados familiares unipessoais e os baixos recursos das famílias face ao aumento do custo de vida, crescendo cada vez mais um número elevado de pedidos de apoios para situações de vulnerabilidade social.

No que respeita à educação e formação, Castro Marim tem uma população residente maioritariamente com formação ao nível do 1º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, caracterizada pela baixa escolaridade, embora revelem-se melhorias, verificando-se uma taxa bruta de escolarização positiva, o número de alunos que prossegue os estudos para o ensino superior é ainda muito reduzido. A taxa de retenção é muito elevada no 2º ano do 1º ciclo do Ensino Básico, constituindo um grande desafio que se encontra relacionado o aumento do número de crianças com necessidades educativas especiais e dificuldades de aprendizagem, sem

diagnóstico e apoios adequados. Existem ainda outros desafios como a desadequação das ofertas formativas face à necessidade do mercado de trabalho e aos interesses dos formandos/os, o fraco interesse e desmotivação escolar, sendo necessário uma adequação dos conteúdos e metodologias de estudo aos interesses dos jovens e de encontro ao mercado de trabalho.

A problemática habitacional, um problema a nível nacional, refletido também a nível concelhio, apesar dos esforços municipais como a Estratégia Local de Habitação, continua a enfrentar grandes desafios, refletindo-se no aumento de preços das habitações de venda e arrendamento.

No âmbito da saúde, o concelho de Castro Marim apresenta respostas adequadas às necessidades da população, permitindo uma cobertura de médico de família a toda a população residente. Persistem ainda desafios, na atratividade dos profissionais de saúde, o acesso aos serviços de saúde da população mais distante geograficamente e agravamento dos indicadores de mortalidade por doenças do aparelho circulatório. Na área da Saúde Mental, a capacidade de resposta é reduzida face ao número de sinalizações de crianças para a IP, assim como insuficiente apoio psicológico para a população jovem, adulta e idosa.

No que respeita à Segurança, salienta-se o aumento da taxa de criminalidade e número de crimes registados pelas autoridades no concelho de Castro Marim, com destaque para furtos em residências. As vítimas de violência na sua maioria são do género feminino, sendo que o crime maioritariamente registado pela APAV em Castro Marim é o crime de Violência Doméstica, sendo necessário continuar a atuar na prevenção e sensibilização da comunidade, reforçando as medidas e o apoio para garantir a segurança e bem-estar da população.

No âmbito cultural e associativo, sendo o município de Castro Marim detentor de uma relevante herança histórica e cultural, são promovidos diversos eventos culturais, recreativos e desportivos que dinamizam o concelho, sendo importante continuar a apostar e ampliar estes eventos.

No panorama social, salienta-se o papel do serviço de ação social que tem vindo a assumir um papel central no apoio às populações vulneráveis, promovendo respostas próximas, articuladas e personalizadas, especialmente após a transferência de competências para as autarquias. Os apoios sociais como o Rendimentos Social de Inserção, o Prestação Social para a Inclusão, Abono de Família, bem como as Pensões de Velhice, Sobrevivência e Invalidez demonstram a importância das políticas sociais nacionais e locais na promoção da inclusão, na mitigação das desigualdades e na melhoria das condições de vida da população.

Quanto aos grupos mais vulneráveis, surgem preocupações com o aumento do número de crianças e jovens sinalizados pela CPCJ, com destaque para os casos de violência entre pares, *bullying*, violência doméstica, comportamentos de indisciplina e absentismo escolar, assim como o aumento de famílias monoparentais. A população idosa, minorias étnicas e a população sem-abrigo são grupos que também se encontram em situação vulnerável, exigindo intervenções sociais e políticas públicas eficazes para garantir sua proteção, inclusão e qualidade de vida.

Relativamente às respostas sociais, salienta-se a baixa cobertura das estruturas de apoio à infância e população idosa, com necessidade de aumento da capacidade de creches e pré-escolar, estruturas residenciais para idosos, e ainda reestruturação do serviço de apoio domiciliário com uma maior adaptação às necessidades da população idosa.

O Diagnóstico Social de Castro Marim em 2025 revela um município que tem procurado adaptar-se aos desafios emergentes, numa postura de proximidade com a população, mantendo-se comprometido em enfrentar as complexidades demográficas, socioeconómicas, de educação, de saúde, habitação, segurança através da procura contínua por melhorias e respostas eficazes às necessidades da comunidade.

Tendo em conta as problemáticas apresentadas, foi possível desenvolver um Plano de Desenvolvimento Social e conseqüentemente o Plano de Ação, que teve por base toda a informação trabalhada ao longo do Diagnóstico Social. Assim, foram definidos quatro eixos de intervenção:

- I) Dinamização da Rede;
- II) Capacitação e Coesão da Comunidade;
- III) Promoção do Bem-Estar e Qualidade de Vida;
- IV) Qualificação e desenvolvimento Economico Sustentável.

O Diagnóstico Social constitui-se como uma importante ferramenta do planeamento social de caráter dinâmico sujeito a atualizações que permite o conhecimento e compreensão da realidade social do território, bem como da identificação das necessidades, dos problemas prioritários e suas causalidades. Assim, assume-se como instrumento sempre inacabado na definição e perspetivação nas dinâmicas sociais do concelho, orientado para a ação.

8. REFERÊNCIAS

- Agrupamento de Escolas de Castro Marim. (2024). Projeto Educativo (2024-2027). Obtido de Agrupamento de escolas de Castro Marim: <https://aectm.pt/wpcontent/uploads/2024/02/Projeto-Educativo-24-27-Final.pdf>
- ARS Algarve. (s.d.). ARS Algarve. Obtido de ARS Algarve: <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/saude-publica/grupos-de-apoio-a-saude-mental-infantil-gasmi/#content>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vitima. (2024). Relatórios por Serviços de Proximidade. Obtido de <https://apav.pt/estatisticas/raa-relatorios-por-servico-proximidade.html>
- Brinca, J.; Diogo, E.; Felgueira, H.; Muñoz, I.; Brinca, J.; Menezes, N.; Almeida, R.; Valduga, T. (2024). *O Lugar dos Instrumentos no Serviço Social: Instrumentos Diretos* (Vol. 1). Edições Esgotadas
- Brinca, J.; Diogo, E.; Felgueira, H.; Luz, H.; Morgado, H.; Muñoz, I.; Brinca, J.; Souto, M.; Vasconcelos, M.; Menezes, N.; Almeida, R.; Valduga, T. (2024) - *O Lugar dos Instrumentos no Serviço Social: Os Instrumentos diretos* (Vol. II). Edições Esgotadas
- Carta Social. (2024). Obtido de <https://www.cartasocial.pt/inicio>
- City Population. (2022). Castro Marim Population Statistics. Obtido de https://www.citypopulation.de/en/portugal/faro/admin/1500804__castro_marim/
- Conselho de Finanças Públicas (CPF). (2025). Glossário de Termos de Finanças Públicas. Obtido em <https://www.cfp.pt/pt/glossario>
- Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Castro Marim. (2024). Dados Estatísticos. Documento não publicado.
- Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro. (1997). *Diário da República*. Obtido de Diário da República: <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/resolucao-conselho-ministros/197-685659>
- Conselho de Ministros, n.º 107/2017. (2017). Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo. Obtido de Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo: <https://files.dre.pt/1s/2017/07/14200/0392303931.pdf>

Decreto-Lei n.º 101/06, de 6 de junho. (2006). Diário da República. Obtido de Diário da República <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/101-2006-353934>

Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho. (2018). Diário da República. Obtido de Diário da República <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/37-2018-115440317>

Decreto-Lei n.º 55/2022, de 12 de agosto. (2022). Diário da República. Obtido de Diário da República <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2020-140087205>

Decreto-Lei n.º 89/2023, de 11 de outubro. (2023). Diário da República. Obtido de Diário da República <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/89-2023-222645049>

Diário de Notícias. (2024). Taxa de natalidade recua na EU e sobe em Portugal. Diário de Notícias. Obtido de <https://www.dn.pt/94213873/taxa-de-natalidade-recua-na-ue-e-sobe-em-portugal/>

Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2013-2023). Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Obtido de Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: https://estatisticaseducacao.dgeec.medu.pt/regioesemnumeros/indicadores/taxas_escolarizacao.asp

Direção Geral da Educação. (2022). Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030. Obtido de <https://www.dge.mec.pt/noticias/plano-de-acao-da-garantia-para-infancia-2022-2030#:text=A%20Garantia%20para%20a%20Inf%C3%A2ncia%20tem%20com%20obj>

Fialho, J. (Coord.). (2021). Manual para a intervenção social: Da teoria à ação (2ª ed.). Edições Sílabo.

Fialho, J., Silva, C. A. da, & Saragoça, J. (Coords.) (2020). Diagnóstico social: Teoria, metodologia e casos práticos (2ª ed.). Edições Sílabo.

Instituto de Emprego e Formação Profissional (2024). Desemprego Registado por Concelho-Estatísticas Mensais (outubro de 2024). Acedido em Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. Disponível em <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Instituto da Segurança Social. (2024) Manual de Utilizador. Obtido de Instituto da Segurança Social:https://www.segsocial.pt/documents/10152/25174446/Manual_+Passo+a+Passo+aplica%C3%A7%C3%A3o+Radar+Social/6e4da044-0efc-438c-922e-083dce86d001

Instituto da Segurança Social. (2024). Manual de Comunicação. Obtido de Instituto da Segurança Social: <https://www.segsocial.pt/documents/10152/34106716/Manual+de+Comunica%C3%A7%C3%A3o/f140045a-1ab0-4bb8-b9b3-345aca322590>

Instituto Nacional de Estatística. (2025). Censos. (2021). Obtido de https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

Instituto Nacional de Estatística. (2025). Censos. (2011). Obtido de https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD). (2025). Centro de Respostas Integradas (CRI) – Dados estatísticos. Documento não publicado.

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro. (2019). Lei de bases de Habitação. Acedido em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/83-2019-124392055>

Lei n.º 35/2023, de 21 de julho. (2023). Lei da Saúde Mental. Acedido em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/35-2023-215980339>

Município de Castro Marim. (2004). Regulamento Interno do CLAS

Município de Castro Marim. (2016). Carta Educativa do Concelho de Castro Marim. Obtido em https://cmcastromarim.pt/site/sites/cmcastromarim.pt/files/conteudos/ficheiros/carta_educativa_v1_3.pdf

Município de Castro Marim. (2016) Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castro Marim (2016). Disponível em: <http://planos.prociv.pt/Documents/132131263130869259.pdf> 15

Município de Castro Marim. (2022). Estratégia Local de Habitação (2022-2025). Obtido de https://cmcastromarim.pt/site/sites/cmcastromarim.pt/files/conteudos/ficheiros/elh_castro_marim_2022-05-24.pdf

Município de Castro Marim. (2024). Estatísticas de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Dados não publicados.

Município de Castro Marim. (2024) *Regulamento de Ação Social* (2024). Obtido em: https://cmcastromarim.pt/site/sites/cmcastromarim.pt/files/documentos/dr_regulamento_aca_social_12.11.2024.pdf

Organização das Nações Unidas. (2024). Nações Unidas. Obtido em <https://unric.org/pt/envelhecimento/>

Plano de Recuperação e Resiliência. (02/05/2025). Recuperar Portugal. Obtido de <https://recuperarportugal.gov.pt/recuperar-portugal/>

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castro Marim (2016). Disponível em: <http://planos.prociv.pt/Documents/132131263130869259.pdf> 15

PORDATA. (2023). Obtido de <https://www.pordata.pt/pt/pordata>

PODATA. (2024). Obtido de <https://www.pordata.pt/pt/pordata>

Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. (2015). Diário da República. Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/644-a-2015-70095687>

Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018. (2018). Diário da República. Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/50-a-2018-115211109>

SEFSTAT. (2021). Portal de Estatísticas. Obtido de <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>

Serrano, Gloria. (2008). Elaboração de Projetos Sociais. Porto: Porto Editora

SNIPi. (2024). SNIPi. Obtido de <https://snipi.gov.pt/quem-somos#no-back>

SNS. (s.d.). Obtido de Ars Algarve: <https://www.arsalgarve.min-saude.pt/>

Unidade Local de Saúde do Algarve, EPE. (2025). Dados Estatísticos. Documento não publicado.

9. ANEXOS

Anexo I.

Tabela 39. Associações no concelho de Castro Marim, por tipo de atividade.

Tipo de Associação	Nome da Associação
Desportivas	Associação de pesca Desportiva de Castro Marim
	Associação Recreativa, Cultural e social “Grupo amigos Motard’s os Piratas”
	C.A.M.A.- Clube de Artes Marciais de Altura
	Campeino Recreativo Futebol Clube
	CCD do Pessoal da Câmara Municipal de Castro Marim
	Clube Recreativo Alturense
	Leões do Sul Futebol clube
	RODAATIVA-Associação Desportiva, Recreativa, Cultural e Social do Sotavento
	Sociedade Columbófila Castomarinense
	União Desportiva Castromarinense
Cultural	ANA- Associação Amigos e Naturais do Azinhal
	Associação Cultural Amendoeiras em Flor
	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva dos Amigos da Alta Mora
	Associação Recreativa e Cultural Azinhal- A.R.C.A.
	Campeino Recreativo Futebol Clube
	Casa do Povo do Azinhal
	CCD do Pessoal da Câmara Municipal de Castro Marim
	Clube da Junqueira
	Clube Desportivo e Cultural de Altura
	Clube Recreativo Alturense
	Clube Desportivo e Cultural do Rio Seco
	Mito Algarvio Associação de Acordeonistas do Algarve
	ODIANA
	Rancho Folclórico do Azinhal
	S.R. Popular/ Banda Musical Castromarinense

	Almada d'Ouro Club
	Associação Caça e pesca "Os Verdins"
	Associação de Caçadores e Pescadores Amigos da Natureza
	Associação de Caçadores e Pescadores da cumeada de Alta Mora
	Associação de Caçadores e Pescadores Entre Barragens
	Associação de Pescadores e Caçadores de Odeleite
	Clube de Caçadores de Junqueira
Cinegética	Clube de Caçadores de Monte Francisco
	Clube de Caçadores e Pescadores Dallas
	Clube de Caçadores e Pescadores de Corte Pequena
	Clube Desportivo Caça e Pesca do Guadiana
	Clube Desportivo de Caça e Pesca do Azinhal
	Clube dos Caçadores e Pescadores de Furnazinhas
	Clube Recreativo Alturense
	Terra da Equidade- Associação Cinegética
	Associação de Bem Estar da Freguesia do Azinhal
	Associação de Solidariedade Social Cegonha Branca
Solidariedade	Associação Social da Freguesia de Odeleite
	Misericórdia de Castro Marim
	Cooperativa Agrícola das Furnazinhas
	Cooperativa de Odeleite
	Cooperativa de Rega de Almada D'Ouro
Cooperativa	Cooperativa de Rega de Corte Pequena
	TRADISAL
	Guadimonte - Cooperativa Agrícola Supramunicipal C.R.L.
Sanitária e	ANCCRAL- Associação Nacional dos Criadores de Caprinos Raça Algarvia
Agropecuária	Associação Defesa Sanitária do Concelho Castro Marim

Fonte: CM Castro Marim, 2024